

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Mariana Ciminelli Maranhão

**UMA REFLEXÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NOS
AMBIENTES URBANOS: PARQUES E ACADEMIAS AO AR
LIVRE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

CURITIBA

2013

**UMA REFLEXÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NOS
AMBIENTES URBANOS: PARQUES E ACADEMIAS AO AR
LIVRE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

CURITIBA

2013

Mariana Ciminelli Maranhão

**UMA REFLEXÃO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NOS
AMBIENTES URBANOS: PARQUES E ACADEMIAS AO AR
LIVRE NO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu, Mestrado
Interdisciplinar em Ciências Humanas,
da Universidade Tuiuti do Paraná, como
requisito para obtenção do título de
Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Wilma de Lara
Bueno

CURITIBA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca “Sydney Antonio Rangel Santos”
Universidade Tuiuti do Paraná

M311 Maranhão, Mariana Ciminelli.

Uma reflexão sobre a qualidade de vida nos ambientes urbanos: parques e academias ao ar livre no município de Curitiba/ Mariana Ciminelli Maranhão; orientadora Profª Drª Wilma de Lara Bueno.
162f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013.

1. Qualidade de vida. 2. Espaço urbano. 3. Parquet. 4. Academias ao ar livre. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas/ Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas. II. Título.

CDD – 333.783098162

Universidade Tuiuti do Paraná

Credenciada por Decreto Presidencial de 7 de julho de 1997 - D.O.U nº 128, de julho de 1997, Seção 1, página 14295

MESTRADO - CULTURA E SOCIEDADE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES ATA DO EXAME DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e treze, foi realizada a sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada "Uma reflexão sobre a qualidade de vida nos ambientes urbanos: Parques e academias ao ar livre no município de Curitiba" apresentada por Mariana Ciminelli Maranhão. Os trabalhos foram iniciados às 9:15 horas pela **Profª. Dra. Wilma de Lara Bueno**, Presidente da Banca Examinadora constituída pelos professores abaixo nominados. A Banca Examinadora passou à arguição da mestranda. Encerrados os trabalhos às 11:30 horas, os examinadores reuniram-se para avaliação cujo resultado é o que segue:

Profª. Dra. Wilma de Lara Bueno – Presidente da Banca

O trabalho cumpre os requisitos científicos, sendo que os ajustes deverão ocorrer em relação à formatação dos capítulos, revisão das normas técnicas e exclusão de notas e plicatulas sobre a trajetória do político citado.

W. de Lara Bueno

Assinatura

Aprovado
Conceito

Profª. Dra. Valéria Floriano Machado – Membro Titular - UFPR

V. Machado

Assinatura

Aprovado
Conceito

Prof. Dr. Rafael Tassi Teixeira – Membro Titular

R. Tassi Teixeira

Assinatura

Aprovado
Conceito

Curitiba, 23 de agosto de 2013.

W. de Lara Bueno

Profª. Dra. Wilma de Lara Bueno
Presidente da Banca



CAMPUS PROF. SYDNEI LIMA SANTOS E REITORIA

Rua Sydnei Antônio Rangel Santos, 238 - Stº. Inácio - 82010-330 - Fone (41) 3331-7700 - Fax: (41) 3331-7792

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
1 TRANSFORMAÇÕES URBANAS: EM FOCO O MUNICÍPIO DE CURITIBA.....	18
1.1 UM POUCO SOBRE AS CIDADES E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS	19
1.2 AS CIDADES NO BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS.....	24
1.3 A CIDADE DE CURITIBA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS	26
2 QUALIDADE DE VIDA: UM CONCEITO A SER DISCUTIDO....	45
2.1 INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA	51
2.1.1 Uma tentativa de mensurar a qualidade de vida em Curitiba	56
2.1.1.1 Procedimentos metodológicos	57
2.1.1.2 O início da discussão	60
2.1.1.3 Principais resultados obtidos	66
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	70
2.3 NOVAS PRÁTICAS URBANAS.....	76
3 LAZER, ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA: UMA QUESTÃO URBANA.....	82
3.1 ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE.....	83
3.2 O LAZER NA CIDADE	87
3.3 ESPAÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS URBANOS DE ESPORTE E LAZER DE CURITIBA: PARQUES, PRAÇAS E ACADEMIAS AO AR LIVRE.....	91
3.3.1 Os parques de Curitiba	92
3.3.2 As academias ao ar livre	100
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	129
ANEXO I – ÍNDICE SINTÉTICO DAS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA.....	130
ANEXO II – RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE SINTÉTICO DE CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA, ACADEMIAS AO AR LIVRE E PARQUES	132
ANEXO III - INDICADORES E ÍNDICES PARCIAIS E GRUPAIS DE QUALIDADE DE VIDA DO PODER AQUISITIVO DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010	136
ANEXO IV - INDICADORES E ÍNDICES PARCIAIS E GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA RELACIONADOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE HABITAÇÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010.....	138

ANEXO V - INDICADORES E ÍNDICE PARCIAL E GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM SAÚDE DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010.....	142
ANEXO VI - INDICADORES E ÍNDICE PARCIAL E GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM EDUCAÇÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010.....	145
ANEXO VII - INDICADORES E ÍNDICES PARCIAIS E GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM SEGURANÇA PÚBLICA DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010	147
ANEXO VIII – LISTAGEM DE PARQUES POR BAIRROS, REGIONAL E LOCALIZAÇÃO EM CURITIBA.....	150
ANEXO IX – LISTAGEM DAS ACADEMIAS AO AR LIVRE IMPLANTADAS EM CURITIBA SEGUNDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E JUVENTUDE	152
ANEXO X – ESTRUTURA DE ESTIMATIVA DE CÁLCULOS.....	161

LISTA DE SIGLAS

AAL – Academia ao Ar Livre

ATI – Academia da Terceira Idade

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

CREF/PR – Conselho Regional de Educação Física do Paraná

COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba

COPLAC – Comissão de Planejamento de Curitiba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituto Econômico e Social

IEx – Índice de Exclusão Social

IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

IGQV – Índices Grupais de Qualidade de Vida

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPQV – Índices Parciais de Qualidade de Vida

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana

ISSQV – Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida

ISQV – Índices Simples de Qualidade de Vida

ISQV – Índices Sintéticos de Qualidade de Vida

ITGQV – Índice Total Grupal de Qualidade de Vida

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SMELJ – Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude

SUS – Sistema Único de Saúde

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNRISD – United Nations Research Institute for Social Development

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA EXPLICATIVO PLANO AGACHE.....	32
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO AO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA.....	61
FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À HABITAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA	63
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA	64
FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA	65
FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA	66
FIGURA 7 – ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA.....	67
FIGURA 8 – MAPA DE CURITIBA DEMONSTRANDO AS FAIXAS ESTABELECIDAS PELO ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA E OS PARQUES EXISTENTES EM CURITIBA.....	98
FIGURA 9 - MAPA DE CURITIBA DEMONSTRANDO AS FAIXAS DE PODER AQUISITIVO ESTABELECIDAS PELO ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA E OS PARQUES EXISTENTES EM CURITIBA	99
FIGURA 10 – PROJETO ESQUEMÁTICO DE LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	104
FIGURA 11 – TOTENS EXPLICATIVOS COLOCADOS JUNTO ÀS ACADEMIAS AO AR LIVRE	107
FIGURA 12 - MAPA DE CURITIBA DEMONSTRANDO AS FAIXAS ESTABELECIDAS PELO ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA E AS ACADEMIAS AO AR LIVRE EXISTENTES NA CIDADE	111
FIGURA 13 - DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO AO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS, PARQUES E ACADEMIAS AO AR LIVRE DE CURITIBA.	115

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA - ISQV, SEGUNDO A POPULAÇÃO RESIDENTE E O NÚMERO DE BAIRROS EXISTENTES - CURITIBA	-	2010
(%).....		68
GRÁFICO 2 - ÍNDICE TOTAL GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA - ITGQV - CURITIBA	-	
2010.....		69

RESUMO

A qualidade de vida, enquanto orientadora de políticas públicas, vem paulatinamente adquirindo expressão desde o século XIX, podendo ser retratada nas mudanças das estratégias de planejamento urbano. Mais recentemente a qualidade de vida tem sido compreendida sob a perspectiva da sua íntima relação com a adoção de estilos de vida saudáveis, estando assim, muitas vezes, conectada à implantação de espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer. Curitiba, especificamente, possui um número significativo de espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer, como parques e academias ao ar livre, instalados com maior ênfase a partir dos anos 1970, colocados pelo *city marketing* como uma maneira de se alcançar a qualidade de vida. Busca-se refletir, nesse estudo, acerca das relações que se estabelecem entre o crescimento urbano das últimas décadas e as preocupações das autoridades e especialistas em dotar as cidades de ferramentas comprometidas com a qualidade de vida, tendo como referencial os investimentos no espaço público da cidade de Curitiba, a partir dos anos 1970, destacando-se, entre esses investimentos, a implantação dos parques e, mais recentemente, das academias ao ar livre. Entende-se que as políticas públicas associadas à qualidade de vida perpassam as diferentes formas como a sociedade se organiza no espaço, estando condicionadas e condicionando a interação dos sujeitos.

Palavras-chave: Qualidade de vida; espaço urbano; parquet; academias ao ar livre.

ABSTRACT

The quality of life, while guiding by public policies, comes gradually acquiring expression since the 19th century, and can be retrace in the changes of strategies for urban planning. More recently the quality of life has been understood from the perspective of their intimate relationship with the adoption of healthy lifestyles, being many times, connected to the deployment of public spaces and equipment for sports and leisure. Curitiba, specifically, has a significant number of spaces and public facilities for sports and leisure activities, such as parks and academies to open air, installed with greater emphasis from the year 1970, placed by city marketing as a way to achieve the quality of life. Search-if reflect, in this study, about the relationships that are established between the urban growth of the last few decades and the concerns of authorities and specialists in equipping the cities with tools, committed to the quality of life, taking as a reference the investments in public space of the city of Curitiba, from the year 1970, highlighting, among these investments, the deployment of the parks, and more recently, academies to open air. It is understood that public policies associated with the quality of life perpass the different forms as the society organizes itself in space, being shaped and conditioned to the interaction of subjects.

Keywords: Quality of life. Urban places. Parks. Outdoor gyms.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a qualidade de vida é tema recorrente na implantação de diversas políticas públicas e pode ser retratada por meio da evolução das estratégias de planejamento urbano desde meados do século XIX. Em consonância com as transformações nas estratégias de planejamento urbano, há a transformação das condições de vida e comportamentos, modificados nas últimas décadas. Assim, desde o século XIX até os dias de hoje, houve grande transformação na sociedade, bem como uma evolução teórica e prática com relação às políticas públicas de qualidade de vida, atrelado às modificações tecnológicas.

Nesse contexto a sociedade se transformou, alterando de maneira drástica o cotidiano das pessoas, como as reduções da atividade física no trabalho, no lazer, na locomoção e na vida em geral. Até há pouco mais de meio século mover-se fazia parte do cotidiano; a urbanização, o desenvolvimento tecnológico, com importantes modificações no transporte, tecnologia e maquinário em geral, tornaram as pessoas cada vez mais sedentárias. Em paralelo a essas mudanças, novos segmentos da sociedade foram sendo incorporados ao alvo das políticas de planejamento urbano, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida.

No Brasil, diversas cidades implantaram políticas urbanas cujo resultado almejado consistia na melhoria da qualidade de vida da população em geral. Inicialmente, centradas na readequação do meio ambiente, foram propostas, principalmente, medidas com caráter mais sanitarista, como são exemplos as ações do início do século XX no Rio de Janeiro.

O processo de transformação das cidades brasileiras com foco na urbanidade e no discurso ancorado na qualidade de vida, então, desdobra-se em atributos urbanos, em que beleza, limpeza, controle da ordem e segurança dos espaços públicos tornam-se condições necessárias para a vida cotidiana. Muitas capitais brasileiras adotaram medidas nesse sentido, mas, sem dúvida, Curitiba vem desde os anos 1970 se destacando em termos de inovações com relação ao planejamento urbano, cujos resultados defendiam, entre outros, a busca da qualidade de vida.

A capital paranaense apresenta atualmente um conjunto de parques e praças distribuídos em seu território com disponibilidade de estrutura pública de lazer para diversas camadas da população. Nesse sentido, tornou-se um contraponto ao processo de privatização do lazer e mesmo da busca da qualidade de vida que tem caracterizado a

evolução das sociedades pós-modernas. Entre as políticas associadas à qualidade de vida com uma preocupação mais centrada no indivíduo adotadas em Curitiba, há a concepção e criação dos parques a partir dos anos 1950, e instalação das academias ao ar livre nos anos 2000.

Associado às mudanças urbanísticas, o conceito de *city marketing* passou a permear diversas intervenções realizadas na cidade, transformando seus elementos urbanos e objetivando acima de tudo a afirmação de uma imagem positiva de sua sociedade e administração pública. Destaca-se nesse processo a reformulação do sistema de transporte coletivo, a implantação de áreas verdes públicas e de programas ambientais relativos à reciclagem do lixo e à educação ambiental.

Na sociedade contemporânea, diante das transformações em curso, pode-se identificar o contraste e a coexistência de antigas manifestações e modos de vida com novas concepções ainda por serem concretamente definidas. Trata-se de um movimento que se reatualiza no tempo, redesenhando a trama do cotidiano.

Este estudo, seguindo essa compreensão, busca refletir sobre as relações que se estabelecem entre o crescimento urbano das últimas décadas e as preocupações das autoridades e especialistas em dotar as cidades de mecanismos comprometidos com a qualidade de vida, tendo como referencial os investimentos no espaço público da cidade de Curitiba, estado do Paraná, a partir dos anos 1970, destacando-se entre esses investimentos a implantação dos parques, com características de atendimento mais direcionado ao coletivo da população e mais recentemente as academias ao ar livre, calçadas nas demandas dos indivíduos.

Assim, tem-se como objetivo deste estudo refletir acerca das conexões entre o crescimento urbano e os mecanismos disponíveis nas cidades comprometidos com a qualidade de vida. Para tanto, é necessário compreender as transformações nos espaços urbanos, tendo como ponto de partida as inovações ocorridas a partir do século XIX, as consequentes mudanças no espaço urbano e no modo de viver de seus moradores; realizar uma discussão teórica acerca da temática qualidade de vida, sua mensuração e relação com políticas públicas; e desenvolver uma análise dos espaços públicos de esporte e lazer, especialmente daqueles implantados no município de Curitiba, e sua relação entre lazer e qualidade de vida.

A compreensão das políticas públicas associadas à qualidade de vida perpassa as formas diferenciadas como as sociedades se organizam e se articulam no espaço. Dessa maneira, o espaço é elemento fundamental para a compreensão da articulação e

organização da sociedade. Os espaços são cenários dos acontecimentos, ações, fenômenos e relações dos sujeitos que os planejam, constroem, e que deles se apropriam. É a apropriação dos sujeitos no espaço que lhes atribui sentido e significado.

Portanto, questões como planejamento, traçados da cidade e conformação do espaço urbano podem ser superadas pelas ações do sujeito conforme ele se apropria da cidade e de seus espaços. É ele quem os faz, quem os cria. Pode-se afirmar que os espaços públicos são constituídos por esses arranjos e desarranjos sociais, onde as afinidades e diferenças são vivenciadas, configurando-se como possibilidade de diálogo e transformação.

O projeto urbano, nessa dinâmica, vem com o sentido de atuação transformadora, de renovação, ao promover uma ação imediata sobre o espaço. O espaço público, dessa forma, pode ser concebido então como um elemento ordenador, tendo um valor funcional, cultural/simbólico e político, assim como tendo capacidade transformadora sobre seu entorno. Os equipamentos instalados nesses espaços não são apenas elementos funcionais e monovalentes, mas criadores e qualificadores do espaço público, que podem adicionar apropriações diversas a este.

O município de Curitiba não fugiu dessas mudanças no espaço urbano, ao ponto que as estratégias adotadas pelo poder público e os apelos midiáticos em busca da imagem construída se apoiaram na criação de mitos de elevado conteúdo simbólico, onde se têm os espaços públicos, especialmente parques, praças, centros de esporte e lazer, como local para a prática de atividade física em busca da qualidade de vida e saúde da população.

As pessoas não colocam, habitualmente, como atividades relacionadas com a saúde aquelas do tipo: lavar carro, caminhar por diversos motivos, limpar a casa ou pintar paredes, entre outras. Tais atividades são corporais e implicam gasto energético; de fato, nada podemos fazer sem algum tipo de atividade corporal e de gasto – nem dormir. Contudo, as pessoas não classificam essas atividades como exercícios físicos. Toda atividade implica gasto energético: viver é consumir energias, predominantemente originárias de animais ou vegetais.

A qualidade de vida, então, é perpassada pela interação dos sujeitos, definida pela sociedade capitalista, em que o nascimento de novos paradigmas possibilita uma compreensão de que a melhoria da saúde e da qualidade de vida está conectada com a adoção de estilos de vida saudáveis. Esse conceito, então, é colocado de maneira

diretamente relacionada com saúde e atividade física, ao ponto que esta última é estabelecida como uma ponte direta para a melhoria e manutenção da saúde.

Pautando-se na abordagem qualitativa, a pesquisa inicialmente será baseada na análise teórica das temáticas estudadas: histórica no que tange o desenvolvimento das cidades a partir do século XIX, qualidade de vida, lazer e atividade física, utilizando-se de livros e artigos acadêmicos.

Na temática histórica, buscou-se demonstrar a íntima relação entre a industrialização na Europa nesse período, o rápido crescimento populacional nas cidades e a preocupação com o planejamento urbano, com base principalmente nas discussões de Mumford (1998), Benevolo (2011) e Sennett (2003). Cidades como Londres, Paris e Viena passaram por uma reformulação em seu planejamento e estrutura urbana, com a reestruturação de seu núcleo já construído, e, ao redor deste, a formação de uma nova faixa construída, a periferia. A busca pela modernização do ambiente urbano, ainda nesse século, levou a modificação de hábitos sociais a várias cidades em decorrência das transformações nos espaços públicos.

O Brasil não fugiu a essas transformações urbanas e sociais ocorridas na Europa no século XIX. No final desse século, com a proclamação da República, surgiram inquietações no país em relação à higiene, sanitarismo e segregação dos espaços, seguindo as transformações ocorridas no velho continente. No início do século XX novas concepções sobre a cidade foram criadas em oposição àquelas do século XIX, cujas funções privilegiadas eram vinculadas à produção. Le Corbusier, em 1922, lançou as bases para a construção da cidade moderna com a Carta de Atenas, identificando quatro funções sobrepostas: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular.

No Brasil, o início do século XX foi marcado por propostas de melhoramentos nas cidades, especialmente com relação à construção de ferrovias e obras de infraestrutura, como as medidas sanitaristas. Na metade desse século, o país passou pela busca da articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades pelas vias de transporte, destacando-se nesse período o francês Alfred Hubert Donat Agache, pela proposição de planos urbanísticos nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba. A partir da metade desse século o país passou por um intenso processo de migração campo-cidade, e de busca pela transformação no espaço urbano em decorrência do crescimento desordenado das cidades, processo que lembrava aquele ocorrido na Europa no século XIX. Essa discussão foi baseada principalmente em estudiosos como Leme (1999).

Curitiba passou, assim como o Brasil, por um processo de transformação urbana

em decorrência do crescimento populacional. A cidade caracterizou-se no século XX pela criação de códigos de postura e planos de urbanismo, pela preocupação com a implementação de áreas verdes e vias estruturais. No final desse século, foi marcada pelo discurso do *city marketing* e pela busca pela cidade modelo, propostas que foram discutidas por Trindade (1997), Oliveira (1995, 2000), Sachéz (1997) e Garcia (1997).

A busca da qualidade de vida permeava todos esses processos de reestruturação urbana que a cidade presenciou. Em Curitiba, destaca-se a inserção de espaços e equipamentos urbanos como instrumentos de busca dessa estratégia. A qualidade de vida, intimamente relacionada com os meios de comunicação, foi inserida nas políticas urbanas, associada aos aspectos positivos da atividade física. Dessa maneira, há uma forte conexão estabelecida na sociedade atual entre esses dois fatores e a saúde, resultando em uma concepção reducionista dos cuidados com a qualidade de vida, focada apenas em ações individuais. Há então, uma “culpabilização da vítima” diante do enxugamento da ação do Estado com relação às políticas públicas. A melhora da qualidade de vida, então, é colocada como se dependesse apenas do sujeito, por meio da incorporação de algumas práticas.

No entanto, há de se ressaltar que a qualidade de vida pode ser compreendida entre questões objetivas e subjetivas. Ou seja, ela é composta por fatores objetivos, como o acesso a políticas públicas (água, luz, esgotamento sanitário, educação), e subjetivos, como a relação de vizinhança, hábitos saudáveis, sentimento de pertencimento a uma determinada localidade. Pautando-se especialmente nos autores Lovisolo (2002), Vitte (2010, 2009, 2004) e Gonçalves (2004), pode-se afirmar que a qualidade de vida é perpassada por diversos aspectos da vida cotidiana, estando diretamente relacionada na maioria das vezes com questões de saúde, sendo a atividade física colocada diversas vezes como fórmula mágica para alcançar a qualidade de vida.

Ainda com relação à qualidade de vida, há uma busca por sua mensuração em diversas cidades brasileiras, inclusive Curitiba, especificamente, por meio do Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida (ISSQV), formulado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC), compreendendo um indicador, com base em Januzzi (2009) como um recurso metodológico que informa algo sobre um aspecto da realidade social, ou sobre mudanças que estão ocorrendo. São esses dados que dão suporte às políticas públicas e seu planejamento.

Nesse sentido, compreende-se como políticas públicas, com base em Amaral (2004), aquelas atividades políticas que têm como objetivo assegurar o funcionamento

harmonioso da sociedade, mediante a intervenção do estado. No Brasil, as políticas públicas de saúde e qualidade de vida estão diretamente relacionadas por meio de ações do Ministério da Saúde. Especificamente em Curitiba, há o Programa CuritibaAtiva, criado em 1998, que relaciona atividades físicas, saúde e qualidade de vida.

Em consonância com as políticas públicas e a qualidade de vida, há produção do espaço urbano. Utilizando-se autores como Milton Santos (1988), Lefebvre e Pelgrin (2004), a cidade pode ser compreendida como fruto de um contexto social, caracterizando-se pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos. Assim, a cidade tem sido um *locus* de poder, em que seus espaços se transformaram em coerentes e completos à imagem do homem, conforme afirma Sennett (2003).

A qualidade de vida não se restringe ao acesso à infraestrutura básica, aos equipamentos de uso coletivo, ao saneamento, habitação e rendimento mínimo. Pensar a qualidade de vida na cidade, assim, implica o direito à cidade, que para Lefebvre¹, manifesta-se enquanto direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. A condição e o modo de vida dos sujeitos, nesse sentido, determinam as possibilidades de escolhas que os mesmos podem adotar para suas vidas. Essa discussão relaciona-se com as práticas de lazer da população, que apesar de possuir um caráter desinteressado, suas práticas são, diversas vezes, compulsivas, ditadas por modismos, que para Marcellino (2006a), que se transformam em espaços sujeitos à mercantilização, excluindo certos grupos de sua prática.

Nesse âmbito, a busca pela qualidade de vida e o lazer são colocados por Le Corbusier (1922), ao afirmar que os espaços livres constituem-se como uma questão de saúde pública, enfatizando a necessidade da criação de espaços verdes ao redor das moradias, garantindo oportunidades de atividades saudáveis aos habitantes das cidades. O espaço para o lazer, assim, pautando-se na abordagem de Marcellino (2006b), é fundamental para a busca da qualidade de vida, passando a ser utilizado pela mídia como valor que indica o grau de nobreza dos espaços públicos.

Este trabalho apresenta, em seguida, consultas a meios públicos de divulgação de informações, como jornais, revistas e sites institucionais, visto que o uso de tais recursos amplamente divulgados prescinde da anuência dos organismos públicos gestores para o desenvolvimento da pesquisa. Vale dizer que uma das principais

¹ Henri Lefebvre (1901 - 1991) foi um profundo estudioso da obra de Marx e, como tal, estava inconformado com os dogmatismos e opressões filosóficas arquitetados em nome de um marxismo formal. Dedicou-se, então, a um exercício de releitura, porém situada criticamente no tempo e no espaço.

características da pesquisa qualitativa, ou interpretativa, é que os resultados podem ser bem diversos das pretensões do pesquisador, ou mesmo dos gestores das políticas públicas implantadas.

Posteriormente, apresentam-se dados coletados referentes a parques e academias ao ar livre do município de Curitiba, estado do Paraná, destacando que esses são colocados pela Prefeitura e mídia local como espaços que possibilitam a qualidade de vida da população.

Além disso, utilizam-se informações secundárias do Censo Demográfico de 2010, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e do Corpo de Bombeiros segundo os bairros em que se localizam os parques e academias ao ar livre, de modo a tentar quantificar os diferentes padrões de qualidade de vida nos bairros de Curitiba. Esses dados são submetidos à metodologia já consagrada internacionalmente e referendada em estudo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC.

Ao longo dos capítulos, busca-se resgatar a evolução da preocupação com a qualidade de vida da população em diversos contextos, até a avaliação de políticas públicas mais recentes, que têm nas academias ao ar livre um dos seus ícones na cidade de Curitiba. Assim, no primeiro capítulo, é realizado um esforço no sentido de apresentar uma evolução histórica da preocupação dos gestores públicos com relação às políticas de modificação do espaço público voltadas à melhoria da qualidade de vida.

No segundo capítulo, é desenvolvida uma discussão acerca da qualidade de vida, apresentadas algumas concepções teóricas sobre a temática bem como algumas tentativas de sua mensuração e o conceito de qualidade de vida urbana. Nesse capítulo ainda é feita uma discussão acerca das políticas públicas de qualidade de vida, e explicitadas algumas ações no município de Curitiba. Por fim, realiza-se um estudo sobre as novas práticas urbanas.

O terceiro capítulo trabalha a inter-relação entre lazer, qualidade de vida e atividade física no espaço urbano, sendo que é dividido em três temáticas: a relação entre a atividade física e saúde, o lazer na cidade e os espaços públicos de esporte e lazer no município de Curitiba, momento em que a pesquisa estabelece relação direta com a realidade do município.

Por fim, na conclusão busca-se retornar à discussão entre os espaços públicos como instrumento de qualidade de vida, à luz das principais informações transmitidas ao longo dos três primeiros capítulos.

1 TRANSFORMAÇÕES URBANAS: EM FOCO O MUNICÍPIO DE CURITIBA

A partir da segunda metade do século XIX, com a industrialização na Europa ocorreu um acelerado e desordenado crescimento das áreas urbanas, gerando, assim, uma preocupação com o planejamento urbano das cidades². Nesse contexto, diversas ações foram desenvolvidas buscando melhorar as condições de vida da população. Algumas dessas ações perduram até os dias de hoje, como a busca por cidades saudáveis, com arejamento e iluminação. Conforme afirma Terra (2012), os problemas urbanos contemporâneos que são enfrentados pela sociedade atual se assemelham-se, em parte, àqueles enfrentados pela população no século XIX.

A preocupação com a implantação de políticas urbanas no Brasil, no início do século XX, insere-se nesse contexto, derivando não apenas da busca por um espaço de melhor qualidade. Ela surgiu também a partir das necessidades de responder às transformações sociais e econômicas que se intensificavam e que levaram a um crescimento inédito da urbanização no país.

Muitas cidades brasileiras podem contar na sua arquitetura ou na organização de seus espaços as histórias que estruturam a cidade como é hoje, considerando tanto os traçados espontâneos, os movimentos sociais de ocupação e recriação das paisagens, como também as heranças deixadas aqui de projetos de intervenções. [...] As organizações econômicas, as influências urbanísticas, as políticas públicas, as relações sociais e os projetos para administrar e estabelecer padrões no modo de vida social interferem nas suas configurações. (TERRA, 2012, p. 28)

Ao repensar a cidade no Brasil e sua transformação ao longo da história, é possível relacioná-la às da Europa e dos Estados Unidos. Nesse sentido, Santos (2008) afirma que a formação dos primeiros núcleos de povoamento brasileiros seguiu uma estratégia comum às instalações portuguesas medievais com a escolha de terrenos elevados para o estabelecimento de povoações. Cidades como Salvador, Natal e Olinda seguem esses preceitos, ao ponto que até hoje possuem as denominadas cidades altas e baixas.

² Compreendendo a cidade como uma paisagem artificial criada pelo homem, composta por objetos e imagens, uma mistura entre espaço criado e natural, dinamizada entre a vida privada e pública, onde são articulados tempo/espaço, trabalho, política, consumo, cultura, lazer. Em tal ambiente, são os espaços públicos o próprio pulsar da vida urbana, é através dele que se estabelece o vínculo entre participação ativa e vida na cidade (RECHIA, 2003).

Ainda nesse âmbito, Terra (2012) afirma que no país as cidades foram implantadas a partir de modelos não só dos portugueses, mas dos europeus de modo geral, de modo que as primeiras cidades brasileiras foram constituídas com base em concepções urbanas desenvolvidas no decorrer da história da Europa. As inúmeras alterações na sociedade brasileira decorreram principalmente da mudança de uma sociedade com a economia baseada na produção agrária para uma sociedade em processo de industrialização.

1.1 UM POUCO SOBRE AS CIDADES E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Durante a Revolução Industrial no século XIX, especialmente na Europa, diversos fatos influenciaram a ordem das cidades e do território como: o crescimento da população, destacando os jovens, em decorrência da redução do índice de mortalidade, o que modificou a estrutura social; o aumento dos bens e serviços produzidos pela agricultura, indústria e atividades terciárias, em consequência do progresso tecnológico e do desenvolvimento econômico; a redistribuição dos habitantes no território como consequência do aumento demográfico e das transformações da produção; e o desenvolvimento dos meios de comunicação, tais como estradas, canais de navegação e estradas de ferro (BENEVOLO, 2011). É importante ressaltar que a alteração das formas de produção aconteceu paralelamente à melhoria da tecnologia empregada na produção agrícola, desencadeando a diminuição de mão de obra rural, levando ao aumento das áreas urbanas.

A cidade burguesa que se desenvolve depois da Revolução Industrial é, com certeza, diferente de todo modelo anterior, antes de tudo por seus elementos mensuráveis: as quantidades em jogo (número de habitantes, número de casas, quilômetros de estradas, número e variedade dos serviços e das aparelhagens) e a velocidade das transformações; as diversidades quantitativas produzem, somando-se, uma diversidade qualitativa, isto é, tornam impraticáveis os antigos instrumentos de controle, que estão baseados justamente numa limitação conhecida das quantidades e das velocidades, e propiciam o surgimento de novas oportunidades e novos riscos que só podem ser comparados com novos instrumentos de projeção e de gestão: voltam a propor, por conseguinte, de maneira integral e pela primeira vez depois da Idade Média, o problema do planejamento urbano. (BENEVOLO, 1991, p. 22)³

³ Citado por Landim (2004, p. 21).

Dessa maneira, com o advento de novas forças que favoreciam a expansão e a dispersão em todas as direções e a construção de novas indústrias, a cidade desse período sofreu diversas transformações. Os interesses do capital passavam a traçar e construir novos bairros. Cidades como Paris, Londres, Berlim e Viena passaram por grandes transformações e foram utilizadas como exemplo para muitas cidades brasileiras.

A cidade de Londres, no século XIX, era a maior cidade desse período, e pode ser considerada um dos melhores exemplos de cidade encortçada daquele tempo. Cresceu desconsiderando quase que completamente os eixos previamente definidos, enquanto alguns pequenos bairros se transformaram em refúgios dentro de uma cidade que superou a escala humana. Nas palavras de Giddens (2005), Londres era a maior cidade que já havia se vista até então, um grande centro manufatureiro, comercial e financeiro no coração de um império ainda em expansão.

No entanto, a grande metrópole da era industrial do final do século XIX assumiu sua forma típica em Paris, entre 1850 e 1870, constando que em nenhuma outra cidade do mesmo período as mudanças como resultado do desenvolvimento da indústria aconteceram com tanto ímpeto (PEREIRA, 2012). As expansões e transformações urbanas nas cidades europeias encontraram o melhor exemplo em suas capitais, como Paris, no tempo do prefeito Haussmann⁴ (1853-1870).

Haussmann levou a cabo o maior esquema de redesenvolvimento urbano dos tempos modernos, destruindo boa parte da malha medieval e da Renascença; retas, as novas vias ligavam o centro da cidade aos distritos. (SENNETT⁵, 2003, p. 269)

Enquanto que os projetos de planejamento em Viena no fim do século XIX tornaram a cidade emblemática por duas soluções do urbanismo contemporâneo: o suporte para o desenvolvimento dos subúrbios por meio do aperfeiçoamento de uma rede ferroviária metropolitana e o zoneamento como instrumento de projeto dos

⁴ Georges-Eugène Haussmann, administrador do Sena entre 1853 e 1869, projetou e implantou o que é considerado plano regulador para uma metrópole moderna, em Paris, o Plano Haussman. Tal plano promoveu a racionalização das vias de comunicação, criando grandes boulevards, que conjugavam artérias radiais e anelares, provocando a divisão administrativa da cidade em bairros e distritos e a espacialização dos setores urbanos. E como sistema de controle das áreas edificadas utilizou as leis municipais. As indústrias implantaram-se nos arredores das cidades, as classes média e operária deslocaram-se para os subúrbios.

⁵ Richard Sennett é sociólogo e historiador, ensina sociologia na *New York University* e na *London School of Economics*. Escreve especialmente sobre cidades, trabalho e cultura, dentre suas principais publicações pode se citar *A formação do caráter em um mundo desigual*, *A autoridade*, *Carne e pedra*, *A cultura do novo capitalismo* e *O artífice*.

subúrbios.

Segundo Mumford (1998), a partir desse período, o traçado da cidade não tem mais relação com as necessidades e atividades humanas, o padrão pode ser simplificado.

Sendo concebida como uma aglomeração puramente física de edifícios alugáveis, a cidade planejada dentro daquelas linhas podia propagar-se em qualquer direção, limitada apenas por grandes obstáculos físicos e pela necessidade de rápidos transportes públicos. Todas as ruas podiam tornar-se ruas de tráfego; todos os bairros podiam tornar-se bairros de negócios. (MUMFORD, 1998, p. 457)

A partir da metade do século XIX com o crescimento acelerado das cidades, a impossibilidade de expansão na área central das cidades forçou uma redistribuição da população no entorno destas, criando áreas sem planejamentos, nos subúrbios e bairros próximos ao assentamento urbano inicial, e também áreas planejadas, com ampliações e planos urbanísticos.

As cidades europeias nesse período, conforme descreve Benevolo (2011), já possuíam uma estrutura formada por períodos anteriores, contendo muitos monumentos como palácios e igrejas. As ruas estreitas da cidade em crescimento não eram mais suficientes para conter o trânsito em crescimento; na mesma medida, as pequenas e compactas casas não mais supriam essa mesma população crescente. Dessa maneira, essas cidades tiveram seu núcleo já construído transformado, e ao redor desse a formação de uma nova faixa construída, a periferia. Esses acontecimentos acarretaram o contraste entre os bairros, formando uma cidade dividida setorialmente e uma grande exclusão social.

O autor Edgar Allan Poe⁶, no conto denominado “O Homem da Multidão”, escrito em 1840, realiza uma descrição de Londres nesse período, a partir da visão de um homem que observava a multidão na área central da cidade de dentro de um café, e passa a seguir um “estranho” pelas ruas da cidade, desde a área central até os bairros mais distante. Nesse percurso, desenvolve uma descrição detalhada dos locais e seus habitantes por onde passa, destaca a dicotomia entre as áreas centrais da cidade com a periferia.

Essa era uma das artérias principais da cidade e regurgitava de gente durante o dia todo. Mas, ao aproximar-se o anoitecer, a multidão

⁶ Autor americano, nascido em Boston em 1809. Foi autor, poeta, editor e crítico literário, considerando o inventor do gênero ficção policial, foi um dos primeiros autores americanos de contos.

engrossou, e, quando as lâmpadas se acenderam, duas densas e contínuas ondas de passantes desfilavam pela porta. Naquele momento particular do entardecer, eu nunca me encontrara em situação similar, e, por isso, o mar tumultuoso de cabeças humanas enchia-me de uma emoção deliciosamente inédita.

[...]

Era o mais esquálido bairro de Londres; nele tudo exibia a marca da mais deplorável das pobreza e do mais desesperado dos crimes. A débil luz das lâmpadas ocasionais, altos e antigos prédios, construídos de madeiras já roídas de vermes, apareciam cambaleantes e arruinados, dispostos em tantas e tão caprichosas direções, que mal se percebia um arremedo de passagem por entre eles. As pedras do pavimento jaziam espalhadas, arrancadas de seu leito original, onde agora viçava a grama, exuberante. Um odor horrível se desprendia dos esgotos arruinados. A desolação pervagava a atmosfera. No entanto, conforme avançávamos, ouvimos sons de vida humana e, por fim deparamos com grandes bandos de classes mais desprezadas da população londrina vadiando de cá para lá. O ânimo do velho se acendeu de novo, como uma lâmpada bruxuleante. Uma vez mais, caminhou com passo elástico. Subitamente ao dobrarmos uma esquina, um clarão de luz feriu-nos os olhos e detivemo-nos diante de um dos enormes templos urbanos de Intemperança: um dos palácios do demônio Álcool. (POE, 1987, p. 241)

Outra leitura crítica das condições de vida nesse período, especificamente do proletariado inglês, encontra-se no livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Friedrich Engels⁷, escrito em 1845. O autor afirma que a população sacrificou a melhor parte de sua condição de homem para realizar os avanços da civilização. O autor descreve os bairros do proletariado de Londres da seguinte maneira:

Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra são usados para secar a roupa. (ENGELS, 2008, p. 70)

A cidade encortiçada do século XIX era caracterizada pelas péssimas condições de qualidade de vida, em que somente a intervenção do estado poderia transformar esse quadro. Pode-se descrever as cidades desse período como cidades segregadas não pelas leis, mas pelo alto custo dos aluguéis. A população se amontoava em edifícios do centro

⁷ Friedrich Engels (28 de novembro de 1820 - 5 de agosto de 1895), filósofo alemão. Junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Foi co-autor de diversas obras com Marx, e entre as mais conhecidas destacam-se o Manifesto Comunista e O Capital.

de baixa salubridade ou nas casas humildes da periferia, os terrenos eram divididos em lotes, além dos antigos limites (CALABI, 2012).

Hall (1995) também acentua que Londres pode ser citada como o melhor exemplo de cidade encortiçada na Europa do século XIX (ressaltando ainda que era a maior cidade desse período), enquanto Berlim pode ser considerada como uma cidade compacta, mas demograficamente saturada.

O aumento numérico das cidades, seu inchamento e a expansão da indústria constituem eventos inter-relacionados. Deste modo, a transformação de Londres numa grande cidade do século XIX precede a mudança correspondente em Paris em aproximadamente meio século. O mesmo intervalo existe entre a industrialização da Inglaterra e a industrialização da França.” (GIEDION, 2004, p. 764)

Para Benevolo (2011), essa periferia, diferente do núcleo da cidade já formado, era um território livre onde se somavam diversas iniciativas independentes, como bairros de luxo e pobres, instalações técnicas, indústrias e depósitos. Essas inúmeras iniciativas se fundiram em tecido compacto sem nenhum tipo de previsão ou cálculo. Segundo Pereira (2010), foram tais contradições que levaram à criação das primeiras políticas de planejamento das cidades.

A eugeniação⁸ e o controle de doenças marcam esse período com a criação de medidas preventivas que incluíam cuidados com a higiene, criação de vacinas, implantação de projetos de rede de esgotos, visando à salubridade e à sanidade dos habitantes urbanos, de maneira geral. Nesse sentido, as cidades foram sendo marcadas por diversas obras que incluíam a demolição de edifícios, o alargamento de artérias, entre outras medidas no sentido de combater os focos que poderiam transmitir doenças e também comprometer as novas concepções do modo de viver urbano. A antiga rua, geralmente estreita e irregular, foi substituída por ruas largas e regulares. O traçado viário, então, constituiu-se no princípio gerador da malha urbana, separando o público e o privado. Com as ampliações na teia urbana, uma nova ordem foi criada, adaptando as velhas cidades europeias.

⁸ Aperfeiçoamento da raça humana. O termo eugenia, cunhado pelo cientista britânico Francis Galton em 1883, significava melhora da raça.

A cidade europeia do século XIX é uma unidade formada por muitas peças diversas, um mosaico urbano no qual convivem malhas novas e históricas mais ou menos reformadas, elementos singulares antigos reutilizados ou não com elementos únicos e próprios da capital. (PEREIRA, 2010, p. 210)

Vale ainda ressaltar que a busca pela modernização do ambiente urbano no século XIX contribuiu para modificar hábitos sociais em várias cidades europeias, criando novas sensibilidades, em decorrência das transformações nos espaços públicos, e buscando amenizar o impacto que o processo de industrialização acarretou nas cidades. Tais mudanças, muitas vezes caracterizadas como melhoramentos e embelezamentos urbanos, favoreceram apropriações até aquele momento, inéditas, através da inserção de praças, parques e abertura de “boulevards”.

O crescimento urbano, dessa maneira, ditado em grande medida pela economia, significou a destruição de muitas das características naturais humanas em suas atividades diárias. A rua, agora larga com traçado regular, desenvolveu uma função peculiar, tomando o lugar do quintal e da praça protegida da cidade medieval, ou da praça aberta e do parque barroco. Dessa forma, o espaço, primeiramente desenvolvido para o tráfego, tornou-se também parque, local para passeios e campo de jogos.

Esse novo modelo de cidade que estava sendo concebido, conforme Benevolo (2011), permitiu reorganizar as grandes cidades europeias, fundar as cidades com perfil semelhante em diversas partes do mundo e, de certa forma, ainda influencia de maneira determinante a organização das cidades atuais. Por fim, vale utilizar-se de Richard Sennett, o qual fez a seguinte descrição desse período em seu Livro Carne e Pedra:

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento urbano valeu-se das tecnologias de locomoção, de saúde pública e de conforto privado, do mercado, do planejamento de ruas, parques e praças, para resistir à demanda das massas e privilegiar os clamores individuais. (2003, p. 299)

1.2 AS CIDADES NO BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

No mesmo século, as cidades brasileiras, de maneira geral, ainda mantinham traçados urbanísticos e atividades econômicas semelhantes ao período colonial, com exceção de algumas capitais que sofreram reformas a partir da vinda da família real em 1808. No entanto, na última década do século XIX, após a proclamação da República,

os ideais de modernidade, progresso, cientificismo e positivismo possibilitaram uma nova visão sobre o espaço urbano. Surgiram inquietações com higiene, sanitarismo, segregação dos espaços e controle de elementos perniciosos a saúde, moral e ordem públicas no país.

Dessa maneira, entre o final do século em questão e início do XX, segundo Terra (2012), algumas das principais cidades do país que permaneciam com esse traçado iniciaram mudanças urbanísticas em decorrência de transformações políticas e econômicas da época, como fim da escravidão, expansão do comércio, chegada de imigrantes e instalação das primeiras indústrias. Em Curitiba, esse processo não foi diferente. As atenções com salubridade, ordenamentos e melhoramentos urbanos foram constantes, assim como vigilância e punição de indivíduos nocivos ao bem-estar e à prosperidade da cidade.

Na segunda metade do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, as diversas experiências separadas desenvolvidas na primeira metade do século se encontraram em um único movimento, o qual buscava “a projeção de um mundo diferente, independente dos modelos tradicionais mais conforme às pesquisas objetivas dos técnicos e cientistas” (BENEVOLO, 2011, p. 618). A cidade moderna foi marcada pela busca de um novo modelo, desvinculando-se das divisões institucionais anteriores. Inúmeras transformações tanto no campo artístico quanto no campo técnico enfraquecem as formas de gestão estabelecidas, influenciando também as camadas inferiores, que passam a procurar uma renovação no ambiente construído.

Seguindo esse caminho, novas concepções sobre a cidade foram criadas. Em oposição às cidades do século XIX, cujas funções privilegiadas eram vinculadas a funções produtivas, Le Corbusier⁹ em 1922 lançou as bases para a construção da cidade moderna, identificando quatro funções sobrepostas na cidade moderna: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular. Assim, a residência passou a ser o elemento mais importante da cidade, e as atividades produtivas (agricultura, indústria e comércio) determinaram três tipos de estabelecimento humano: a empresa agrícola espalhada no território, a cidade linear industrial e a cidade radiocêntrica das trocas. As atividades recreativas requeriam espaços livres apropriados, dispersos pela cidade, áreas verdes para o esporte e para o jogo próximas às casas, parques dos bairros e das cidades.

⁹ Arquiteto suíço-francês nascido em 1887, considerado a figura mais importante da arquitetura moderna. Compreendia a casa como uma máquina de habitar, em consonância com os avanços industriais. Sua principal preocupação era a funcionalidade. Uma de suas preocupações constantes foi a necessidade de uma nova planificação urbana, mais adequada à vida moderna.

A rua-corredor do século XIX deveria ser substituída por um sistema de percursos separados para pedestres, bicicletas, veículos rápidos e lentos, traçados no espaço da cidade-parque. Essa nova estrutura proposta pretendia superar o dualismo cidade-campo existente no século anterior, bem como a apropriação privada do território. Para tanto, indicaram uma alternativa, a reconquista do controle público sobre o espaço da cidade.

Ao destacar a moradia como elemento para reorganizar a cidade, são as exigências dos habitantes que foram tomadas em consideração para as transformações. Dessa forma, conforme afirma Benevolo (2011), todos os elementos da cidade poderiam ser colocados em uma relação exata com as casas, de forma que a estrutura urbana seria subordinada à residência. Nessa mesma linha, as unidades de habitação possibilitariam estender o controle arquitetônico a uma escala muito maior.

A cidade moderna em oposição à cidade tradicional, para o mesmo autor, poderia ser formada por elementos maiores que a anterior, cada um projetado como uma composição construtiva unitária, em que esses elementos poderiam ser coordenados por antecipação. Dessa maneira, o quadro do conjunto poderia ser ao mesmo tempo variado e ordenado.

1.3 A CIDADE DE CURITIBA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

No município de Curitiba, especificamente, as primeiras intervenções urbanas ocorreram em função da emancipação política do Paraná, em 1853, quando a cidade se transformou na nova capital da Província do Estado. Para adequá-la à condição de capital, o engenheiro francês Pierre Taulois fez recomendações quanto ao traçado e alinhamento das ruas existentes na vila.

A partir da segunda metade do século XIX, acompanhando o movimento que ocorria no restante do país e na Europa, houve o início do desenvolvimento urbano no município com vários empreendimentos, entre os quais a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá na década de 1880, que levou a cidade a receber um grande número de imigrantes europeus. Estes introduziram valores e costumes culturais próprios, como, por exemplo, a difusão de jardins e a preservação dos bosques. O crescimento desordenado, já nessa época, era rigorosamente fiscalizado, principalmente nas regiões próximas ao centro.

Os engenheiros que construíram a Estrada de Ferro adotaram na íntegra o

modelo francês de urbanismo no planejamento da cidade – cidades-jardins¹⁰. Tal modelo, concretizado a partir da inauguração da ferrovia em 1885, foi mantido até a década de 1950.

Em decorrência do grande aumento da população, em 1895 foi criado o 1º Código de Posturas de Curitiba¹¹, um instrumento para a manutenção da ordem da cidade, o qual previa padrões de higiene e aperfeiçoamento da estrutura urbana, estimulando o plantio de árvores e o estabelecimento de regras para a coleta de lixo. Além desses, na legislação constava uma praça integrada próxima a um conjunto de ruas, destinada ao lazer.

No período compreendido entre os anos de 1895 e 1930 no Brasil, foram propostos e realizados melhoramentos em parte das cidades, sendo os engenheiros os primeiros profissionais a trabalharem com o urbanismo no país. As principais ações ocorreram com relação a construção de ferrovias e obras de infraestrutura, como saneamento, abertura e regularização do sistema viário, bem como elaboração de projetos urbanísticos para as regiões centrais.

Assim, um dos principais desafios das cidades no início do século XX dizia respeito ao crescente aumento do número de habitantes. Giddens (2005) coloca que as cidades tornaram-se centros de concentração do poder financeiro e industrial. Outra questão que o autor destaca diz respeito ao impacto desse crescimento além dos hábitos e modos de comportamento, ao ponto que também alteraram os padrões de pensamento e sensibilidade.

A proposta de intervenção a esses problemas, semelhante àquelas utilizadas nas cidades europeias, estava relacionada a planejamentos, buscando resolver questões ligadas às doenças endêmicas e epidêmicas. Conforme afirma Leme (1999)¹², a questão do saneamento era central, demandando a implantação de redes de água e esgoto. Um dos principais engenheiros envolvidos nesse processo foi Saturnino de Brito, responsável pelo projeto de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário

¹⁰ Ebenezer Howard (1850-1928) propôs o conceito de cidades-jardim, o qual buscava a integração entre cidade e natureza, propondo que cada cidade-jardim, limitada a 30 mil habitantes e rodeada por um cinturão verde, deveria fazer parte de uma constelação de cidades-jardim rodeadas pelo campo (RECHIA, 2003).

¹¹ Em relação ao código de postura da cidade registra-se já no século XVIII visitando a cidade, que então denominava-se vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, o Ouvidor Raphael Pires Pardini obrigou os moradores a limparem todo o ano o rio Belém para evitar banhos em frente à Igreja Matriz. Outra exigência no Provimento do Ouvidor Pardini era que as novas casas seguissem o alinhamento das ruas.

¹² Maria Cristina da Silva Leme é arquiteta e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisa a formação do urbanismo no Brasil, a relação com os processos de urbanização e o impacto na estrutura urbana das cidades brasileiras.

para mais de vinte cidades brasileiras. Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, por exemplo, abarcadas pelo discurso sanitarista, passaram por reformas em nome de políticas de saneamento básico. Como nas cidades europeias, a elite brasileira passou a associar determinados espaços à pobreza, e desigualdades sociais às doenças, à sujeira, à promiscuidade e aos crimes.

Em Curitiba, quando Cândido de Abreu¹³ assumiu a prefeitura em 1913, iniciou uma série de reformas paisagísticas e criou uma Comissão Especial para Melhoramentos Urbanos, a qual proporcionou uma expressiva transformação urbana com abertura e retificação de ruas, instalação de bondes elétricos e propagação da arquitetura eclética nos sobrados, prédios públicos e palacetes da cidade. Por meio da Companhia de Melhoramentos a cidade teve pavimentação de macadame e paralelepípedos em grande parte de suas ruas, também recebeu melhor tratamento estético em seus logradouros, especialmente em seus jardins e parques, como o Passeio Público. Ainda em sua gestão teve início o primeiro plano de saneamento da cidade, com a canalização parcial do Rio Belém no trecho da Rua Mariano Torres. Em 1919 foi aprovado um novo Código de Posturas na cidade, que priorizava o sistema de circulação de veículos, fazendo com que toda a malha urbana fosse repensada.

Com a decadência da atividade ervateira e a falta de recursos para grandes obras, a administração pública foi obrigada a recorrer à tendência de hierarquização dos planos urbanísticos do início do século. As funções da cidade, diretamente influenciadas pelos modelos europeus, foram divididas em três zonas: central com comércio e moradas de alto padrão; fábricas e moradas para operários mais qualificados; e moradas de operários menos qualificados e pequenos sitiantes.

O aumento da população nas áreas urbanas foi acompanhado por transformações em termos de gestão pública e participação do estado na economia. Conforme afirma Gomes (2003), a partir de 1920 no país, o modelo de desenvolvimento agroexportador começou a tornar-se inviável como padrão de acumulação capitalista. O país foi “compelido a intensificar o processo de desenvolvimento urbano das cidades e a transitar para uma nova forma de acumulação baseada na indústria, vista como novo eixo dinâmico da economia nacional”. (GOMES, 2003, p. 101)

O período compreendido entre os anos de 1930 e 1950, especificamente, foi marcado pela elaboração de planos que tinham como objeto o conjunto da área urbana

¹³ Cândido de Abreu foi personalidade do final do século XIX, a quem se atribui a composição e a idealização de vários projetos arquitetônicos no município de Curitiba entre 1897 e 1916.

da época. Tais planos, com uma visão de totalidade, propunham a articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades por meio de sistemas de vias de transporte. Nesse período, foram formuladas as primeiras propostas de zoneamento, e, em algumas cidades, órgãos para o planejamento urbano como parte da estrutura administrativa de algumas prefeituras foram organizados. Segundo Leme (1999), um exemplo dessa forma de planejar a cidade foi o Plano de Avenidas¹⁴, elaborado por Francisco Prestes Maia para São Paulo em 1930. Os periódicos da época afirmavam:

A cidade que se está remodelando, e tomando aspectos de uma metrópole moderna, necessitaria também ser dotada de um aparelhamento cultural em harmonia com seu progresso material. (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 03/04/1935)¹⁵

Ainda nesse período, o francês Alfred Hubert Donat Agache apresentou um plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro: “A remodelação de uma capital: ordenamento, extensão, embelezamento”. Apesar de esse plano não ter sido efetivamente aplicado, deixou a ideia que

[...] as ações ordenadoras dos espaços urbanos deveriam estar contidas em um *plano único de remodelação*, que apreendesse a cidade em toda sua multiplicidade: *A cidade teria que ser concebida enquanto organismo, numa perspectiva funcional, onde cada parte pertence a um todo que deve funcionar sincronicamente, em favor de seus habitantes.* (TRINDADE, 1997, p. 44 - grifos do autor)

Curitiba não fugiu desse processo, ao ponto que, em 1943¹⁶, a cidade passou por um novo período de transformação em sua estrutura urbana, por meio da criação de um planejamento urbano diferenciado, o Plano Urbanístico Agache, realizado pelo mesmo engenheiro. Curitiba, nesse período, foi definida pelo próprio plano como uma cidade “agradável”, mas sem a impressão de que era a capital do estado: possuía ruas que se cruzavam em um traçado mais ou menos xadrez, sem uma preocupação da topografia do terreno, e seus problemas urbanos se entrelaçavam de forma que uns tornam-se decorrentes dos outros.

Tal plano estabeleceu normas técnicas e diretrizes com o objetivo de ordenar o

¹⁴ Alfred Hubert Donat Agache propôs um sistema articulado de vias radiais e perimetrais, transformando a comunicação entre o centro da cidade e os bairros, e dos bairros entre si e da cidade.

¹⁵ Citado por Gomes, 1993, p. 161.

¹⁶ Após o Código de Posturas de 1919 até a década de 1940 Curitiba não teve grandes planos, apesar de sua população ter quase dobrado nesse período.

crescimento físico, urbano e espacial da cidade – por meio de disciplinamento do tráfego, organização das funções urbanas e zoneamento específico. Este compreendia a cidade como um conjunto arquitetônico que deveria atender a um determinado número de funções, como circulação, habitação e trabalho. Dessa forma, a cidade foi pensada como um conjunto arquitetônico fundamentado sobre o tripé saneamento, sistema viário e uso do solo, procurando a integração de habitação, circulação, trabalho e recreação.

A divisão da cidade em zonas especializadas, proposta pelo plano, seria pela implementação de centros funcionais setorizados: um militar, um esportivo, um de abastecimento, um de educação, um industrial, um administrativo, e alguns centros de esporte e lazer. O plano dispôs sobre “Espaços Livres”, contemplando tanto largas avenidas como praças, jardins e parques públicos, com atenção voltada para a questão da arborização urbana e dos locais destinados à recreação e lazer da população. Na sequência, foi implantado também um sistema radial de vias a partir do centro, ou seja, ligações entre os setores realizadas pela implantação de vias expressas. As propostas de Agache, embora implantadas parcialmente na cidade, deixaram marcas que perduram até hoje, como as grandes avenidas, as galerias pluviais, entre outros.

Ao final da década de 1940, dava-se início em Curitiba à verticalização da cidade, vista como sinal de progresso. Juntamente a isso, a remodelação e o embelezamento dos jardins e praças existentes era uma forma de demonstrar o desenvolvimento vivido pela cidade.

Entre os anos de 1950 e 1964, foram iniciados planos regionais no país, buscando suprir as necessidades da nova realidade deste período, que se caracterizou pela migração campo-cidade, processo crescente de urbanização com o aumento da área urbana e consequente conurbação¹⁷. No início daquele século, o Brasil concentrava aproximadamente 70% dos habitantes no campo; nos anos 80 já contabilizava por volta de 70% residindo nos centros urbanos. É nesse momento que se exacerbaram os problemas associados às desigualdades sociais nas áreas urbanas, à precariedade do saneamento básico e à desorganização das grandes cidades.

Na década de 1950, o Estado do Paraná encontrava-se em um momento de desenvolvimento ascendente impulsionado pelo cultivo de café. Os sinais dessa prosperidade econômica refletiram na capital, Curitiba, que deveria se constituir como

¹⁷ Compreende-se conurbação como a fusão de duas ou mais áreas urbanas em uma única, fisicamente interligadas de maneira contínua, em que os limites entre as cidades não são bem definidos, e não estão inteligíveis para os habitantes e usuários do espaço.

uma nova metrópole¹⁸. Dessa forma, com o rápido crescimento da cidade de Curitiba, novos problemas surgiram, como a construção de edifícios “arranha-céu” em regiões consideradas impróprias e de fábricas e comércios em áreas indefinidas, e os loteamentos clandestinos fora do perímetro urbano. Diante dessa problemática, foram iniciados estudos de planejamento na cidade visando à preservação do meio ambiente.

Nesse período em que a preocupação com o embelezamento da cidade era primordial, Curitiba chamava atenção por ser uma cidade colonizada por europeus, construída e dinamizada por europeus. Um município novo com o futuro de muita grandeza. As intervenções urbanas, especialmente no centro da cidade, tinham como preocupação embelezamento da cidade para o visitante, escondendo os problemas relacionados com a falta de infraestrutura básica para a grande parte da população. Nesse momento determinados locais foram eleitos e transformados em cartões postais, livrando-se da sujeira e daquilo que poderia corromper a ordem vigente, explicitando seu aspecto moderno, típico de cidades europeias.

Em 1953 foi estabelecido um novo Código de Posturas e Obras do Município (Lei Municipal nº 699/53), proposto no plano de 1943. Entre outros temas, o novo código de posturas apresentava legislação sobre a destinação de lixo e a extração de areia em áreas ainda não ocupadas. Ainda nesse período, surgiu a Comissão de Planejamento de Curitiba – COPLAC, com o objetivo de controlar espacialmente a cidade.

O contexto de crescimento urbano, atrelado à implantação de forma parcial na cidade das obras propostas pelo Plano Agache, fez com que, em 1954, esse plano sofresse uma revisão através da criação do Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo, que tinha como função exercer o controle urbanístico da cidade. Segundo Oliveira (2000), em função dos parâmetros rígidos estabelecidos por Agache e do rápido crescimento da cidade, o plano começou a ficar obsoleto, de forma que se tornou incontornável a orientação do crescimento da cidade. Questões como o surgimento de loteamentos “clandestinos” era um dos desafios para os administradores municipais.

Dentre os problemas mais prementes, destacavam-se o caso dos loteamentos clandestinos, construídos à margem da delimitação de usos possíveis do solo para cada região, as inundações frequentes a que se submetia o centro da cidade, o déficit de unidades habitacionais, o mau estado da rede viária, continuamente danificada

¹⁸ O Estado próspero e moderno, necessitava de uma capital com a mesma roupagem. Ao menos buscava-se passar a ideia de que estava se constituindo uma das maiores metrópoles do Brasil.

por tráfego pesado e, finalmente, um centro da cidade medíocre e em deterioração, com a circulação atravancada por vias estreitas, cercadas por prédio em decadência. (OLIVEIRA, 2000, p. 73)

A preocupação com áreas verdes já aparecia com destaque no Plano Agache, que propunha a criação de um horto botânico, a arborização das ruas e jardins, a preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano e a criação de parques, como pode ser observado na Figura 1. Previa a execução de quatro parques, um horto botânico, um parque cemitério e uma avenida parque, além da arborização de ruas e jardins, a preservação de áreas verdes ao redor do núcleo urbano e o recuo frontal de cinco metros para as edificações.

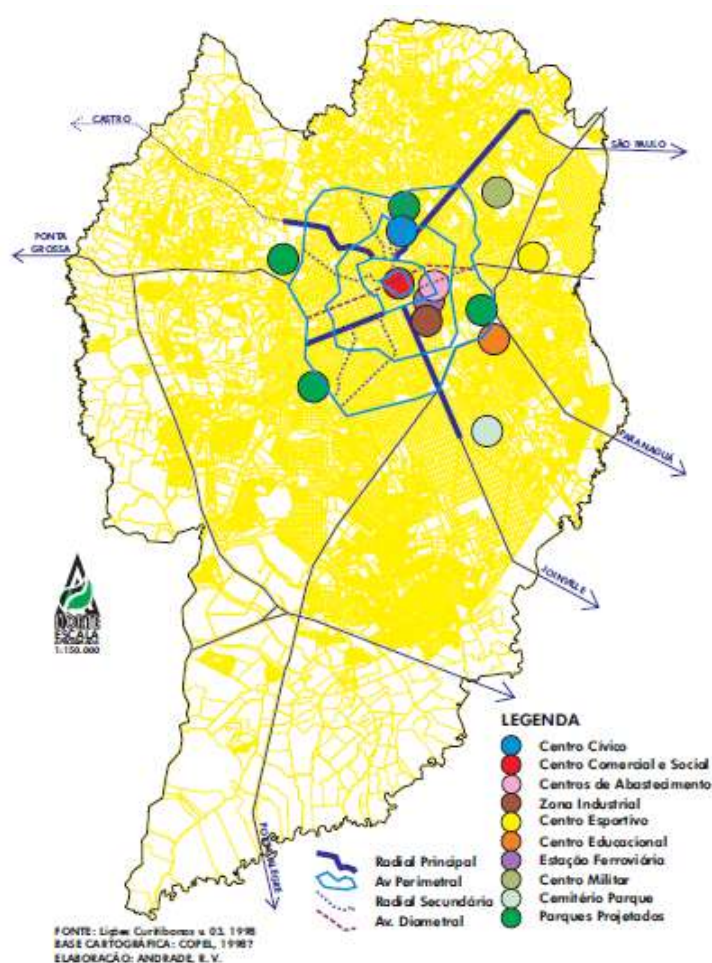


FIGURA 1 – MAPA EXPLICATIVO PLANO AGACHE

FONTE: Andrade, 2001

O Plano Agache, por exemplo, previa o Parque do Capanema próximo ao local onde hoje se encontra o Jardim Botânico; o Parque do Ahú, onde está localizado atualmente o Bosque do Papa; o Parque da Lagoa do Rio Barigüi, onde hoje está implantado o Parque Barigüi; e mencionava o parque do Bacacheri. Tais parques,

embora previstos no Plano Agache, só vieram a ser realmente implantados depois da década de 1970, por meio do Plano Serete, como será discutido em seguida.

Na década de 1960, o direcionamento urbano da cidade ocorreu no contexto nacional de ascensão de forças burocrático-militares e do fortalecimento da ideologia de um planejamento racional. Em termos de construção do espaço, a partir da segunda metade do século XX acreditava-se no poder da Arquitetura e do Urbanismo para o ordenamento do espaço e sua influência no comportamento das camadas mais baixas da população.

[...] observa-se que o sucesso do planejamento urbano na cidade decorreu da ousada iniciativa da década de 60, que transformou o tradicional modelo radicêntrico de Agache, presente nos planos adotados em outras capitais no período, num sistema linear de crescimento, que traduziu a modernidade local, apresentando um desenho de orientação teórica clara que, ao mesmo tempo, atendia as demandas da capital, que então se mostrava para o país e para outros países. (SANTOS, 2013, s/p.)

Após o ano de 1964, no contexto do governo das forças militares, os planejamentos urbano e regional no país foram modificados de forma radical, instaurado um novo período com atuação marcante do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU¹⁹, destacando que definiu uma política nacional de planejamento urbano e os planos eram desenvolvidos com base em uma metodologia estabelecida por este. As transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram no país e a opção pela estratégia desenvolvimentista como modelo de gestão econômica criaram as condições para a implantação de uma série de políticas urbanas em algumas cidades.

Em 1965, por uma concorrência pública, a empresa SERETE Engenharia S.A. em associação com o escritório de arquitetura de Jorge Wilhem, ambos de São Paulo, criaram outro plano preliminar de urbanismo para a cidade de Curitiba, também denominado Serete-Wilhem. Esse plano retomou a especialização funcional dos espaços da cidade, por meio dos zoneamentos. Também propôs a revitalização dos espaços públicos tradicionais da cidade e a criação de novos pontos de encontro para seus habitantes. Em paralelo, enfatizaram o transporte coletivo, desestimulando o transporte individual. Durante a implantação do novo modelo urbanístico, uma das preocupações básicas foi equipar a cidade com áreas de lazer tais como parques,

¹⁹ Foi criado pela Lei n. 4380 de 21 de agosto de 1964, a capítulo VII, artigo 54 item g. Dentre outras atribuições relacionadas à habitação era também sua função atuar no planejamento urbano, definindo diretrizes, prestando assessoria aos municípios (LEME, 1999).

bosques, praças e áreas públicas ajardinadas, buscando criar espaços que refletissem qualidade de vida urbana.

Esse plano apresenta uma estreita aproximação com o pensamento de Le Corbusier, conforme afirma Dziura (2011), nas respostas para o descongestionamento do centro das cidades, aumentando a densidade dos meios de circulação, com edifícios verticais com muita altura e alta ocupação, distantes entre si e implantados em função da insolação dentro de um parque verde. Para Willheim²⁰, a ideia modernista do Plano Preliminar em relação à ocupação dos edifícios e uso do solo tem raízes urbanísticas em Frank Lloyd Wright²¹, onde a natureza era permeada pelas torres, em que a cidade e o campo estariam integrados em um ideal comum de vida.

Já em 1966, foram criados a COHAB – Companhia de Habitação Popular de Curitiba e o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, ambos com fundamental importância para o desenvolvimento do Plano Diretor de Curitiba. É importante ressaltar que a criação desse plano foi determinante para a transformação das ideias em ações concretas. Buscando controlar o crescimento urbano,

[...] este plano tinha entre outros objetivos, proporcionar o crescimento linear de um centro servido de vias tangenciais de circulação rápida, induzindo o desenvolvimento da cidade no sentido Nordeste-Sudoeste, o adequamento das áreas verdes, a criação de uma paisagem urbana própria. (RIBEIRO, 2005, p. 52)

Preocupados com a preservação do centro tradicional da cidade, além da criação de vias estruturais, as principais ruas nessa região foram reservadas exclusivamente aos pedestres. Com essa mesma preocupação, surgiu a proposta da criação de um setor histórico, com o intuito de conservar os prédios da região. Quanto à otimização do transporte, foi proposta a criação de vias exclusivas ao transporte coletivo. Oliveira afirma quanto a tais ações que

Em todos esses processos predominava a convicção de que a cidade deveria ser feita para o Homem e não para o automóvel; de que a criação de gigantescas avenidas para o automóvel significava a desintegração dos espaços públicos da cidade e a degradação dos seus valores referenciais mais significativos; que o centro deve ser

²⁰ Citado por Dziura (2011, p. 201).

²¹ Considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX, nascido nos Estados Unidos, Frank Lloyd Wright foi a figura mestra da arquitetura orgânica. Acreditava que a arquitetura não era só uma questão de habilidade e criatividade, mas deveria transmitir felicidade. Defendia que o projeto deve ser individual, de acordo com a localização e finalidade.

preservado como local de encontro das pessoas e não dos automóveis. (OLIVERA, 1995, p. 31)

Com base nessa convicção de que a cidade deveria ser feita para o homem, buscando criar novos pontos de encontro para as pessoas, a implementação de parques e áreas verdes tradicionais foi adotada, pensando também na questão ambiental, visto que a cidade possuía índices muito baixos de área verde por habitante. Foram desapropriadas as áreas de várzea de rios, não indicadas para construções devido ao risco permanente de enchentes, as quais foram destinadas à criação de parques e áreas de lazer. Ainda foram detalhados os formatos mais adequados às paisagens nas vias estruturais, configurando um padrão de urbanização que fosse caracterizado como típico de Curitiba.

Nos anos 70, assistiu-se a profundas transformações nas relações estabelecidas entre as atividades agropecuárias e industriais e se consubstanciaram em significativas mudanças na estrutura produtiva do Estado. Dentre essas mudanças, pode-se destacar a introdução de novas técnicas de produção agrícola espelhada na maior mecanização agrícola por meio do maior uso de tratores, colheitadeiras, e outros equipamentos, e dos chamados “insumos modernos”, a exemplo de adubos e fertilizantes.

Nesse contexto, o Paraná foi o estado brasileiro que mais perdeu população rural nos anos 70, passando de 4,4 milhões em 1970 para 3,2 milhões em 1980, um decréscimo de 3,4% ao ano. Por sua vez, nesse período a Região Metropolitana de Curitiba – RMC foi a que mais cresceu em termos populacionais dentre as demais regiões metropolitanas brasileiras. Sua população passou de 821 mil pessoas em 1970 para 1.442 mil em 1980. Cabe destacar que em 1980 a população urbana da RMC correspondia a 92,0% da sua população total. Nesse ano o município de Curitiba manteve o seu papel de destaque, detendo 71,2% do total da população da RMC, que residia no meio urbano.

A partir dos anos 1970, a cidade foi marcada pelas inovações urbanísticas devido à implantação desse plano em sua totalidade, mas com algumas alterações, sem perder seu caráter original, por meio das ações do IPPUC. Foi nesse momento que o município passou por suas grandes transformações físicas, econômico-sociais e culturais. A transformação física se deu pela criação de eixos estruturais e pela implantação de um sistema de transporte que poderia se adaptar ao progressivo adensamento. Quanto à transformação econômica, em 1974 foi criada a Cidade Industrial de Curitiba – CIC.

Enquanto a transformação social se fez com a promoção de uma identidade própria para a cidade, baseada em referenciais urbanos. Inicialmente, foram utilizados instrumentos que buscavam a revitalização dos setores tradicionais e históricos da cidade, além de um programa cultural que conectava lazer e cultura por meio da apropriação de parques públicos. Para tanto, a prefeitura promoveu a criação acelerada de novos espaços de cultura e lazer na cidade.

Nesse tempo, inúmeros parques e bosques começaram a ser criados na cidade. A questão ambiental ganha status e passa a ser incorporada ao discurso político na gestão Lerner. Naquele período existia também uma preocupação por parte da Prefeitura com a questão ambiental, principalmente para conter as desastrosas enchentes, ocasionadas pelas cheias dos principais rios que irrigavam a cidade, como os rios Belém, Passaúna, Iguaçu e Bacacheri, que não davam conta da drenagem natural.

Nos início dos anos 70, foi tomada uma decisão estratégica em relação aos vazios urbanos: em vez de loteá-los, a Prefeitura optou por fazer dessas áreas uma ‘reserva de mercado’ ecológica. Nelas foram implantados, à partir de 1972, parques e bosques com funções de preservação, saneamento, lazer e contenção de enchentes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, p. 19, 2006).

Relacionando o contexto político-econômico desse período com a cidade, é possível identificar importantes elementos da implementação de políticas urbanas. Segundo García (1997, p. 27), “Curitiba foi eleita, a partir daquele período, a mais genuína expressão do “milagre brasileiro” em sua versão urbana”. O Estado encontrou no projeto de modernização urbano do município a expressão de desenvolvimento capitalista pretendido para o país, explicitado pela citação abaixo. Nesse sentido, o quadro político do Brasil naquele momento foi positivo para instauração e agilização da intervenção planejadora.

Em 1974 o Instituto dos Arquitetos do Brasil elegeu a administração do então prefeito Jaime Lerner, a melhor do Brasil, qualificando-a como um modelo e exemplo a ser seguido. Ainda naquele ano o Ministério do Interior; no qual estavam alocados os principais órgãos federais afetos à política urbana, encomendou ao Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj) uma investigação para “verificar através de um estudo de caso, o de Curitiba, como determinada proposta urbanística pode ser implementada com sucesso” dado que “a elevada taxa de fracasso de planos urbanísticos no Brasil – e o considerável montante de recursos investidos nestas tentativas fracassadas – o estudo de um caso de

planejamento bem sucedido justifica-se plenamente”. (IUPERJ/MINTER, 1975, p. 1 citado por OLIVEIRA, 2000, p. 9)

Dentre essas políticas de inovações urbanas, estava a implantação de áreas públicas desenvolvidas com o objetivo de estimular a cultura e o lazer da população. No entanto, apesar de esses parques viabilizarem o lazer comunitário – com churrasqueiras, quadras de esporte, pistas para caminhadas, lagos, lanchonetes, lamentou-se a transformação, pois certos espaços se artificializaram, o que, de certa maneira, gerou um sentimento de perda e exigiu uma (re)adaptação nas formas de uso. Apesar do estranhamento inicial desses novos espaços, a população aos poucos foi se adaptando à proposta, e se (re)apropriando desses espaços. Naquele momento foi possível observar uma metamorfose da cidade e em que medida ela seria incorporada pelos seus sujeitos.

As transformações do espaço urbano promovidas pela prefeitura nesse período, segundo Trindade (1997), estavam sendo planejadas para seus habitantes, suas necessidades e seus lazeres. “A cidade não é o emaranhado de suas ruas, nem uma soma de unidades produtivas, nem um conjunto de casas e edifícios: a cidade é o cenário do encontro”²². Observa-se a partir desse discurso que a prefeitura buscou uma mudança na compreensão do cidadão sobre a cidade, o que García (1997) enfatiza como o início de um projeto de veiculação de uma nova imagem da cidade, como cidade modelo e cidade planejada, um dos elementos centrais do projeto de modernização urbana.

Nos anos 80, a participação popular se intensificou e a cidade se voltou às ações sociais. Dessa forma, Curitiba continuou a promover iniciativas nas áreas de meio ambiente, educação, saúde, transporte, habitação, geração de emprego e renda. Segundo Menezes (1996), citado por Ribeiro (2005, p. 53), com essa ideia “procurou-se criar no imaginário da população um sentido de “identificação” com a cidade, um sentido de orgulho em “pertencer” à cidade de Curitiba”. Corroborando com esse autor, Rechia (2003) fala do sentimento de pertencimento à cidade, em que os parques promoveram uma nova maneira de se relacionar com a natureza, novas relações sociais, novas formas de pensar a vida e um determinado sentido de “pertencimento”.

Entre as décadas de 1920 a 1980, dessa maneira, o Brasil passou por um processo de êxodo rural e de industrialização, com características marcantes, que lembravam o processo ocorrido na Europa no século XIX. Nesse contexto, o Estado do Paraná e a Região Metropolitana de Curitiba, na década de 1970, ilustraram claramente

²² Jaime Lerner, citado por Trindade (1997, p. 73).

essa dinâmica. Em função da modernização agrícola ocorrida, com a substituição de plantio do café intensivo em mão de obra, pelo da soja, altamente tecnificada, o Paraná foi o estado brasileiro que nesses anos mais perdeu população rural (cerca de 1,5 milhão de pessoas deixaram o Estado) e a Região Metropolitana de Curitiba a que mais recebeu migrantes (cerca de 800 mil pessoas).

No final da década de 1980 e início de 1990, seguindo o “modismo” da ecologia e sustentabilidade, a cidade passou por uma multiplicação de áreas verdes, passando a ser divulgada, então, como capital ecológica. Juntamente a isso, marcos urbanos foram construídos, parques implementados e “maquiagens urbanas” realizadas. A cidade recebeu nesse momento um tratamento estético para torná-la atrativa a turistas e investidores. Com essa perspectiva, diversos parques foram instalados, em especial ao longo dos cursos d’água de maior porte, e continham equipamentos de esporte e lazer, proporcionando para a população cenários de encontro e qualidade de vida.

Nos anos de 1990, Curitiba continuou com um intenso crescimento populacional que se observava desde os anos 1970, fazendo com que fosse necessário um maior planejamento quanto à sua expansão, principalmente na ocupação das áreas urbanizadas ao sul da cidade, ampliando o número de escolas, creches, unidades de saúde e programas sociais. Nesse sentido, Ermínia Maricato²³ em 2001 desenvolve uma discussão sobre o crescimento populacional de Curitiba a partir dos anos 80:

Curitiba, aliás, vai ser saldada na próxima década com os pobres, que ela não teve agora. De acordo com estudo de Sônia Rocha, pesquisadora do IPEA, Curitiba foi a única metrópole brasileira em que a pobreza não cresceu na década de 80, mas o Censo de 1991 mostra que a periferia de Curitiba está crescendo 4% ao ano. Por isso, Curitiba que se prepare. (MARICATO, 2001, p. 95)

Utilizando o discurso de proporcionar qualidade de vida, além das áreas verdes, a prefeitura buscou explorar iniciativas de lazer e cultura. Como exemplo é possível citar a Ópera do Arame, inaugurada em 1992. Parques e bosques temáticos foram criados no intuito de valorizar a história, a cultura e a identidade de diversas etnias, da mesma forma que revelava, aos de fora, uma Curitiba cosmopolita, multicultural e

²³ Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Ermínia foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades, entre 2002 e 2005, nesse momento foi coordenadora técnica da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Comandou a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Paulo, entre 1989 e 2002, no governo Luíza Erundina. Foi também autora de todas as propostas para a área urbana das candidaturas de Lula a presidência, entre 1989 e 2002. Mais recentemente, exerceu o cargo de conselheira do Habitat, programa das Nações Unidas para assentamentos humanos.

europeia.

Dalton Trevisan²⁴, no conto “Mistérios de Curitiba”, realiza uma crítica à transformação realizada em Curitiba, aos seus realizadores, ao *city marketing* e às divulgações falaciosas sobre sua imagem.

Que fim ó Cara você deu à minha cidade
 a outra sem casas demais, sem carros demais, sem gente demais
 ó Senhor sem chatos de mais (...)
 quem sabe até uma boa cidade
 aí não chovesse tanto assim
 chove pedra das janelas do céu chove canivete dos telhados
 chovem mil goteiras na alma
 nesse teu calçadão de muito efeito na foto colorida (...)
 uma das três cidades do mundo de melhor qualidade de vida?
 depois ou antes de Roma?
 segundo uma comissão da ONU
 ora o que significa uma comissão da ONU
 não me façam rir curitibocas
 nem sejamos a esse ponto desfrutáveis
 por uma comissão de vereadores da ONU
 ó cidade sem lei
 capital mundial de assassinos no volante (...)
 a melhor de todas as cidades possíveis
 nenhum motorista pô respeita o sinal vermelho
 Curitiba européia do primeiro mundo
 cinquenta buracos por pessoa em toda calçada
 Curitiba alegre do povo feliz
 essa é a cidade irreal da propaganda
 ninguém não viu não sabe onde fica
 falso produto do marketing político
 ópera bufa de nuvem fraude de arame
 cidade alegríssima de mentirinha
 povo felicíssimo sem rosto sem direito sem pão
 dessa Curitiba não me ufano (...)
 não proteste não corra não grite
 do ladrão ou do policial
 o primeiro tiro é na tua cara
 cinquenta metros quadrados de verde por pessoa
 de que te servem
 se uma em duas vale por três chatos? (...)
 aí da cólera que espuma os teus urbanistas
 apostam na corrida de rato dos malditos carros (...)
 Não me venham de terrorismo ecológico (...)
 celebra cada gol explodindo rojão bombinha busca-pé
 mais o berro da corneta rouca ó mugido de vaca parida
 a isso chama resgate de memória
 não te reconheço Curitiba a mim já não conheço

²⁴ Escritor nascido em 1925 na cidade de Curitiba, é reconhecido por sua ironia, sarcasmo e destaque dado à Curitiba. Inspirado nos habitantes da cidade, criou personagens e situações de significado universal, em que as tramas psicológicas e os costumes são recriados por meio de uma linguagem concisa e popular, que valoriza os incidentes do cotidiano sofrido e angustiante.

a mesma não é outro eu sou (...)
 nenhum cão ou gato pelas tuas ruas
 todos atropelados
 um que se salve aos pulos da perninha dura
 pronto fervendo na panela do teu maloqueiro (...)
 nada com a tua Curitiba oficial enjoadinha narcisista
 toda de acrílico azul para turista ver
 da outra que eu sei (...)
 não me toca essa glória dos fogos de artifício
 só o que vejo é a tua alminha violada e estripada
 a curra do teu coração arrancado pelas costas verde?
 antes vermelha do sangue derramado de tuas bichas loucas
 e negra dos imortais pecados de teus velhinhos pedófilos (...)
 essa tua cidade não é minha
 bicho daqui não sou (...)
 Curitiba é apenas um assovio com dois dedos na língua
 Curitiba foi não é mais
 (TREVISAN, 2001)

Na construção da história de Curitiba, foi possível perceber a preocupação com a estrutura urbana da cidade, e é possível observar nas últimas décadas um projeto de modernização urbana, em que há veiculação de imagens síntese da cidade pela mídia em âmbito local, nacional e internacional, sendo elas “cidade modelo” e “cidade planejada” no início da década de 1970, “capital do primeiro mundo” nos anos 1980, “capital ecológica” na década de 1990 e, finalmente, “capital social”, neste início de século.

Entre os anos 1970 a 1990, o município projetou uma imagem positiva de sua gestão urbana, ao ponto que passou de “laboratório de experiência científicas” a “Capital Ecológica”, alcançando, conforme Oliveira (2000), a condição de modelo para o país, como é possível observar na reportagem abaixo.

A cidade de Curitiba que se prepara para comemorar em 1993 seus 300 anos de fundação, é dona de uma lisonjeira unanimidade nacional. Tida e havida como a capital brasileira de melhor qualidade de vida, é hoje indicada por urbanistas da Organização da Nações Unidas, a ONU, como uma das três melhores cidades do planeta para se viver, ao lado de Roma e da americana San Francisco. (Veja, 28-03-90)²⁵

Ainda nesse sentido, o arquiteto americano Alan Jacobs, da Universidade de Berkeley, Califórnia, em sua passagem pelo Brasil em março de 1989, afirmou que o município estaria entre as três melhores cidades do mundo para se viver, ao lado de Roma e San Francisco: “Curitiba é não apenas a melhor cidade para se viver na América Latina como uma das poucas cidades do mundo que fizeram grande esforço para

²⁵ Citado por García (1997, p. 55).

melhorar a qualidade de vida de seus habitantes” (O Estado de São Paulo, 1989). Ainda vale destacar um outro trecho da mesma reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, em que foi ressaltada a importância das áreas verdes da cidade:

Apesar de cheia de contrastes, Curitiba apresenta vários pontos positivos que asseguram a boa qualidade de vida elogiada pelo arquiteto norte-americano. Com área verde invejável, de 50 metros quadrados por habitante (a ONU recomenda 16 metros quadrados), a cidade tem tráfego rápido, renda média familiar elevada e, mesmo convivendo com enchentes, elas não causam os mesmos estragos que ocorrem em outras cidades brasileiras. (O Estado de São Paulo, 1989)

Ainda em 1993, a revista *Veja* publicou uma reportagem sobre o aniversário de 300 anos da cidade, descrevendo a cidade como um paraíso da classe média, com fama de melhor e mais inovadora cidade do Brasil, apesar de já evidenciar alguns aspectos negativos da capital. Nessa reportagem, a cidade é colocada como resultado do urbanismo de Jaime Lerner²⁶, sendo conservadora nos costumes e avançada na produção cultural.

É errado imaginar que Curitiba seja uma ilha de tranquilidade num Brasil tumultuado. Chove demais, as calçadas são escorregadias, os motoristas atravessam o sinal vermelho, há favelas na periferia e até meninos de rua pedindo esmolas nas esquinas. Suas virtudes, porém, são imbatíveis. Curitiba é a capital brasileira com maior área verde por habitante, 54 metros quadrados, mais que o triplo do índice recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Tem o melhor sistema de transporte de massa do Brasil e um dos mais eficientes do mundo. Registra o menor número de homicídios e assaltos entre as grandes cidades brasileiras. E, finalmente, sua grande vedete, um sistema de coleta e reciclagem de lixo de causar inveja em qualquer metrópole desenvolvida. (Revista *Veja*, 1993)

Observam-se, a partir dessas reportagens, alguns aspectos selecionados pela mídia para assegurar a tão elogiada qualidade de vida, tais como área verde por habitante invejável, tráfego rápido, vias expressas para transporte coletivo, áreas para pedestres no centro urbano e pluralidade de espaços de lazer e cultura.

A ideia da “cidade que deu certo” está enraizada no imaginário social de forma a

²⁶ Arquiteto e urbanista curitibano nascido em 1937, formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná em 1964. Foi responsável pela criação e estruturação do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba – IPUUC em 1965, participou do desenvolvimento do Plano Diretor de Curitiba que resultou no processo de transformação física, econômica e cultural da cidade. Foi prefeito de Curitiba em três mandatos: nos períodos de 1971/75, de 1979/83 e de 1989/92. Eleito governador do Estado do Paraná em 1994 e reeleito em 1998, Lerner promoveu a maior transformação econômica e social da história do Estado (Governo do Estado do Paraná, 2013).

dificultar o desenvolvimento de leituras alternativas sobre a cidade por parte da academia, dos profissionais de planejamento e dos cidadãos de Curitiba. Fato que acaba por legitimar e reforçar a imagem construída da cidade.

Nesse sentido, o processo de modernização urbano, buscando uma nova paisagem urbana que a cidade passou nas últimas décadas, para García (1997), não se constrói a partir das estruturas da cidade, dos tecidos existentes, e sim a partir de uma nova ordem que se impõe. As formas espaciais modernas, então, seriam capazes de realizar essa sociedade. Assim, Curitiba seria moderna, pois passaria a se expressar por formas modernas. Processos de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos de práticas sociais foram utilizados como forma de envolvimento e mobilização da sociedade para a sustentação de uma imagem socialmente imposta.

Percebe-se, então, a busca do desenvolvimento de um “mito de cidade modelo”, o qual é produzido sobretudo pela seleção de determinadas partes da paisagem urbana e por sua expressiva referência à totalidade urbana. Assim, ao articular mecanismos de reforço da imagem e da adesão do social, a cidade foi colocada no discurso e na prática do planejamento utilizando-se símbolos de ampla aceitação, os quais compõem a compreensão recorrente e reiterativa do espaço coletivo.

A construção de espaços de cultura e lazer no município pode exemplificar esse processo, ao ponto que o projeto de modernização do espaço incorpora como valor a ética e a estética do lazer na cidade. Esses espaços imprimiram novas marcas à materialidade urbana. E as formas de apropriação de tais espaços respondem a valores culturais fortemente associados ao estilo de vida ditado pela sociedade estilos de vida, estes, conforme García (1997), próprios das camadas médias.

Assim, a difusão de valores e modos de vida dessa classe colabora para a consolidação da representação da vida urbana, construída baseada na imagem de uma ordem urbana harmoniosa e isenta de conflitos. Essa compreensão é enfatizada por Wilson Martins em afirmação publicada na Revista Veja em 1993: "Curitiba é classe média em tudo, até no nível intelectual".

A veiculação das imagens-síntese da cidade potencializa a compreensão de plena utilização dos novos espaços, produtos da modernização, e sugere a existência, ainda que de maneira implícita, da existência de uma vida de classe média para todos os habitantes.

[...] cidade humana encobre tendências dominantes da política urbana local de preservação do bem-estar e da qualidade de vida de segmentos médios da sociedade, enquanto amplas parcelas da população são excluídas dos novos circuitos de apropriação e consumo [...] Evidentemente, para amplas parcelas da população, o acesso aos benefícios da modernização é possível apenas no plano do imaginário. Com a veiculação exacerbada dos hábitos da classe média, a virtualidade do usufruto constitui um elemento de fixação da linguagem mítica aparentemente tão relevante quanto o usufruto ou consumismo efetivos. (GARCÍA, 1997, p. 30)

Nesse sentido, ressalta-se que os canais responsáveis pela administração da cidade em seu discurso buscam e buscaram a qualidade de vida urbana, aumentando a eficácia de algumas políticas públicas, articuladas em diferentes dimensões: educação, saneamento, saúde, lazer, cultura, transporte, entre muitas outras. Em princípio, o objetivo dessas políticas consistiria em possibilitar e garantir a quem vive na cidade uma vida mais saudável por meio de uma cidade humana.

Curitiba, então, constitui um lugar onde se instaurou nos anos de 1990 um processo de consolidação de uma identidade social-espacial positiva em relação ao país e à escala internacional. Identidade esta que está relacionada ao processo de construção da imagem de cidade modelo, cujo início tem como marco a década de 1970. Há, segundo Sánchez (1997), uma articulação entre o conjunto de valores que compõem a linguagem mítica sobre Curitiba e o espaço condensado em alguns símbolos urbanísticos.

Nesse sentido, há um grupo de obras que imprimiram novas marcas à materialidade urbana, aqueles espaços relacionados com as atividades de lazer e cultura. O projeto de modernização do espaço incorporou como valor a ética e a estética do lazer na cidade. Visualiza-se essa questão na implantação de inúmeros espaços de lazer na cidade nas décadas de 1990, como a Rua 24 Horas, a Ópera de Arame e o Jardim Botânico, e nos anos 2000, com a implantação das academias ao ar livre.

Os novos bosques e parques implantados tornaram-se, assim, instrumentos de marketing no processo de divulgação da cidade, ou seja, obras que iriam incrementar a economia local, o desenvolvimento do turismo e a atração de novos investimentos, assim como ampliar suas potencialidades naturais, históricas e culturais. A maneira de apropriação dos novos espaços, como sinônimo de um novo padrão de vida veiculada pelo marketing, responde a valores culturais associados ao estilo de vida das camadas médias.

Entretanto, é importante observar que a adoção dessas políticas não

necessariamente conduziu a seu objetivo original. A dissociação entre os interesses da população e dos urbanistas, a definição da sua localização dentro da cidade, a sua inadequação às características climáticas de Curitiba são aspectos que podem levar a que certas ações não resultem em melhoria da qualidade de vida.

Curitiba se transformou numa cidade mais voltada para fora do que para dentro. É possível perceber que as representações oficiais da cidade são demasiadamente parciais, enfocando alguns aspectos, desconsiderando outros e ignorando as manifestações que contradigam a positividade do cenário. Alguns habitantes não utilizam seus espaços humanos e espetaculares, pois muitos deles foram impostos e criados para transformar a cidade, não para atenderem as necessidades e serem acessíveis a todos os cidadãos.

No entanto, o que se observa é a reprodução social de um discurso dominante e uma defesa acrítica das soluções urbanísticas, resultados da hegemonia conquistada pela imagem urbana construída pelo planejamento. Observa-se, então, a articulação entre a mitificação da cidade e a determinação de alguns símbolos urbanos, que segue a direção de Certeau²⁷ “codificação da vida cotidiana através de um discurso organizador das práticas de apropriação do espaço” (1985, p. 110). Em outras palavras:

O discurso dominante manipula, intensamente, a associação entre a positividade do lugar e a positividade da identidade social coletiva. A exacerbação da positividade permite a defesa da identidade da cidade frente ao olhar externo, mesmo quando a realidade cotidiana da cidade existente, com suas contradições e conflitos sociais no espaço, encontra-se em franco contraste com qualidades presentes na imagem construída. (SANCHEZ, 1997, p. 67)

Constata-se, então, uma associação entre a positividade do lugar, veiculada pela imagem sintética da cidade planejada, assim como a positividade da identidade social construída: “o orgulho de ser curitibano”. Ocorre, assim, uma articulação entre um conjunto de características, construindo o sentido de pertencimento ao coletivo. Ou seja, o discurso interpreta as supostas características do “ser curitibano”, edificando uma associação entre identidade social e espacial. Para tanto, imagens-síntese são produzidas, especialmente pela seleção simbólica de partes do espaço urbano que são colocadas como referências expressivas da totalidade urbana. Há, então, como afirma Sánchez (1997), um processo de exemplificação, seleção, inclusão e omissão de ângulos

²⁷ Citado por Sánchez (1997, p. 67).

e espaços das práticas sociais e culturais.

“Ser curitibano”, dessa maneira, é frequentar os parques, participar das feiras e festas tradicionais, utilizar as ciclovias, aderir aos projetos culturais e ser usuário dos novos espaços de lazer. Em síntese, é construída uma identidade social estruturada pelo discurso oficial fortemente associado ao modo de vida das camadas médias, em sintonia com o projeto da metrópole moderna apontado pela imagem construída e veiculada sobre a cidade, sobretudo hábitos de apropriação do espaço e de consumo de bens e serviços urbanos.

Se a cidade deu um grande salto pela iniciativa, pela experimentação, o sucesso levou a um congelamento do modelo, ao invés de dar continuidade à criatividade e às novas experiências. Analisando a cidade atualmente, observa-se que no que tange as transformações urbanas ela está estacionada, seguindo os mesmos modelos definidos entre 1960 e 1980.

Assim, com as demandas da metrópole que surge, Curitiba se encontra frente a eixos estruturais que se reproduzem sem a qualidade projetual das duas linhas dos anos 60, frente a binários e trincheiras, que não permitem a necessária fluidez do tráfego de veículos e, por outro lado, frente a modernas calçadas, que gramadas não dão espaço para pessoas. É necessário, então, investir em modais de transporte capazes de atender, ao mesmo tempo, a massa da população que precisa circular no dia a dia, os usuários de bicicletas que aumentam, consolidando essa alternativa de transporte e o pedestre, que precisa caminhar com segurança e conforto. (SANTOS, 2013, s/p.)

Na metrópole contemporânea, conjuntamente com espaços públicos e de lazer, de descanso e movimentação de pedestres, deve-se pensar a fluidez do tráfego, investindo em um sistema viário que vão além de novos modais de transporte.

2 QUALIDADE DE VIDA: UM CONCEITO A SER DISCUTIDO

Talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que "qualidade de vida". Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca de qualidade de vida. Ainda mais moderna é a crítica e a redefinição do conceito de qualidade de vida. (BUARQUE, 1993, p. 157)

A partir do século XIX, em paralelo às transformações na sociedade e no meio de produção, ocorreu a modificação dos espaços urbanos em rápido crescimento. A qualidade de vida, nesse contexto, passou a estar relacionada com viver na área urbana,

contar com máquinas que realizassem o trabalho pesado e controlar da melhor forma possível a natureza. E, conjuntamente com essas transformações, a preocupação no planejamento urbano das cidades teve início, sendo que algumas características acerca dessas preocupações perduraram até hoje, como a busca por cidades saudáveis, com arejamento e iluminação para evitar doenças e proporcionar o bem-estar. Silva descreve as preocupações acerca da cidade em tal período:

O fornecimento de serviços deve ser regularizado, obrigatório e fornecido enquanto mercadoria (limpeza, água, segurança, iluminação pública). Os espaços devem ser desenhados, projetados de modo que, conscientemente, o Estado defina o quê, onde e como as populações podem fazer (manifestações, festas, reuniões, determinados trabalhos). Transportes, comunicações, arborizações e jardinagens, nada deve escapar da ordenação urbana (2011, p. 33).

A implantação das indústrias e a construção de grandes obras, como decorrência das políticas econômicas em cada período, interferiram na estruturação dos espaços urbanos e no movimento migratório entre as populações do campo e cidade. Compreender a qualidade de vida, caminhando nesse âmbito, requer considerar as políticas públicas e a disponibilização serviços, tecnologias e equipamentos que atendam as necessidades humanas. A qualidade de vida, dessa maneira, é uma noção contemporânea que resume ideais que surgiram a partir do final do século XIX, juntamente com a noção de eugenia. Sendo que esta é um conjunto de saberes e práticas sociais, os quais atuavam como um dispositivo normalizador voltado para o controle da população.

A discussão acerca da temática qualidade de vida perpassa por diversas áreas do conhecimento, bem como associa-se a diversos elementos do cotidiano e expressa-se na relação entre homem, natureza e entorno. No contexto contemporâneo, o termo *qualidade de vida* está sendo apropriado na linguagem da população como algo bom, de maneira a resumir o bem-estar na vida das pessoas. É possível encontrar a utilização desse conceito atrelada à alimentação, ao transporte, à segurança, ao urbanismo, e a diversos outros aspectos relevantes para a vida cotidiana. Ainda vale destacar que tal termo contempla inúmeros significados que expressam valores, experiências e conhecimentos individuais e coletivos que se localizam em tempos, espaços e contextos distintos, fato este que imprime ao conceito uma relatividade cultural e a sua característica de construção social. Em consonância com essa visão de qualidade de

vida, é possível relacionar com aquela colocada pelo *city marketing* da “Curitiba Perfeita”, como discutido no capítulo anterior.

Nesse mesmo âmbito, Marques (2007) coloca que a principal mensagem veiculada pelos meios de comunicação, com relação à temática, é que nem todos têm qualidade de vida, e é necessário se esforçar para obtê-la. A qualidade de vida, então, tornou-se muitas vezes um jargão pela falta de compreensão sobre o tema e por sua utilização pelos meios comerciais e de comunicação. Conforme o mesmo autor, outra relação do senso comum com o tema diz respeito à saúde e à atividade física, sendo esta ligação uma das principais associações com o tema estudado, possuindo mitos e crenças fortemente enraizados na sociedade contemporânea.

No senso comum, qualidade de vida é algo que pode ser medido, um objetivo a ser alcançado no interior dos programas das empresas, ou o tempo gasto entre o trabalho e a casa, a presença de áreas verdes nas grandes cidades, a segurança, a realização profissional e financeira, dentre outras inúmeras compreensões naquilo que se considera importante para viver bem. Corroborando com essa compreensão, o professor de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Richard Miskolci, em entrevista para a Revista Sociologia, afirma que:

[...] o que se busca como “qualidade de vida” é distinção social, vida em um meio mais homogêneo, puro, ou seja, por trás deste ideal supostamente saudável e positivo residem escolhas, ideais e práticas de exclusão e hierarquização (2010, p.26).

A qualidade de vida, portanto, está difundida na sociedade, correndo o risco de uma banalização pela sua utilização ambígua, indiscriminada e oportunista. No entanto, assim como existe a exploração oportunista de um conceito que resulta na depreciação desse conceito, há também, por outro lado, o reconhecimento de que este exprime uma meta nobre a ser perseguida, resultando na preservação de seu significado e valor.

Seguindo por um outro caminho, Minayo (2000, p. 10) compreende a qualidade de vida como uma construção social:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades

que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural.

A Carta de Ottawa, elaborada em 1986 na 1ª Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde²⁸, coloca a qualidade de vida relacionada com a promoção da saúde, em que a “promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (Carta de Ottawa, 1986). Dessa maneira, tais conceitos não são de responsabilidade exclusiva do setor da saúde, vão além de um estilo de vida saudável, no sentido de um bem-estar global.

Já segundo Nahas (2001), qualidade de vida é a “condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições que vivem o ser humano”. Sendo que para a autora, tal conceito abrange tanto a distribuição de bens de cidadania quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível, mas nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social.

Gonçalves (2004) concebe tal terminologia como “a percepção subjetiva do processo de produção, circulação e consumo de bens e riquezas. A forma pela qual cada um vive seu dia-a-dia”.

Por fim, a Organização Mundial da Saúde – OMS (2005) conceitua qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”, como um estado de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social. A mesma coloca a autonomia, saúde física, saúde psicológica, relações sociais, ambiente e religiosidade como dimensões da qualidade de vida.

Compreende-se, então, como qualidade de vida, tudo aquilo que compõe o cotidiano de um indivíduo e sua percepção sobre tais aspetos, não estando relacionado apenas a questões de saúde. Assim, questões como valores culturais, acesso a serviços públicos, moradia, segurança, poder aquisitivo, educação, dentre outras, estão relacionadas com a percepção de qualidade de vida da população. Não podemos esquecer que tal compreensão é profundamente ligada a noções veiculadas pela mídia, e intimamente relacionadas a aspetos que tangem o acesso a bens de consumo.

²⁸ Esta conferência, realizada em Ottawa, Canadá, foi uma resposta às crescentes expectativas por uma nova saúde pública, em que as discussões localizaram principalmente as necessidades em saúde nos países industrializados.

Não é possível, dessa maneira, existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, mas é viável estabelecer elementos para analisá-la enquanto fruto de indicadores e/ou esferas objetivas e subjetivas. Com base na percepção de que os sujeitos constroem em seu meio, compreende-se a esfera objetiva como aquelas relativas às questões materiais, às condições de vida, e a subjetiva relativa aos aspectos percebidos pelo indivíduo, o estilo de vida. Ou seja, não é possível avaliar a qualidade de vida de um indivíduo sem compreender o contexto em que ele está inserido.

Qualidade de vida, então, compreende desde fatores relacionados à saúde, como bem-estar físico, emocional e mental, assim como outros elementos, tais como trabalho, família, amigos e demais circunstâncias do cotidiano. Para a Organização Mundial da Saúde, esse conceito reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas. Alguns aspectos da vida como felicidade, amor e liberdade são relevantes.

Observando a temática por outro viés, situam-se a questão das políticas públicas e a disponibilização de equipamentos urbanos e sua cobertura, que é por seu intermédio que as necessidades humanas objetivas são atendidas. Entretanto, é necessário considerar o uso e a apropriação dos espaços públicos, que remetem aos aspectos das necessidades subjetivas dos sujeitos. Nesse sentido, a adoção de um estilo de vida compreendido pela sociedade como saudável é tido como fator determinante diante da situação de saúde e de vida dos sujeitos. O termo estilo de vida, segundo Nahas (2001), pode ser entendido como o conjunto de ações que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida dos sujeitos. A qualidade de vida, então, é perpassada pela interação dos sujeitos (estilo de vida), possibilitada por aspectos socioeconômicos, como o modo e condição de vida.

Tais padrões de vida são definidos pela sociedade contemporânea, de forma consciente ou não, por meio de processos de renovação e transmissão cultural. Essa preocupação com a qualidade de vida não se reduz apenas ao individual, mas com relação à sociedade como um todo, ou seja, engloba desde a esfera do Estado até o desenvolvimento de práticas saudáveis pelo indivíduo.

Entretanto, o surgimento de novos paradigmas promove uma compreensão de que a melhoria da saúde e da qualidade de vida está diretamente relacionada com a adoção de estilos de vida saudáveis e com a compreensão de doença e saúde como um *continuum*, e torna-se estratégia para o controle social. Assim, é difundida a concepção de que, para melhorar de vida, algumas práticas devem ser incorporadas, como se

dependesse diretamente do sujeito.

Outra discussão precedente desse enfoque diz respeito à relação entre a condição de qualidade de vida e saúde, compreendendo saúde como “um estado de amplo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças e enfermidades” (Organização Mundial da Saúde, 2006). Assim, saúde não é apenas um estado físico de bem-estar, mas uma dimensão subjetiva, relacionada a fatores psíquicos, mentais e sociais. A noção de saúde, então, coloca-se como resultante social da construção coletiva de padrões de conforto e tolerância que a sociedade determina. Estados de saúde e doença de um sujeito não podem ser atrelados apenas a uma forma de influência, pois depende tanto de ações individuais quanto de políticas públicas.

Por outro lado, é importante discutir o enfoque que a constituição brasileira traz em seu artigo 6º, ao ponto que coloca como direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. E define o termo saúde como

[...] direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 6, nº 196)

Na sociedade contemporânea, a atividade física é colocada como uma ponte direta para a melhoria e manutenção da saúde; o que pode ser questionado ao ponto que, como já discutido, a saúde é compreendida por diversos componentes que interagem e exercem influência entre si. Nesse sentido, Lovisolo (2002) discute se qualquer atividade física traz benefício para a saúde.

Ao levar em consideração a multiplicidade de formas de atividade física e suas consequências para o bem-estar do sujeito, para a manutenção ou melhoria dos quadros de saúde, é necessário que essa prática esteja adequada às condições e expectativas individuais, assim como ao local, aos processos e ao ambiente em que ocorre. (GONÇALVES, 2012, p. 46)

Salienta-se aqui uma complexa relação entre qualidade de vida, saúde e atividade física, que se expressa em uma análise de objetivos, possibilidades, condições de vida e de realização do indivíduo, adequando a prática ao estilo de vida de maneira crítica, consciente e positiva com relação à saúde clínica, emocional e social. Entretanto,

o que está ocorrendo é uma redução dos cuidados da qualidade de vida somente a ações individuais, e quando se trata de atividade física, à prática ligada simplesmente à movimentação genérica do corpo.

Lovisoló (2012) aponta também para uma relação entre qualidade de vida e tecnologia, ao ponto que, de um lado, é benéfico aos sujeitos por facilitar a comunicação e tornando a vida mais ágil e segura; por outro, privilegia a substituição do esforço humano pela máquina. Assim, as novas tecnologias podem ser tanto um fator de estímulo à inatividade, como podem levar à manutenção de um estilo de vida ativo, com o desenvolvimento de produtos relacionados com a melhoria de condições da prática de atividades físicas. Relacionado com esse ponto, tem-se a preocupação de alguns municípios com a criação e a instalação das academias ao ar livre, conhecidas também por academias da terceira idade.

2.1 INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida pode ser avaliada a partir de seus indicadores, ou seja, de sua mensuração. “É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANUZZI, 2009, p. 15). São esses dados que dão suporte às políticas e intervenções públicas e ao seu planejamento, possibilitando o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil. Os indicadores de qualidade de vida podem ser divididos entre objetivos e subjetivos.

Os indicadores subjetivos são construídos com base no levantamento de um amplo conjunto de impressões, opiniões e avaliações acerca de diferentes aspectos do ambiente socioespacial, como a satisfação com relação ao domicílio, às facilidades existentes no bairro e às economias e deseconomias²⁹ da vida do município, das

²⁹ Os termos economia e deseconomia são derivados da ciência econômica mas que se aplicam a diversos outros ramos das ciências sociais e humanas. As economias e deseconomias estão relacionadas ao ritmo de transformações em um produto final em função do aumento nos fatores de produção utilizados. Assim, existe deseconomia de escala quando um aumento no uso de fatores de produção resulta em crescimento menos que proporcional no produto final. Derivando este conceito em relação à qualidade de vida, a intensificação do processo de urbanização pode levar ao surgimento de fatores que poderiam não contribuir na mesma proporção para a melhoria da qualidade de vida. Conforme afirma Moraes e Serra, "embora pareça ser verdade que as aglomerações urbanas, em virtude de suas externalidades positivas, sejam responsáveis por propiciar uma melhor qualidade de vida às suas populações, o crescimento destes centros, por outro lado, gera, a partir de um determinado tamanho, deseconomias de escala em função de vários fatores, principalmente por afetar a qualidade de vida da população urbana" (2006, p. 29).

condições materiais às aspirações pessoais. Para Januzzi (2009), as avaliações subjetivas de qualidade de vida têm estreita relação com aspectos da vida social, como o nível de segurança. Nesse sentido, indicadores como os de criminalidade e homicídios, de alocação de tempo (controle individual do tempo diário, em especial, do tempo disponível para atividades de convívio familiar e social, de lazer, atividades esportivas e culturais) e ambientais (em relação à disponibilidade de recursos naturais, sua forma de uso e resíduos gerados em seu consumo) são utilizados para mensurar a qualidade de vida de uma população.

Os indicadores objetivos referem-se a ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, baseados a partir das estatísticas públicas disponíveis. Indicadores de criminalidade e homicídios, indicadores de alocação de tempo, indicadores ambientais, informações censitárias sobre infraestrutura urbana, mortalidade por causas específicas, além de pesquisas institucionais com prefeituras ou concessionárias de serviços públicos sobre destino final e tratamento de dejetos e de coleta de lixo são exemplos desses indicadores.

Seguindo essa compreensão, Castellón e Pino (2003)³⁰ indicam que as diversas maneiras de conceituar a qualidade de vida podem ser caracterizadas das seguintes maneiras: como qualidade das condições de vida (componente objetivo); como a satisfação pessoal com as condições de vida (componente subjetivo); pela combinação das condições de vida com a satisfação; e por meio da combinação das condições de vida e satisfação pessoal, com base no que o próprio sujeito considera em função da sua escala de valores e aspirações pessoais.

Um indicador muito utilizado em relatórios de indicadores sociais, apesar das limitações em termos de validade e confiabilidade, é a taxa de urbanização, a qual “dimensiona a parcela da população nacional ou regional que reside em áreas urbanas e, portanto, em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infraestrutura urbana [...] e serviços sociais” (JANNUZZI, 2009, p.71).

Nesse sentido, cabe reconhecer que existem profundas articulações entre qualidade de vida e os embates procedentes dos processos de urbanização contemporânea. Para Nahas (2008, s/n), esse conceito “vem como expressão da preocupação mundial com as consequências socioambientais do acelerado processo de urbanização, ocorrido durante as décadas anteriores”. Dessa forma, o foco do conceito *qualidade de vida* saiu do indivíduo e passou a ser a cidade, as pessoas nela inseridas,

³⁰ Citado por Santos e Simões (2012).

no meio urbano. Ainda conforme a mesma autora, o conceito de qualidade de vida urbana abrange o conceito de qualidade de vida e o de qualidade ambiental, mas reportando-se ao meio urbano, às cidades.

Algumas cidades brasileiras destacaram-se por buscar a mensuração desse conceito ao longo da década de 1990, entre elas: Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte. Em Curitiba calculou-se o Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida (ISSQV), formulado pelo IPPUC. Composto por indicadores georreferenciados nos 75 bairros da cidade, procurava demonstrar o acesso da população à habitação, saúde, educação e transporte. Um dos produtos desse índice consistiu numa hierarquização dos bairros e das carências por bairro, de acordo com os valores obtidos em cada nível de agregação e para o ISSQV. Os bairros que receberam as maiores “notas” foram aqueles onde a população tinham melhor acesso às necessidades consideradas.

Dessa maneira, o indicador pode possibilitar a identificação e a mensuração espacial dos níveis de carência ou de satisfação das necessidades sociais da cidade, mostrando-se como instrumento ao planejamento das ações e à definição de prioridades espaciais e setoriais para intervenção urbana.

Destaca-se que o município tem a compreensão de qualidade de vida como o “conjunto de elementos sociais, econômicos, físicos, políticos e culturais, com validade universal, que contribuem para o bem-estar da população” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2003, p. 6). Tal conceito envolve variáveis qualitativas para a avaliação dos resultados dos benefícios sociais alcançados pela implementação de políticas públicas no atendimento das necessidades básicas de uma determinada sociedade. Para a prefeitura, monitorar a qualidade de vida significa entender, no espaço urbano, onde as desigualdades se manifestam para poder intervir.

Em São Paulo foi elaborado o Índice de Exclusão Social (IEx), sendo este o elemento principal do mapa de exclusão/inclusão social do município. Tal índice visa dimensionar o quanto a população se encontra excluída do acesso a quatro variáveis: autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade. E é composto por indicadores georreferenciados nos 96 distritos administrativos da cidade. As variáveis determinadas foram avaliadas a partir de padrões de inclusão, permitindo também o cálculo das discrepâncias entre os distritos como forma de mensurar as desigualdades socioespaciais.

Na cidade de Belo Horizonte foi desenvolvido um sistema de indicadores composto pelo Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e Índice de Vulnerabilidade

Social (IVS), ambos calculados a partir de indicadores georreferenciados das 81 unidades de planejamento da cidade³¹.

O IQVU é composto por 75 indicadores que buscam dimensionar a oferta local de equipamentos e serviços dos setores de abastecimento alimentar, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura, saúde, segurança urbana e serviços urbanos. Seu cálculo possibilita a identificação das unidades de planejamento em que há menor oferta e acessibilidade (espacial) a serviços, assim como permite a determinação de uma hierarquia dos setores de serviço de cada unidade.

O IVS é o elemento central do mapa da exclusão social da cidade, composto por 11 indicadores georreferenciados nas unidades de planejamento, buscando quantificar o acesso a cinco dimensões da cidadania: ambiental, cultural, econômica, jurídica e segurança de sobrevivência (NAHAS, 2009).

Nos últimos anos, observa-se no país a tendência de utilização de setores censitários³² como unidades espaciais no cálculo da qualidade de vida. Campinas (São Paulo), com um estudo de vulnerabilidade social, e Belém (Pará), na construção do Índice Geral de Qualidade de Vida Urbana, são exemplos de cidades que estão utilizando essas unidades espaciais. Em ambos os casos foram utilizados apenas dados oriundos dos censos demográficos do IBGE.

Vale destacar, entretanto, segundo Nahas (2009), que nenhuma dessas experiências brasileiras discutidas concretizou a utilização desses sistemas para monitorar a qualidade de vida urbana. Do ISSQV (de Curitiba) há resultados obtidos para 1987, 1996, 2000, 2003, 2006 e 2007³³; quanto ao IEx (São Paulo), calculado em 1996, foram atualizados 20% de seus indicadores com dados de 2000; e no caso de Belo Horizonte foram desenvolvidas atualizações do IQVU em cerca de 90% dos indicadores em 1998 e cerca de 60% em 2000.

Com base nesses exemplos de mensuração da qualidade de vida urbana é possível compreender que esse conceito, de forma geral, relaciona-se com a noção de equidade na distribuição e acesso da população a “bens de cidadania” e a noção

³¹ Esse sistema foi desenvolvido pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em conjunto com equipe multidisciplinar de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

³² Setores censitários são unidades territoriais do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estabelecidos para fins de controle cadastral, formados por área contínua, situada em único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um pesquisador.

³³ Não foram encontradas explicações por parte da Prefeitura Municipal de Curitiba para a definição dos períodos entre as análises.

ambiental visando ao desenvolvimento sustentável. Mas, ao mesmo tempo, observa-se certa discrepância entre os conceitos estabelecidos e sua efetiva mensuração. A qualidade de vida urbana, então, é um conceito que se constrói a partir da compreensão de variáveis como bem-estar social, qualidade de vida, qualidade ambiental, pobreza, desigualdades sociais, exclusão social, vulnerabilidade social, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

É válido salientar que discutir qualidade de vida e cidade requer considerar dois pontos: as necessidades humanas objetivas (como o acesso a água e a disponibilização de equipamentos urbanos) e o uso e a apropriação dos espaços públicos (as necessidades subjetivas, vinculadas à integração dos indivíduos à sociedade, aos contatos com a comunidade, à participação na vida coletiva). A qualidade de vida urbana, então, possui uma ambiguidade. Para que um espaço tenha qualidade é necessário que se tenha controle sobre ele. Entretanto, a qualidade de vida depende da autonomia tanto individual quanto coletiva.

Outra questão diz respeito à relação entre saúde³⁴ e qualidade de vida que, como afirma Almeida (2012), depende da cultura da sociedade em que o sujeito está inserido, além de ações pessoais (esfera subjetiva) e programas públicos ligados à melhoria da condição de vida da população (esfera objetiva). Assim, as necessidades da saúde, como uma das vertentes da qualidade de vida, não devem ser segregadas dos movimentos sociais urbanos nem da dimensão da cidadania.

Além desses indicadores criados especificamente para a qualidade de vida, também há índices como o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (Fundação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) - IFDM³⁵, os quais buscam identificar o desenvolvimento das cidades, utilizando-se de dados de saúde, educação e renda.

Observa-se que os indicadores desenvolvidos especificamente para mensurar a qualidade de vida utilizam, além dessas três variáveis, índices como autonomia, equidade, oferta local de equipamentos e serviços dos setores de abastecimento alimentar, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura, segurança urbana e serviços urbanos. Ou seja, buscam identificar maiores especificidades de cada região, em relação àqueles elaborados para acompanhar o

³⁴ Compreendendo a noção de saúde como uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que cada sociedade estabelece (MINAYO, 2000).

³⁵ O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

desenvolvimento dos países e cidades. Apesar dessas diferenças, esses índices, como o IDH e o FIRJAM, são amplamente utilizados para mensurar a qualidade de vida, relacionando-a com desenvolvimento.

Curitiba-PR, com relação ao IFDM em 2012, foi a melhor capital do Brasil no ranking de desenvolvimento, seguida por São Paulo-SP, Vitória-ES e Belo Horizonte-MG. É possível observar a relação direta estabelecida entre esse índice e a qualidade de vida, por meio do discurso do então Prefeito Luciano Ducci:

O maior legado de uma gestão é aquele que tem resultado na melhoria da qualidade de vida da população. São investimentos que, muitas vezes, não aparecem como obras físicas, mas que têm como resultado o avanço da cidade e a emancipação dos seus habitantes. Os avanços apontados no estudo da Firjan estão alinhados com o empenho contínuo da Prefeitura em favor dos curitibanos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012)

Em relação ao IDH³⁶, Curitiba encontra-se com valor superior à média nacional (0,665), com 0,856, situando-se na 16ª posição em relação a todas as cidades brasileiras, e 3ª posição em relação às demais capitais, sendo superada somente por Florianópolis-SC e Porto Alegre-RS.

Observa-se uma busca pela mensuração da qualidade de vida, seja pelo desenvolvimento de novos indicadores, seja pela análise de indicadores criados para outros fins, como o desenvolvimento. Percebe-se, então, a nítida relação entre a qualidade de vida e o desenvolvimento de uma cidade.

No entanto, a qualidade de vida vai além da análise de fatores como renda, saúde e habitação. Há valores intangíveis que permeiam essa percepção, como laços de vizinhança. A qualidade de vida mensurada por meio de indicadores, portanto, não necessariamente é a percepção dos sujeitos, por isso esse conceito torna-se tão complexo e ambíguo.

2.1.1 Uma tentativa de mensurar a qualidade de vida em Curitiba

Apesar das críticas que possam ser feitas às tentativas de mensuração de indicadores de qualidade de vida, são referências para a definição de políticas públicas, assim como para o seu acompanhamento. Constituem grandes linhas de tendências que

³⁶ É válido ressaltar que esses valores são referentes ao ano de 2000, portanto bastante defasados em relação à realidade atual.

permitem avaliar as características entre qualidade de vida, principais determinantes e diferenciais geográficos, assim como a efetividade de políticas públicas em desenvolvimento. Buscando mensurar a qualidade de vida da população curitibana, com base na reduzida disponibilidade de informações e da polêmica acerca do tema, procurou-se criar um conjunto de indicadores que possibilitasse compreender minimamente os diferenciais existentes entre os seus setenta e cinco bairros, no que se refere aos seus padrões de atendimento.

Apesar da escassez de informações acerca da qualidade de vida no município de Curitiba³⁷, a tentativa de mensuração quantitativa dessas condições da população se revela importante à medida que possibilita mensurar e comparar o grau de atendimento necessário à garantia das suas condições de sobrevivência.

Esse exercício estatístico não elimina a compreensão da qualidade de vida como uma questão que vai além do aspecto quantitativo. Trata-se de reforçar um dos aspectos que permeiam a discussão em torno dessa temática. Lembrando que a qualidade de vida é uma questão que vai além do aspecto quantitativo, relacionada com aspectos como relação afetiva com os vizinhos, a utilização desses dados situa-se como uma forma de compreender esse indicador e analisar sua relação com a realidade em que os indivíduos se encontram.

2.1.1.1 Procedimentos metodológicos

Buscando a mensuração da qualidade de vida no município de Curitiba, utilizou-se como referencial o método Genebrino ou Distancial que, a partir de variáveis selecionadas, mensura os resultados dos benefícios sociais alcançados por uma população. Esse método foi utilizado inicialmente pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU / United Nations Research Institute for Social Development – UNRISD em 1966 e, em seguida, pelo Instituto Econômico e Social – IES da Polônia. No Brasil foi utilizado pela primeira vez em 1984, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, em parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

Conceitualmente, o método considera o nível de vida como o estado atual das condições concretas de vida da população. Assim, não considera uma condição desejada

³⁷ A última mensuração acerca da qualidade de vida em Curitiba, o ISSQV, foi realizada em 2007.

ou esperada. Procura mensurar a qualidade de vida e suas disparidades dentro de uma determinada região, como entre os bairros de Curitiba. Ou seja, visa dimensionar e comparar uma realidade local em termos quantitativos.

Portanto, é importante ressaltar que o indicador não revela o nível de qualidade do serviço acessado pela população e sim a possibilidade de acesso a alguns serviços essenciais que, minimamente, podem representar alguma melhoria no padrão das condições de vida da população residente em determinados locais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a seguinte premissa:

[...] aceita-se por nível de vida da população (Y), em uma dada unidade de tempo (t) e em uma dada unidade de espaço (d=1,2,3,...) o grau de satisfação das necessidades materiais e culturais das economias domésticas (Y1td, Y2td, ... Yk-1td) obtido, no sentido da garantia dessa satisfação, através dos fluxos de mercadorias e de serviços pagos e dos fluxos do fundo de consumo coletivo. (Sliwiany M.R., 1997³⁸).

A partir dessas premissas foram consideradas cinco grandes áreas de abrangência, que podem minimamente refletir o padrão de qualidade de vida da população residente nos bairros de Curitiba: poder aquisitivo, habitação, saúde, educação e segurança pública.

Em função da disponibilidade de informações censitárias mais recentes para o ano de 2010, elas foram utilizadas como referência para a apreensão da realidade atual da população curitibana em seus bairros.

Para os quatro primeiros grupos de variáveis consideradas (Poder Aquisitivo, Habitação, Saúde e Educação) foram utilizados os dados disponíveis no Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para o grupo Segurança Pública, os dados utilizados tiveram como referencial o número de ocorrências verificadas em 2010, disponibilizado no banco de dados “Ocorrências e Estatísticas” do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

Como indicador do Poder Aquisitivo, considerou-se o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade³⁹. Admitiu-se que

³⁸ Citado por IPPUC (2003, p. 7).

³⁹ O Censo Demográfico considera como componentes da População em Idade Ativa - PIA todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Com base no rendimento desse grupo populacional é calculado o valor do rendimento nominal médio, incluindo todos os tipos de rendimento. A tabela utilizada está desagregada inclusive de bairros (tabela 3170 do Censo Demográfico de 2010, disponível no Banco de dados SIDRA (<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3170&z=cd&o=7#nota>)).

quanto mais elevado esse valor, maior o poder aquisitivo das pessoas, o que pode resultar em maiores oportunidades de acesso a bens e serviços.

Nos aspectos relacionados à Habitação, foram consideradas algumas das características dos domicílios instalados nos bairros curitibanos, que também podem indicar o padrão das condições de vida dos seus moradores. Dentre essas características, foram utilizadas informações sobre a existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio e interligado a rede geral de esgoto; se o lixo gerado era coletado pelo serviço de limpeza da prefeitura; e se o abastecimento de água estava interligado à rede geral. Trata-se, assim, basicamente da disponibilização de serviços essenciais básicos por meio de políticas públicas de saneamento.

No grupo de Saúde, teve-se como referencial a proporção do número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade em relação ao total de óbitos ocorridos entre os meses de agosto de 2009 e julho de 2010, desagregada pelos bairros de Curitiba. Supõe-se que quanto menor o número de óbitos em relação ao total da população com menos de um ano de idade, possivelmente maior o acesso da população aos serviços básicos de saúde, como o acompanhamento médico, utilização de vacinas, dentre outros.

Com relação ao grupo de Educação, considerou-se a taxa de alfabetização – TA das pessoas de 10 anos ou mais de idade moradoras nos 75 bairros. Admitiu-se que quanto maior a TA, melhores foram as condições de acesso ao ensino, tanto público quanto privado, refletindo na qualidade de vida de seus moradores.

No grupo de Segurança Pública, foram utilizadas as informações registradas sobre as agressões físicas e os acidentes de trânsito ocorridos nos bairros de Curitiba. Admite-se que, quanto menor o número desses registros, melhores as condições de vida da população residente em cada bairro.

Assim, para cada área considerada, foram selecionadas informações/indicadores disponíveis, que se transformaram inicialmente em Índices Simples de Qualidade de Vida - ISQV ou Índices Parciais de Qualidade de Vida - IPQV, posteriormente em Índices Grupais de Qualidade de Vida – IGQV e, finalmente, em Índices Sintéticos de Qualidade de Vida - ISQV⁴⁰.

Os ISQV e os IPQV foram obtidos por meio de parâmetros limiares, que estabelecem uma escala entre uma situação ótima (limiar máximo) e uma situação

⁴⁰ O desenvolvimento estatístico/matemático para se obter os indicadores pode ser consultado no anexo X.

péssima (limiar mínimo). A partir dessas escalas, estabeleceu-se a posição do indicador conforme a sua distância em relação à situação ótima, obtendo-se o grau de satisfação que se alcançou entre os limiares (máximo e mínimo).

Dessa maneira, os medidores do nível de satisfação das necessidades da população podem variar entre 0% e 100%, demonstrando a distância entre o nível alcançado e o nível aceito como máximo. Cabe notar que, quanto mais próxima a 100%, maior é o nível de qualidade de vida em relação ao universo tratado e, quanto mais próximo de 0%, menor é o nível de qualidade de vida obtido. Entretanto, para os indicadores de saúde pública e de segurança pública considerou-se uma situação oposta, ou seja, quanto menor a proporção de mortes e/ou de ocorrências, melhor a qualidade de vida da população.

A partir das estimativas dos Índices, para melhor compreender a distribuição da qualidade de vida da população residente nos bairros de Curitiba, fez-se a distribuição tanto do IGQV quanto do ISQV em quatro grandes grupos, segundo a dimensão dos valores máximos e mínimos obtidos. Foram eles:

- Bairros com **baixa** qualidade de vida, com Índices oscilando entre 0,00% e 24,99%;
- Bairros com **média baixa** qualidade de vida, com Índices oscilando entre 25,00% e 49,99%;
- Bairros com **média alta** qualidade de vida, com Índices oscilando entre 50,00% e 74,99%;
- Bairros com **alta** qualidade de vida, com Índices oscilando entre 75,00% e 100,00%.

2.1.1.2 O início da discussão

A partir dos índices de qualidade de vida obtidos pela metodologia adotada, inicialmente analisou-se separadamente cada área considerada (poder aquisitivo, habitação, saúde e educação e segurança pública) e, finalmente, pelo índice sintético, apresentou-se o perfil geral comparativo entre os 75 bairros de Curitiba.

Os Índices Parciais de Qualidade de Vida – IPQV e o Índice Grupal de Qualidade de Vida – IGQV, com relação ao poder aquisitivo da população residente nos bairros de Curitiba, revelam uma forte concentração de pessoas com menores valores de rendimentos nominais médios e medianos mensais em um maior número de bairros, classificados como de baixa qualidade de vida.

O IGQV considerado de baixa qualidade de vida (entre 0,00% e 24,99%) indica

que na sua faixa de menor remuneração encontravam-se cerca de 60% dos bairros (45) de Curitiba e 76,75% do total da sua população (1,344 milhões de pessoas). A FIGURA 2, a seguir, mostra a elevada concentração de bairros com melhor nível de qualidade de vida na região mais central da cidade, ao passo que todo o entorno, de ocupação mais recente, preço do solo mais baixo e, muitas vezes, sujeito a condições mais precárias de assentamento humano, situou-se na faixa de baixa qualidade de vida.

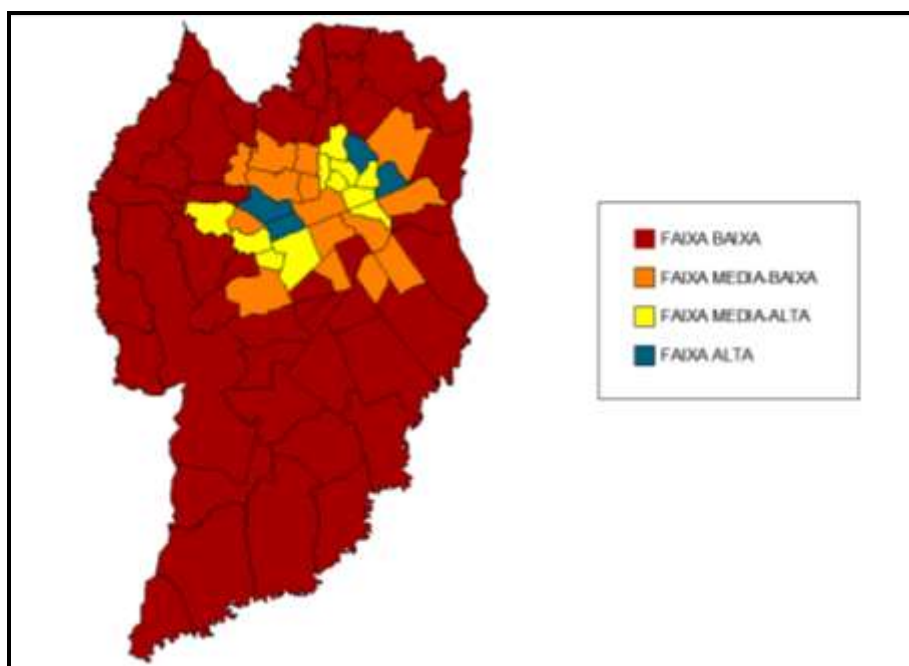


FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO AO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA

FONTE DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012;
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Os piores IGQV foram observados para os bairros São Miguel, Caximba, Tatuquara, Ganchinho, Prado Velho, Campo de Santana, Augusta, Lamenha Pequena, Riviera e Cachoeira que, em seu conjunto, agregavam 236,8 mil pessoas e representavam aproximadamente 13,51% do total da população de Curitiba em 2010.

No segundo pior grupo de IGQV, o de média baixa qualidade de vida, encontravam-se cerca de outros 20,0% (15) dos bairros de Curitiba, onde residiam 210,7 mil pessoas, representando 12,03% da população curitibana em 2010. Nesse grupo, os bairros que apresentaram pior IGQV foram Guabirotuba, Jardim Botânico, Vista Alegre, Portão e Cascatinha.

Em uma condição melhor em termos de Poder Aquisitivo da população, os bairros com os IGQV classificados na condição média alta (entre 50,00% e 74,99%)

estavam instalados 14,67% (11) dos bairros existentes em Curitiba, com uma população de 138,7 mil moradores, participando com 7,92% do total das pessoas residentes. Em melhores posições podem ser destacados os bairros Juvevê, Alto da Glória, Mossunguê e Hugo Lange.

No outro extremo, somente 5,33% dos bairros de Curitiba (4) inserem-se no IGQV considerado de alta qualidade de vida (entre 75% e 100%), que apresenta faixa de maior remuneração. Nesses bairros residiam cerca de 58 mil pessoas, que representavam somente 3,31% do total da população curitibana em 2010. São eles: Batel, Bigorriho, Jardim Social e Cabral.

Os Índices Parciais de Qualidade de Vida – IPQV e o Índice Grupal de Qualidade de Vida – IGQV relativos às políticas relacionadas com a Habitação para a população residente no município de Curitiba indicam reduzida disparidade entre bairros no que se refere ao acesso a alguns serviços básicos, como a existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio e sua interligação à rede geral de esgoto, ao destino do lixo residencial e à forma de abastecimento de água.

Em 2010, segundo o IGQV Habitação, nenhum bairro curitibano encontrava-se na condição de baixa ou média baixa qualidade de vida. A grande maioria dos bairros, 88,0% (66), onde residiam 99,1% da população de Curitiba (1,666 milhões de pessoas), inseria-se no IGQV Habitação considerado de alta qualidade de vida. Em função das variáveis de sua composição, pode-se dizer que o índice referente à Habitação reflete a disponibilidade de infraestrutura de saneamento básico à população, possibilitado pela eficácia das políticas públicas setoriais. A FIGURA 3, a seguir, confirma o alto grau de eficiência dessas políticas públicas no caso do município de Curitiba, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sua população e mostrando certa homogeneidade entre os diversos bairros no que se refere ao acesso à infraestrutura relacionada a habitação.

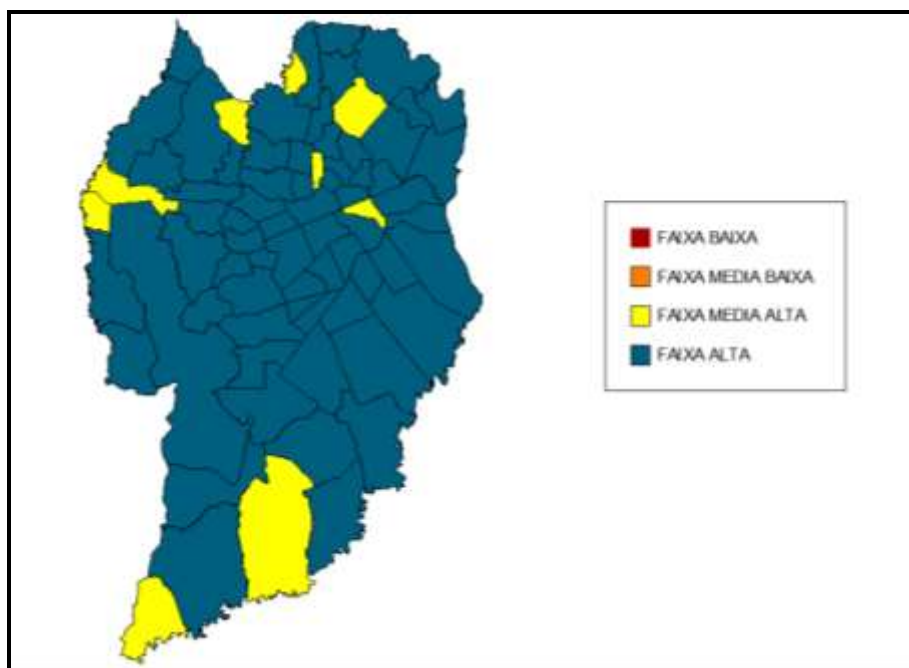


FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À HABITAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA

FONTES DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Nas condições estabelecidas na condição alta, ressaltando a reduzida disparidade observada, podem ser destacados os bairros Jardim Social, Jardim das Américas, Guabirota, Lindóia, Capão da Imbuia, Cascatinha e Fanny. Poucos bairros de Curitiba (9), onde moravam somente 12,0% (85,9 mil pessoas) da sua população, enquadravam-se na condição média alta do IGQV Habitação. São eles: Taboão, Boa Vista, Orleans, São João, Umbará, Cristo Rei, Riviera, Centro Cívico e Caximba. Destaca-se que não há bairros enquadrados nas condições médias baixas e baixas, ressaltando que o Índice Habitação toma como base algumas das características dos domicílios instalados nos bairros curitibanos.

No que tange à Saúde Pública dos moradores de Curitiba, o Índice Parcial de Qualidade de Vida – IPQV e o Índice Grupal de Qualidade de Vida – IGQV, relativos a essa temática, também apontam para um reduzido diferencial entre os bairros em termos de proporção de óbitos de crianças com menos de um ano em relação ao número de crianças moradoras na mesma faixa de idade, em 2010.

Segundo o IGQV Saúde, somente dois bairros (Vista Alegre e Lamenha Pequena), que representavam cerca de 2,7% da população curitibana em 2010, estavam classificados na condição de baixa ou média baixa condição de qualidade de vida. A grande maioria dos bairros, 78,67% (59), onde residiam 72,59% da população

curitibana (1,272 milhões de habitantes), inseria-se no IGQV Saúde considerado de alta qualidade de vida.

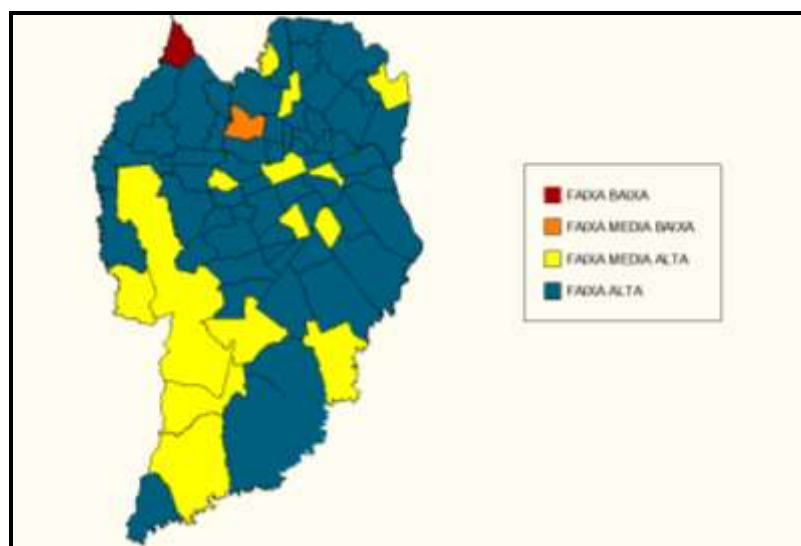


FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA

FONTE DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012;
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Um grande número de bairros enquadra-se em grau elevado em relação ao IGQV Saúde. São eles: São Francisco, Centro Cívico, Alto da Glória, Alto da Rua XV, Jardim Botânico, Rebouças, Batel, Bom Retiro, Ahú, Juvevê, Cabral, Hugo Lange, Jardim Social, Tarumã, Jardim das Américas, Prado Velho, Seminário, Fanny, Lindóia, Santa Quitéria, Mossunguê, Santo Inácio, Cascatinha, São João, Barreirinha, Tinguí, Orleans Riviera e Caximba.

Os demais bairros (14) enquadram-se na condição de média alta qualidade de vida, em termos de IGQV Saúde, nos quais residiam aproximadamente 468 mil pessoas, com destaque para Tatuquara, Campina do Siqueira e Atuba.

Nos aspectos relacionados com os serviços de educação, o Índice Parcial de Qualidade de Vida – IPQV e o Índice Grupal de Qualidade de Vida – IGQV revelam elevada disparidade entre a taxa de alfabetização das pessoas com dez ou mais anos de idade residentes nos bairros de Curitiba em 2010. O IGQV considerado de alta qualidade de vida (entre 75,0% e 100,0%) agrega, na sua faixa de maior alfabetização, aproximadamente 57,33 % dos bairros (43) de Curitiba, e praticamente a metade do total da sua população (870,5 mil de pessoas).

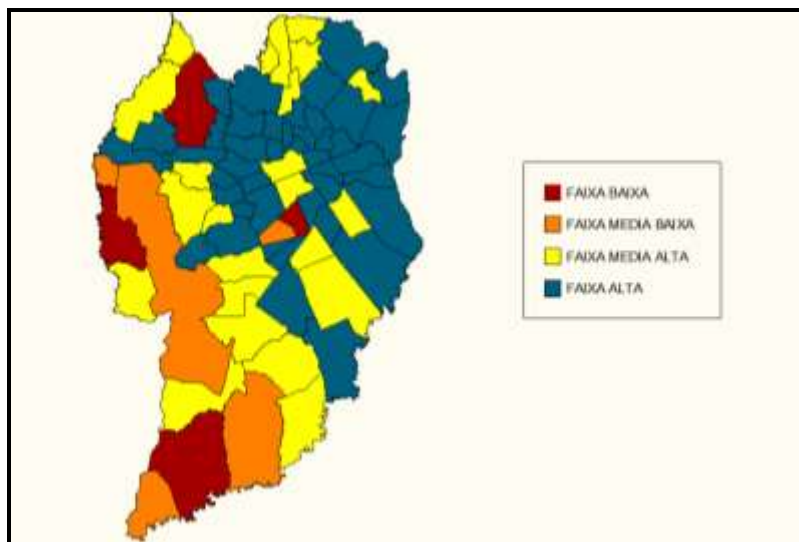


FIGURA 5 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA

FONTES DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Os mais elevados IGQV Educação foram observados nos bairros Alto da Glória, Bigorrilho, Hugo Lange e Jardim Botânico, onde residiam somente 2,5% da população curitibana. No segundo melhor grupo de IGQV Educação, de média alta condição de vida, enquadravam-se 30,67% dos bairros (23) e 33,99% (599,4 mil pessoas) da população de Curitiba. Destacaram-se os bairros de São Lourenço, Centro, Rebouças, Capão Raso e Botiatuvinha. Os piores IGQV Educação enquadravam-se nas classificações de média baixa e baixa condição de vida, e 12,0% dos bairros (9) de Curitiba e 16,32% (286 mil pessoas) da sua população estavam nessa condição. Estão inseridos nesse patamar: Parolin, Augusta, Campo de Santana, Santa Felicidade, Umbará, Cidade Industrial de Curitiba, Caximba, Riviera e Guaíra.

Os Índices Parciais de Qualidade de Vida – IPQV e o Índice Grupal de Qualidade de Vida – IGQV no que tange à Segurança Pública apontam para um elevado diferencial no volume relativo de agressões físicas e acidentes de trânsito verificado nos bairros de Curitiba em 2010. A maior parcela (86,67%) dos bairros curitibanos (65) enquadra-se no IGQV Segurança Pública alto, onde se encontram as melhores condições em termos de segurança pública. Nesses bairros residiam aproximadamente 1,0 milhão de pessoas, que representavam 57,56% do total da população residente em Curitiba em 2010 (FIGURA 6). Nesse grupo destacaram-se os bairros São Miguel, Lamenha Pequena, Cascatinha, São João, Riviera e Augusta. Ressalte-se que neles residiam somente 1,03% do total da população de Curitiba.

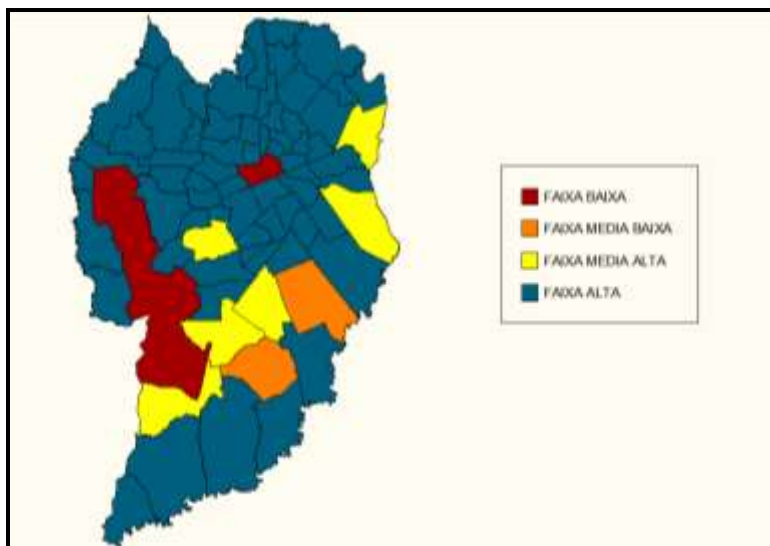


FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA

FONTE DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010
Corpo de Bombeiros/PR, 2010

Em menores proporções, no segundo melhor grupo de IGQV Segurança Pública, de média alta condição de vida, inseriam-se somente 8,00% dos bairros (6) e residiam 19,68% (344,8 mil pessoas) da população curitibana. São eles: Portão, Xaxim, Bairro Alto, Tatuquara, Pinheirinho e Cajuru. Os grupos de IGQV Segurança Pública de média baixa e baixa condição de vida envolviam somente 5,33% dos bairros (Cidade Industrial de Curitiba, Centro, Sítio Cercado e Boqueirão) e o expressivo volume de 22,76% (398,7 mil pessoas) da população residente em Curitiba.

2.1.1.3 Principais resultados obtidos

O Índice Sintético de Qualidade de Vida – ISQV procura agregar os Índices Grupais de Qualidade de Vida – IGQV considerados e estimados (Poder Aquisitivo, Serviços Públicos de Habitação, Saúde, Educação e Segurança Pública), com vistas a propiciar uma visão conjunta do padrão da qualidade de vida da população residente nos vários bairros de Curitiba e as possíveis disparidades existentes entre eles.

O ISQV aponta para reduzido diferencial e, portanto, elevada similaridade nos índices estimados para os diversos bairros de Curitiba em 2010. Observou-se certa concentração do ISQV em patamares classificados como de alta e média alta em termos de padrão de qualidade de vida. Em conjunto, referia-se a 96,0% dos bairros (72) de

Curitiba e 75,09% (1,567 milhão de pessoas) da sua população total.

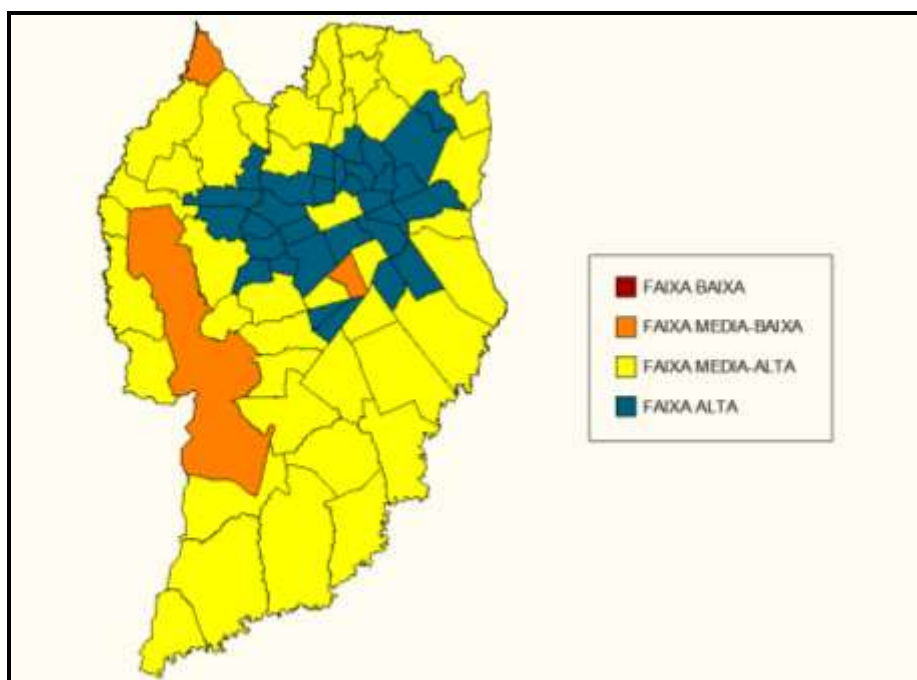


FIGURA 7 – ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA ENTRE OS BAIRROS DE CURITIBA

FONTE DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010
Corpo de Bombeiros/PR, 2010

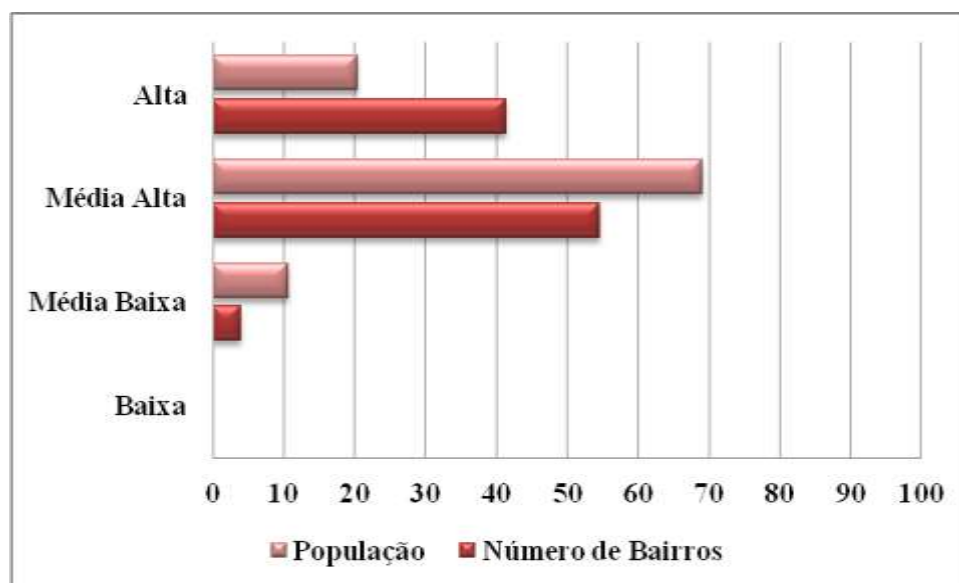
No ISQV alta está incluída considerável parcela (41,33%) dos bairros (31) de Curitiba e, em menores proporções (20,43%), da sua população (357,9 mil pessoas). Os maiores ISQV observados, entre todos os bairros de Curitiba, foram verificados no Batel, Alto da Glória, Jardim Social, Hugo Lange, Ahú, Bigorrrilho, Juvevê e Cabral. Em grande parte são aqueles bairros que exibiram melhor desempenho no Índice Grupal de Poder Aquisitivo. Esses bairros representavam somente 5,14% do total da população curitibana em 2010.

Por sua vez, a maior parcela (54,67%) dos bairros (41) de Curitiba estava concentrada no ISQV considerado de alta média qualidade de vida, onde, em 2010, residiam 1,209 milhão de pessoas, correspondendo a mais de dois terços (69,00%) da sua população total. No ISQV alta média destacaram-se os bairros São João, Prado Velho, São Braz e São Lourenço, que à exceção deste último, classificaram-se em padrões inferiores em relação ao poder aquisitivo da sua população.

Nos patamares inferiores, somente três bairros classificaram-se no ISQV média baixa e nenhum no ISQV baixa. Assim, os piores ISQV foram observados nos bairros

Cidade Industrial de Curitiba, Parolin e Lamenha Pequena, onde, em seu conjunto, residiam cerca de 185,3 mil pessoas, que representavam 10,58% do total da população de Curitiba em 2010.

GRÁFICO 1 – ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA - ISQV, SEGUNDO A POPULAÇÃO RESIDENTE E O NÚMERO DE BAIRROS EXISTENTES - CURITIBA - 2010 (%)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE (2010); Corpo de Bombeiros (2010)

É interessante observar que, apesar da não expressiva discrepância entre bairros no que se refere ao padrão de atendimento dos serviços básicos da população e de qualidade de vida, em 2010 havia uma larga distância entre o maior e o menor ISQV observado em Curitiba. O ISQV do Batel (97,49%) era mais que o dobro do ISQV estimado para o bairro Cidade Industrial de Curitiba – CIC (42,93%).

Outro índice estimado, o Índice Total Grupal de Qualidade de Vida – ITGQV, que resume o padrão de atendimento dos serviços básicos da população e de qualidade de vida para o conjunto dos bairros e da população curitibana, também aponta no sentido de uma relativa equidade em termos de padrão de serviços de atendimento a algumas necessidades básicas da população (educação, saúde, habitação e segurança pública), e uma grande disparidade quando se comparam esses índices com o observado para a variável poder aquisitivo.

GRÁFICO 2 - ÍNDICE TOTAL GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA - ITGQV - CURITIBA – 2010



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE (2010); Corpo de Bombeiros (2010)

Em 2010, os ITGQV estimados para Curitiba demonstram uma similaridade nos valores obtidos para os indicadores relacionados aos Serviços Públicos de Habitação (6.551,12 pontos), Saúde (6.474,47 pontos) e Segurança Pública (6.408,66), e não muito distante dos observados para a Educação (5.743,66 pontos). Entretanto, o Índice Total Grupal relativo ao Poder Aquisitivo da população situou-se consideravelmente abaixo (2.135,12 pontos) dos demais, chegando a ser cerca de três vezes menor. Observa-se, assim, um padrão ITGQV de Curitiba, com relativa homogeneidade nos aspectos relacionados com Segurança Pública, Educação, Saúde e Serviços Públicos de Habitação, e maior distanciamento no que se refere ao Poder Aquisitivo da população. Esse padrão pode ser mais bem compreendido ao se considerar que as variáveis do ITGQV relativas a Segurança Pública, Educação, Saúde e Serviços Públicos de Habitação, de modo geral e em sua maior parcela, são atendidas pelo poder público, enquanto a variável Poder Aquisitivo está mais fortemente vinculada às condições de mercado.

Esses resultados sinalizam no sentido de que aquelas variáveis mediadas pelo mercado exibem desempenho menos satisfatório, ao passo que aquelas submetidas mais diretamente à ação pública têm contribuído mais decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em Curitiba. Nesse sentido, pode-se afirmar que as políticas públicas

têm assumido papel decisivo na conquista de patamares mais elevados de qualidade de vida na cidade.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

O termo “política” refere-se a “ao exercício de alguma forma de poder, com suas múltiplas consequências” (AMARAL, 2004, p. 181). Atrelado à noção de política, há a noção de poder que, conforme a mesma autora, compreende um processo pelo qual um grupo de pessoas toma decisões coletivas, as quais se tornam regras obrigatórias para o grupo e são executadas de comum acordo.

Já o conceito de “políticas públicas” pode ser definido como “conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público” (LUCCHESI, 2002, p.3). Tais políticas, conforme a mesma autora, materializam-se por meio da ação de sujeitos sociais e de atividades institucionais, que as realizam em cada contexto e condicionam seus resultados. Complementando a definição de política pública, para Amaral (2004, p. 183), são todas as atividades políticas as quais têm como objetivo específico assegurar o funcionamento harmonioso da sociedade, mediante a intervenção do estado.

O planejamento urbano, inserido na esfera das políticas públicas, pode ser compreendido como um meio de fazer com que bens públicos sejam produzidos e distribuídos na quantidade e qualidade demandadas. Dessa forma, “a política de planejamento urbano compreenderia, antes de tudo, a coordenação de decisões e ações públicas no tempo e no espaço, que, tomando como referência o problema urbano como campo privilegiado para intervenção, viriam promover o desenvolvimento das cidades” (CARVALHO, 2009, p. 22). Ainda segundo a autora, o resultado buscado pela política de planejamento urbano é o de assegurar ou restabelecer a ordem e alcançar o ordenamento das cidades, superando a desordem.

A política de planejamento urbano, então, é um instrumento público de controle das relações sociais, o qual se realiza mediante medidas e procedimentos de disciplinamento e regulamentação da ação dos agentes públicos e privados no processo de produção do espaço urbano.

Nesse sentido, Rolnik (2004) afirma que ser habitante da cidade significa participar, de alguma forma, da vida pública, mesmo que seja apenas a submissão a

regras e regulamentos. Segundo a autora, morar em cidades implica viver de forma coletiva, em que o indivíduo é um fragmento de um conjunto, do coletivo. E qualquer aglomeração urbana possui movimentos e percursos, necessitando de uma ordem, de uma gestão da vida coletiva. Na cidade existe sempre uma calçada ou uma praça, que é de todos e não é de ninguém, há sempre uma dimensão pública da vida coletiva a ser organizada.

Quando se discute a qualidade de vida, as políticas públicas associadas à saúde individual e coletiva surgem como fundamentais, como premissa básica. O campo de ação social do Estado orientado para a melhoria das condições de saúde da população e dos ambientes natural, social e do trabalho integram as políticas públicas em saúde. A tarefa dessas políticas, em relação às outras da área social, consiste em organizar as funções governamentais, buscando a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da sociedade.

O Ministério da Saúde coloca, nesse sentido, que a busca da promoção da saúde remete a ações intersetoriais que podem resultar na constituição de projetos ou programas que contemplem desde a reorganização dos espaços urbanos, favorecendo a mobilidade urbana e a prática do lazer, até a ampliação da participação da população nas discussões sobre a melhoria da qualidade de vida. Suas propostas têm sido orientadas, neste sentido, de um ponto de vista globalizante, abrangendo desde as condições físicas dos indivíduos até questões subjetivas associadas ao lazer.

No Brasil, desde a década de 1920 é possível identificar a existência de projetos e programas, geralmente estatais, que tinham as atividades chamadas de recreativas como motivos-estratégias principais de intervenção. A organização dos Parques Públicos de Porto Alegre⁴¹ e São Paulo⁴², e a posterior organização do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro⁴³, são exemplos de

⁴¹ Conduzida por Frederico Gaelzer, e iniciada do ano de 1926. O qual era professor de Educação Física, e conseguiu sensibilizar a vontade política do poder público, através do então Intendente Dr. Octávio Rocha, sobre a importância da recreação e do esporte para mocidade. Em seus argumentos defendia a prática de atividades de lazer como uma forma de prevenir a delinquência e como uma possibilidade de qualificar a sociedade.

⁴² Conduzida por Nicanor Miranda de 1935 a 1947, os programas de recreação desenvolvidos nos “Parques Infantis” paulistanos foram a atividade piloto da implantação do Departamento de Cultura e Recreação, o qual contava em sua estrutura com setores encarregados de organizar o lazer da população operária. Para tanto, o poder público municipal deveria reservar espaços livres na cidade de São Paulo, em processo de urbanização, e conduzir as crianças para ambientes considerados saudáveis e atraentes, nos quais poderiam se exercitar, divertir e produzir cultura.

⁴³ O Serviço de Recreação Operária ocorreu entre os anos 1943 a 1964, durante o Governo Vargas, foi criado, juntamente com outras ações do governo, com o intuito de promover o aproveitamento adequado das horas de lazer do trabalhador e de sua família. Segundo Gomes (2003), proporcionar recreação

experiências pioneiras neste sentido. Conforme Peres e Melo (2009), ainda que essas propostas apresentassem diferenças em sua concepção, eram, em geral, compreendidas como atenuadoras das “mazelas” da modernidade. E o lazer, ao longo do século XX, esteve relacionado com a saúde, seja por um viés fisiológico, em que as atividades físicas desempenhavam um papel central, seja por uma perspectiva moralizadora, a qual buscava uma “saúde da sociedade”, objetivando a manutenção da ordem social.

O campo da promoção da saúde no país começou a se estruturar, em meados dos anos de 1970, com uma nova roupagem e consolidando uma perspectiva supostamente diferente sobre o lazer. Foi a partir desse período que iniciativas como *Mexa-se e Movimento Esporte para Todos* ⁴⁴ começaram a crescer. A associação entre o lazer e a promoção da saúde continuou a ser compreendida por um viés moral, cuja força se baseava na construção e adoção de valores, hábitos e normas.

Em 1986, na 8ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, foi desenvolvida a Carta de Ottawa, a qual considerava a elaboração e a implementação de Políticas Públicas Saudáveis um dos cinco campos de ação social para a promoção da saúde, junto a criação de ambientes favoráveis à saúde, reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, no Brasil ocorria a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que formalizou propostas de mudanças baseadas no direito universal à saúde, acesso igualitário, descentralização acelerada e ampla participação da sociedade.

Em 1988, a Constituição Federal deu uma nova forma à saúde do país no momento em que esta foi estabelecida como direito universal. A saúde, então, passou a ser um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo que antes era apenas da União e relativo ao trabalhador segurado. O conceito acerca de saúde foi ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas, e a assistência passou a ser concebida de forma integral (preventiva e curativa).

No contexto contemporâneo, ainda conforme Peres e Melo (2009), são dois cenários que estruturam a elaboração das políticas e iniciativas de promoção da saúde,

organizada para os trabalhadores poderia ser uma das mais eficientes estratégias para difundir os novos conceitos de trabalho e trabalhador.

⁴⁴ O Esporte para Todos surgiu no Brasil a partir do ano de 1973, carregado de pressupostos filosóficos que propunham a democratização das atividades físicas e desportivas. Este tinha como objetivos principais “aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível do desporto em todas as áreas, intensificando a sua prática às massas, ampliar o nível técnico das representações nacionais e difundir as atividades esportivas como forma de utilização do tempo de lazer” (TEIXEIRA, 2009, p. 1). Em 1975, o primeiro evento de impacto em favor da mobilização da população foi realizado pela Rede Globo, sob o nome de MEXA-SE.

relacionadas ao lazer. As ações estão focadas nas mudanças de hábito, almejando um “estilo de vida saudável” por meio das práticas e vivências de lazer, geralmente destinadas a idosos e pessoas acima de 30 anos; e o desenvolvimento de valores e normas com caráter disciplinador e formador por meio das atividades esportivas, com foco em jovens, moradores de regiões consideradas pobres, violentas e perigosas.

Entre os anos 1990 e 2000, diversos programas tiveram início, como o *Agita São Paulo*, que teve abrangência em outros estados, tendo como mensagem o incentivo à atividade física por pelo menos 30 minutos na maior parte dos dias da semana. Em Pernambuco, foi implantado em 2002 o *Programa Academia da Cidade*, expandido para outras cidades, como Aracaju (SE), tendo como foco a criação de espaços públicos de lazer, a mobilização social e a orientação para a prática de atividades físicas. Desde 1990, na cidade de Vitória (ES) há o Serviço de Orientação ao Exercício, que orienta, informa e oferece atividades físicas em espaços públicos.

Nesse âmbito, especificamente com relação às ações buscando um “estilo de vida saudável”, é possível perceber diversos esforços da Organização Mundial de Saúde, como o modelo do programa *Move for Health* e *Move for Health Day*, desenvolvidos em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Para a organização, a inatividade física é tida como um problema de saúde pública global.

Atualmente no país há a Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS, a qual tem como objetivo

Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e a serviços essenciais (BRASIL, 2006, p. 17).

Na agenda de prioridades da saúde pública, destacam-se as práticas corporais e atividades físicas, sendo estas reconhecidas como fator protetor de saúde, corroborando na redução dos riscos à saúde e na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. A PNSP estimula a criação de projetos e programas que promovam a prática de atividades físicas no Sistema Único de Saúde – SUS, bem como a melhoria das condições dos espaços públicos de lazer.

A priorização do incentivo às práticas corporais/atividade física na Política Nacional de Promoção da Saúde considera a importância de serem valorizados os espaços públicos de convivência e de produção

de saúde, a inclusão social e o fortalecimento da autonomia do sujeito e o direito ao lazer frente ao contexto da relevância epidemiológica do tema atividade física – AF. (BRASIL, 2011, p. 10)

O Ministério da Saúde compreende que é necessária a formação de parcerias entre o poder público, empresas e organizações não governamentais a fim de induzir mudanças sociais, econômicas e ambientais que favoreçam a qualidade de vida. Peres e Melo (2009), entretanto, afirmam que, apesar de essa política colocar o afastamento de um modelo tradicional, que concebe os modos de viver a partir de uma perspectiva individualista, em que o sujeito e as comunidades são os únicos responsáveis pelo processo de saúde e adoecimento ao longo da vida, há um descompasso entre os princípios anunciados e os meios utilizados para alcançar os objetivos colocados ao longo do texto. Os avanços das reflexões da promoção da saúde acabam por ser traduzidos em meras mudanças de hábitos: não fume, não beba (ou beba pouco), não seja sedentário, não use drogas, dentre outros.

O Ministério da Saúde, nesse sentido, na “Avaliação de Efetividade de Programas de Atividade Física no Brasil” desenvolvido no ano de 2011, observa que há avanços na construção da agenda do SUS, com crescente tendência de institucionalização⁴⁵ das práticas promotoras de saúde nos diversos níveis de gestão, mas que tal institucionalização ainda se expressa como um processo incipiente, em há muito a avançar quanto ao compromisso da sociedade em relação à promoção da saúde.

No âmbito de programas que buscam a qualidade de vida no país, pode-se citar o Programa⁴⁶ *Curitiba Ativa* desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Curitiba, o qual tem o objetivo de estimular a prática de atividades físicas na cidade. Criado em 1998, a partir de estudos que buscavam concretizar o conceito de “Cidade Saudável”, desenvolve aulas de práticas corporais orientadas, intervenções pedagógicas, avaliação e prescrição de atividades físicas para adultos e adolescentes acima de 16 anos. Além da oferta de equipamentos e programas para atividade física implantados pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude - SMELJ, a Prefeitura de Curitiba tem desenvolvido um trabalho com ênfase na alimentação equilibrada e na reeducação

⁴⁵ O Ministério do Esporte compreende que a institucionalização surge como um “desafio lançado aos gestores do SUS quanto à garantia de sustentabilidade das iniciativas de indução das práticas corporais, de debate e de articulação intersetorial para melhoria das estruturas e dos espaços urbanos favorecedores da atividade física e de priorização da qualidade de vida das comunidades na ação do setor saúde” (BRASIL, 2011, p. 21).

⁴⁶ Compreende-se por programa “qualquer atividade de saúde pública organizada, como mobilização comunitária, desenvolvimento de políticas, campanhas de comunicação e projetos de infraestrutura” (BRASIL, 2011, p. 37-38).

alimentar. A instalação das diversas academias ao ar livre pela cidade, por exemplo, é uma das ações desse programa. “A meta é que, cuidando da própria saúde com a ajuda de hábitos como exercitar-se, comer bem, não fumar e ter lazer, as pessoas tenham mais qualidade de vida e dependam menos de consultas médicas, exames e medicamentos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012).

As ações do programa estão relacionadas na Lei nº 9.942, de 29 de agosto de 2008, a qual define a política da Secretaria de Esporte e Lazer: “promover a prática de esportes, lazer e atividades físicas para desenvolver as potencialidades dos seres humanos, objetivando o bem-estar, a promoção e inclusão social e a consolidação da cidadania”. O capítulo IV, Art. 5, subseção IV da lei, especifica as ações da Prefeitura com relação às atividades físicas: criar uma rede de cuidados para a população da cidade por meio da informação, do aconselhamento, do incentivo e de oportunidades para a prática de atividades físicas, buscando mudanças de comportamento.

O Ministério da Saúde, na “Avaliação de Efetividade de Programas de Atividade Física no Brasil” desenvolvido no ano de 2011, realizou uma análise dos programas de atividade física promovidos em Curitiba. É possível perceber, com base nesse estudo, que as ações de promoção de atividades físicas estiveram diretamente relacionadas com os espaços públicos do município, ao ponto que, ao longo da história, opções políticas afetaram a estrutura urbana da cidade, com aumento de espaços para o lazer da população e de instalações públicas com acesso a serviços destinados à comunidade; os programas de atividade física estiveram desde cedo relacionados com as características da cidade, sendo que o Programa *CuritibaAtiva* possui componentes de informação, ações de promoção de atividade física e ações integradas com diversos setores da Prefeitura, os quais utilizam os equipamentos urbanos para alcançar a população; o conhecimento e a participação nas ações da Prefeitura para a promoção da atividade física na população são elevados e aumentam quando a residência localiza-se próxima aos equipamentos urbanos; e por fim, os parques e as praças⁴⁷ da cidade são muito utilizados para atividades físicas, mas a prática está relacionada com as características dos locais e alterna conforme o gênero e a faixa etária dos usuários, enquanto que os locais que apresentam melhor qualidade são mais frequentados e utilizados para atividade física. É importante destacar que, no ano de 2011, o Programa *CuritibaAtiva* foi premiado pelo Ministério da Saúde pela contribuição para a concepção do programa

⁴⁷ Prefeitura de Curitiba possui 24 Centros de Esporte e Lazer onde há aulas de futsal, vôlei, tênis e até as opções mais radicais, como skate e escalada.

nacional Academia da Saúde.

Atualmente no Brasil, há o Programa Academia da Saúde, criado pela Portaria nº 719, de 07 de abril de 2011, tendo como principal objetivo “contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis” (BRASIL, 2011). Os polos são espaços públicos construídos para desenvolvimento e orientação de atividades físicas; promoção de atividades de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar; práticas artísticas (teatro, música, pintura e artesanato); e organização do planejamento das ações do Programa em conjunto com a equipe de Atenção Primária em Saúde e usuários.

2.3 NOVAS PRÁTICAS URBANAS

As cidades, como os sonhos, são construídos por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (CALVINO, 1995, p. 44)⁴⁸

As novas compreensões acerca da qualidade de vida da população e suas políticas de fomento caminham junto à produção do espaço. O espaço deve, assim, ser compreendido como uma produção humana. Conforme Santos⁴⁹ (1988), é a própria sociedade que se faz e se pensa espacialmente. Nas palavras do autor,

O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço. (SANTOS, 1988, p. 14)

Dessa maneira, o espaço deve ser considerado um conjunto indissociável em que participam objetos geográficos, naturais e sociais, bem como a sociedade em

⁴⁸ Citado por Landin (2004, p. 12).

⁴⁹ Geógrafo brasileiro, Milton Santos viveu entre 1926 e 2001, e destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia, em especial nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Foi um dos grandes nomes da renovação da geografia no Brasil ocorrida na década de 1970.

movimento. As estruturas espaciais são, ao mesmo tempo, segundo Milton Santos (2006), um estado provisório e um objeto de movimento que modifica seu conteúdo. Cada transformação na sociedade corresponde a uma modificação do espaço e de sua organização. Os espaços são reflexos dos acontecimentos, fenômenos, ações e relações realizadas pelos sujeitos que os planejam, constroem, e que deles se apropriam. O espaço deve ser visto como um importante instrumento para a compreensão da realidade e não como um “palco inerte”⁵⁰ onde os indivíduos executam suas ações.

A produção do espaço, então, segundo Lefebvre⁵¹, ocorre ao ponto que a sociedade se apropria do espaço preexistente, já modelado anteriormente, de forma que a organização anterior se desintegre, e o modo de produção integra os resultados. O modo de produção organiza e produz o espaço, no mesmo momento que determina as relações sociais. Para o autor, o espaço é condição para a reprodução do capital. Assim, a reprodução da sociedade sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço. O espaço, então, acumula as transformações ocorridas na sociedade, em um processo permanente de renovação, em que processos globais (econômicos, sociais, políticos e culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade. Pode-se dizer, nesse contexto, que a produção do espaço de lazer e/ou prática de atividades físicas e a sua associação com a qualidade de vida é o resultado de determinantes do modo de produção capitalista.

Pelegrin (2004, p. 74) completa essa discussão ao afirmar que as diferentes correlações entre as forças econômicas e políticas no espaço geram as “relações de poder e de controle, que se estabelecem sobre a cidade e acabam determinando não apenas o desempenho, mas também o uso que se faz dela”. Dessa forma, a organização espacial da cidade constitui-se sob relações de poder e controle, fazendo com que o ambiente urbano adquira determinados controles. Nesse contexto, o *city marketing* à medida que influencia a aceitação das transformações no espaço condiciona a sua apropriação.

Seguindo essa linha de pensamento, a cidade pode ser compreendida como fruto de um contexto social, e caracteriza-se pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, determinadas pelos seus usuários. Ela é produto da economia de mercado, reflete a segregação espacial, fruto de uma distribuição de renda determinada pelo

⁵⁰ Luchiari (1996) compreende o espaço não como um “palco inerte”, pois este caracteriza-se como um cenário em que se desenvolve a história do ser social, e é responsável pela definição das ações dos indivíduos.

⁵¹ Citado por Carlos (2007).

processo de produção capitalista. Essa segregação pode ser observada no acesso a determinados serviços e infraestruturas, ou seja, nos meios de consumo coletivos. A disseminação de determinados equipamentos de lazer e prática de atividade física constitui mecanismo que permite transgredir a lógica determinista da segregação espacial. Entretanto, apenas a sua instalação, desconectada de ações que possibilitem a sua apreensão plena pela população, não garante necessariamente o rompimento das relações de mercado.

Corroborando com esse aspecto e relacionando essa discussão aos equipamentos urbanos⁵², Moraes, Goudard e Oliveira afirmam que

Considerando-se o formato da cidade, um desejo contextualizado pela sociedade que a compõe, o mesmo está presente na mente e nas relações de uso que existem entre seus habitantes e os espaços que a formam.

Tudo que compõe a cidade deve correlacionar-se. Nesse contexto incluem-se os equipamentos urbanos comunitários correlacionando-se com os outros entes físicos da cidade (2008, p. 98).

No sentido de novos equipamentos/objetos urbanos, Santos desenvolve a seguinte discussão:

A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põe-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para seu exercício (2006, p. 62).

Corroborando com essa discussão, Landim (2004) coloca que novos elementos se constituem em representações de uma influência cultural, uma representação de poder. As manifestações locais, nesse sentido, tendem a tomá-los como modelo, realimentando o ciclo da homogeneização da paisagem por meio da importação de formas e de reprodução de ícones espaciais e arquitetônicos externos. Segundo Lynch (1999, p. 101)⁵³, “a forma física não é a variável fundamental cuja manipulação deverá provocar a mudança. O nosso cenário físico é um resultado direto do gênero de

⁵² Segundo a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), equipamentos urbanos são todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos ou privados.

⁵³ Citado por Landim, 2004, p. 18.

sociedade em que vivemos”.

A colocação de inúmeras academias ao ar livre em diversos municípios do Brasil, inclusive em Curitiba⁵⁴, demonstra a tendência à homogeneização da paisagem por meio da instalação desses equipamentos subsidiada pelo discurso da qualidade de vida, como pode ser observado pelo discurso do então Secretário de Esporte, Lazer e Juventude, Marcello Richa, em 2012.

O desenvolvimento de Curitiba está ligado diretamente a qualidade de vida de seus moradores. Com as academias ao ar livre, estimulamos a prática de atividades física, que melhora a autoestima, reduz a pressão alta e fortalece a musculatura. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012, s/n)

Por outro lado, a qualidade de vida pode ser vista como uma utopia em relação ao problema da desigualdade e da diferença existentes na cidade. A qualidade de vida pode ser concebida atrelada aos espaços protegidos para as elites que nela vivem, através da criação de “espaços artificiais”, espaços segregados, como academias e clínicas. No entanto, a implantação desses equipamentos nas áreas públicas da cidade pode atuar como forma de propiciar à população uma ferramenta para a busca da qualidade de vida.

Nesse aspecto, cada cidadão urbano é um consumidor da cidade, a partir do consumo dos bens públicos, independente da posição social. E cada um possui uma parcela de autonomia para o uso da cidade, seja por meio da infraestrutura urbana, oferecida pelo setor público, seja pelos mecanismos de mercado. A utilização da cidade é seletiva e tem lógicas pertinentes à condição de ocupação do território e à forma como o Estado interage com os habitantes (MACHADO, 2009). No entanto, vale ressaltar que, apesar de um espaço ser público, não significa que esse vai ser necessariamente utilizado por todos, podendo haver *locus* de segregação espacial, questão essa que, de extrema importância, não será discutida nesse momento.

Em uma região com altos índices de desigualdade em termos de poder aquisitivo como Curitiba, o real acesso às ofertas de espaços públicos de lazer urbanos está diretamente ligado ao status socioeconômico do cidadão. O espaço público encontra-se fragmentado tanto no que tange suas condições de desenho, como de manutenção

⁵⁴ O município de Curitiba enquadra as academias ao ar livre como um equipamento urbano de esporte. E o IPPUC define-as como “Conjunto de equipamentos de ginástica instalados em parques e praças destinados ao condicionamento físico de pessoas, de maneira segura e saudável”.

acesso, segurança e localização. Essa fragmentação está relacionada com a segregação social e espacial, mecanismos que tendem a se reforçar mutuamente. Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Saúde do Paraná, em estudo epidemiológico desenvolvido em 2008, apontou essa mesma discussão:

Em Curitiba, como em todo centro urbano, a restrição dos espaços públicos, como praças, parques, quadras esportivas, as grandes distâncias que dificultam o ir e vir sem uso de transporte automotivo, a menor disponibilidade de tempo livre, associados às questões de segurança restringe ainda mais as oportunidades de caminhar, praticar atividades esportivas, de lazer e outras atividades físicas. (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO PARANÁ, 2008, p. 85)

A qualidade de vida não se restringe ao acesso a infraestrutura básica, equipamentos de uso coletivo, saneamento, habitação e rendimento mínimo. Pensar a qualidade de vida na cidade implica o direito à cidade, que, segundo Lefebvre⁵⁵, manifesta-se como direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) estão implícitos no direito à cidade, revelam plenamente o uso. Para o autor, a cidade seria obra perpétua de seus habitantes, e não passiva da produção e das políticas de planejamento, e traz a necessidade de uma nova cidade, do homem urbano para quem a cidade e a própria vida cotidiana na cidade torna-se obra, apropriação, valor de uso (e não de troca), servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, da dominação sobre a natureza material. O esforço a fim de garantir o direito à cidade deve se traduzir em forma de planejamento, aliado ao contínuo processo de ação e decisão política.

Analisando Curitiba e sua história, é possível perceber que a cidade construiu identidade cultural a partir da conexão do planejamento urbano, centrado em parques, e com a preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil da cultura local por meio dos usos diários desses espaços. A incorporação das academias ao ar livre nas ações da Prefeitura Municipal de Curitiba está associada com sua história de planejamento urbano. A prefeitura, como já discutido anteriormente, a partir da década de 1970 passou a buscar a imagem da cidade como a *cidade modelo*, a capital brasileira da qualidade de vida, entre outras, e a transformação do espaço público foi uma das ferramentas da modernização da cidade.

⁵⁵ Citado por Carlos (2007).

[...] a cidade foi transformada de teatro ou “cenário de encontro”, elementos da imagem dos anos 70, em espetáculo multimídia dos anos 90 cuja audiência privilegiada não se encontra mais posta nos habitantes locais mas, no país e no mundo. [...] As realizações urbanas são tornadas mercadorias, produtos de consumo que acompanham um ritmo frenético de “renovação de ideias”. (GARCÍA, 1997, p. 43)

Arelada às transformações do espaço urbano, ocorre a relação do sujeito com esses novos espaços. Nesse sentido, Rechia (2003) desenvolveu uma pesquisa com frequentadoras do Parque Barigüi com faixa etária entre 30 e 50 anos de idade⁵⁶, em que identificou que quase todas entrevistadas realizavam práticas corporais nos parques da cidade, justificando que tais espaços faziam parte de suas vidas, o que permitia liberdade e contato com a natureza.

Compreende-se que os principais espaços públicos de uma cidade constituem lugares de sociabilidade, como espaços-síntese da vida coletiva. Nesse sentido, conforme França e Rechia (2006), o espaço no qual a sociedade se envolve é exterior ao indivíduo e exerce influência coercitiva sobre o mesmo e a sociedade.

Em outras palavras, Sennett (2003, p. 24) desenvolve a mesma discussão: “A cidade tem sido um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem.” A relação entre os sujeitos e seus corpos no espaço determina como se veem e se ouvem, como se tocam e se afastam, suas reações. Assim, a compreensão e a atuação que se têm sobre o espaço é indissociável das relações entre as experiências corporais.

A utilização e a apropriação dos espaços públicos, no entanto, só se mantêm conforme o significado que a comunidade lhes atribui. Tal significado diversas vezes está relacionado com as formas de apropriação e utilização na esfera da vida cotidiana do sujeito, geradas ao longo do tempo, tornando-se referencial para o lugar.

⁵⁶ Pesquisa desenvolvida como parte do desenvolvimento da Dissertação de mestrado intitulada “Concepções de corpo entre mulheres de 30 a 50 anos”, defendida em março de 1998, no Setor de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

3 LAZER, ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA: UMA QUESTÃO URBANA

Relacionado com a questão da busca pela qualidade de vida, está implícita a ideia da necessidade da prática diária de atividades físicas. No entanto, como já discutido anteriormente, esse hábito é um entre os diversos fatores que propiciam a um sujeito uma vida de qualidade. Assim, a prática de atividades físicas é tida como forma de salvação e caminho único e inevitável para uma boa saúde e, de certa forma, para a felicidade. A atividade física tornou-se capaz de resolver todos os problemas; ela é colocada tanto como forma de relaxamento, quanto como solução para males de saúde por sedentarismo (LOVISOLO, 2002). Ocorre, então, um “endeusamento” dela, acompanhado por um apelo para seu consumo e comercialização, aproveitando-se da ideia de estilo de vida saudável e busca da qualidade de vida por meio do estímulo à aquisição de bens de consumo e serviços. É válido ressaltar que não está sendo contestada aqui a importância da atividade física, mas sim a visão que se adquiriu com relação a essa prática, como prioritária na rotina das pessoas, particularmente, nos grandes centros urbanos, como pode ser observada no discurso da prefeitura por meio da fala do então secretário da SMELJ, Marcello Richa, na inauguração da centésima academia ao ar livre:

As academias ao ar livre são uma iniciativa que conta com grande adesão das comunidades e ficamos muito felizes em alcançar a marca de 100 unidades na cidade. E é um compromisso da Prefeitura continuar ampliando esta ação, que democratiza a prática de atividades físicas e reforça as ações de prevenção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012)

O momento para a utilização desses espaços e equipamentos implantados na cidade de Curitiba encontra-se no período de lazer de parte da população, compreendendo que este compõe uma esfera da vida cotidiana perpassada pelas mesmas forças que atuam sobre a sociedade em sua totalidade e interagem com as dinâmicas da economia, da política e da cultura. Na sociedade contemporânea há uma íntima ligação entre a atividade física e o lazer, sendo que estes não podem ser dissociados do conceito de saúde e qualidade de vida. Ainda nesse sentido, a atividade física é colocada como uma das maneiras de compensação dos efeitos do modo de vida da sociedade, sendo

colocada como catalisadora do tempo livre.

3.1 ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

Como já discutido anteriormente, na sociedade contemporânea a atividade física é colocada como uma ponte direta para a melhoria e manutenção da saúde. Para Lovisolo (2002), o termo “atividade física” acaba por ser utilizado de forma generalizante, pois pode ser direcionado tanto ao controle do estresse, quanto a uma prática anti-sedentária, como também para fins estéticos ou de melhora de performance atlética. Ainda, conforme o mesmo autor, a função de melhoria e manutenção da saúde é bastante ampla, o que sintetiza a abrangência das diversas consequências da atividade física sobre o organismo.

Segundo o Ministério da Saúde, a prática da atividade física está sendo difundida como um fator de proteção para a saúde dos indivíduos:

Além dos benefícios já conhecidos, como a melhoria da circulação sanguínea e o aumento da disposição para as atividades diárias, ressaltam-se também os aspectos de socialização e a influência na redução de estados de ansiedade ou de estresse, o que conferem à prática da atividade física a capacidade de favorecer a melhora do bem-estar dos indivíduos praticantes. (2012, s/n)

A Organização Mundial da Saúde define o conceito *saúde* como um estado de amplo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doenças e enfermidades. Dessa maneira, há uma íntima relação entre as formas de percepção de qualidade de vida e a condição de saúde dos sujeitos. Para Marques (2007, p. 112), “a noção de saúde se faz como uma resultante social da construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece”. Essa relação, então, depende da sociedade em que está inserido o sujeito e sua cultura, além de questões da esfera subjetiva (ações pessoais) e da esfera objetiva (programas públicos ligados à melhoria da condição de vida da população). O estado de saúde de um sujeito, então, está suscetível a influências de diversas variantes.

A condição⁵⁷ e modo de vida⁵⁸ dos indivíduos, dessa forma, determinam as

⁵⁷ Compreende-se como condição de vida os determinantes político-organizacionais da sociedade, os quais direcionam a relação entre os grupos de sujeitos e as variantes de saneamento, transporte, habitação, alimentação, educação, cuidados à saúde, dentre outros (GONÇALVES, 2004).

possibilidades de escolhas que os mesmos podem adotar para suas vidas. Ou seja, a adoção de hábitos saudáveis precede, em partes, do acesso satisfatório a bens de consumo que proporcionam um estilo de vida tido como saudável. Podemos compreender que um estilo de vida saudável é composto pelas ações que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida dos sujeitos.

Vale destacar que a expressão estilo de vida nas últimas décadas tem sido utilizada com o sentido das diferentes opções pessoais relacionadas a hábitos e costumes, com enfoque em seus aspectos negativos à saúde e em sua natureza e responsabilidade individual. O sujeito torna-se refém das suas decisões quanto ao estilo de vida adotado, num ambiente de deficiências, muitas vezes estruturais, em termos de ação efetiva do Estado. Transforma-se, dessa forma, o indivíduo no único responsável pela sua qualidade de vida, eximindo o Estado de qualquer tipo de responsabilidade. Nas palavras de Gonçalves (2004, p. 17), há a “culpabilização da vítima”, diante do “enxugamento da ação do Estado em políticas públicas”.

Voltando à discussão da atividade física, é necessário considerá-la como fator de função coadjuvante no processo de melhora da saúde, pois a saúde, como já discutido anteriormente, é um complexo de vários componentes que interagem e exercem influência sobre o resultado final. Lovisolo (2002) desenvolve uma reflexão em que aborda os seguintes questionamentos: qualquer atividade física traz benefícios à manutenção da saúde? A ausência de sedentarismo garante um quadro de saúde considerado bom? A prática de uma mesma atividade física serve tanto para reduzir o estresse quanto para proporcionar a melhoria da *performance* atlética?

Levando em consideração a variedade de formas de atividade física e suas consequências para o bem-estar do sujeito, é necessário, então, que essa prática seja adequada às condições e expectativas individuais, objetivando a manutenção ou a melhoria da saúde, bem como o local, os processos, as condições biológicas do indivíduo e o ambiente em que ocorre. Lovisolo (2002) afirma que para a inserção da atividade física como fator de influência positiva sobre condições de saúde são necessários o desejo e a prontidão do sujeito para a inserção dessa prática de forma periódica no estilo de vida, além de condições e modo de vida favoráveis.

Nesse sentido, é possível observar a íntima relação entre a prática de atividade física e a condição de saúde. No entanto, essa associação só ocorre de maneira positiva,

⁵⁸ Compreende-se modo de vida como garantia das necessidades de subsistência do sujeito, por meio de sua condição econômica e, em parte, por políticas públicas (GONÇALVES, 2004).

segundo Marques (2007), se ambas forem compatíveis entre si e com a realização prática do sujeito e seus objetivos, lembrando que a saúde é um todo complexo que engloba diversos fatores, entre eles, a atividade física.

Essa mesma concepção pode ser observada no discurso do então Prefeito Beto Richa, da Prefeitura Municipal de Curitiba, em relação às academias ao ar livre implantadas no município: “São equipamentos para melhorar a condição física e, conseqüentemente, a qualidade de vida e a saúde das pessoas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2010). No mesmo sentido, ainda afirma que “Todos os bairros da cidade vão ganhar estas academias. Desta forma, a população curitibana poderá praticar exercícios, melhorando a qualidade de vida com hábitos saudáveis” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2009).

Mesmo considerando a importância da prática correta de exercícios físicos com frequência adequada, a instalação desses equipamentos tem sido acompanhada de certo ufanismo em termos de resultados para a qualidade de vida. A mídia tem sido utilizada para enaltecer seus benefícios, estabelecendo relação direta entre a prática de exercícios e a qualidade de vida. Como também ressaltado por Lovisolo:

Os meios de comunicação, há várias décadas, se prestam a ressaltar os aspectos positivos das atividades físicas, embora as receitas de realização formem um leque muito amplo de propostas. [...] Do ponto de vista da informação, é muito difícil negar o efeito da mídia na conformação das crenças (2002, p. 288).

Conforme o mesmo autor, há uma reiteração constante das referências das pesquisas para afirmar o valor da atividade física, sendo que as vozes que relativizam seus efeitos são ignoradas ou menosprezadas.

Nesse sentido, Stigger (2002) corrobora com essa discussão ao afirmar que a atividade física é habitualmente associada à saúde, transformando-se em um valor que aparenta ser compartilhado por diversos segmentos sociais. Essa afirmação deixa evidente uma das principais conquistas emanadas da disseminação de equipamentos destinados à atividade física em Curitiba: a sua difusão entre bairros da Cidade em que a população dispõe de menor poder aquisitivo, frente a um mercado que busca cada vez mais abarcar os diversos segmentos ainda não sujeitos à mercantilização. Não se pode, assim, menosprezar a importância dos parques e academias ao ar livre, pois confere a possibilidade de desenvolver atividade física em um espaço ainda não abarcado pelo capital, contribuindo principalmente para atribuir ao público das regiões mais

periféricas maior grau de cidadania.

Essa discussão pode se estender às práticas de lazer, que apesar de possuírem um caráter desinteressado, segundo Marcellino (2006a), suas práticas são, muitas vezes, compulsivas, ditadas por modismos, que se transformam em espaços sujeitos à mercantilização, excluindo determinados grupos de sua prática ou uso.

Ao passo que a televisão se integra à vida privada da população como uma das principais formas de lazer, torna-se um importante veículo de difusão da cultura. Mascarenhas (2003, p. 126) aponta que esse meio de comunicação apresenta-se como a grande “auxiliar” da família na educação, fazendo “penetrar” nas residências “um complexo de valores morais, estéticos e políticos que acabam por determinar hábitos e modos de vida”.

Pesquisa desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁵⁹ investigou o processo de significação das práticas físicas frente à disseminação de informações sobre as relações entre estilo de vida ativo e sedentário no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Algumas questões discutidas em tal projeto mostraram-se importantes acerca da atividade física, lembrando que não é o objetivo desse trabalho desenvolver uma ampla discussão acerca dos motivos para a prática da atividade física nos espaços e equipamentos de esporte e lazer no município de Curitiba. No entanto, essa pesquisa explicita alguns pontos que podem ser questionados no município.

Quando praticantes de atividade física foram questionados acerca da primeira ideia que lhes vem à mente ao falar em atividade física, as mais frequentes respostas eram “manter a saúde” e “realizar caminhadas”. A relevância da televisão e de outros meios de comunicação foi destacada, ao ponto que as mensagens veiculadas por esses meios parecem colocar como inquestionável a associação entre atividade física e saúde. Por fim, a reincidência da ênfase “porque o médico mandou” na decisão de começar a realizar atividades físicas chamou atenção dos pesquisadores para um processo de medicalização das práticas corporais⁶⁰.

⁵⁹ Tal pesquisa faz parte do projeto intitulado “Políticas de Promoção da Saúde na Gestão do Lazer em Porto Alegre”, desenvolvido entre os anos de 2007 e 2008, elaborado e executado pelo Núcleo UFRGS da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer). Este pretendia investigar o processo de significação das práticas físicas frente à disseminação de informações sobre as relações entre estilo de vida ativo e sedentário

⁶⁰ A medicalização, a grosso modo, é um processo de expansão progressiva do campo de intervenção da Biomedicina por meio da redefinição de experiências e comportamentos humanos, colocando-os como se fossem problemas médicos. Esse termo é utilizado para descrever a invasão da Medicina e seu aparato tecnológico na vida cotidiana.

A grande maioria das respostas dadas pelos colaboradores está baseada naquilo que vem sendo associado como os “verdadeiros” benefícios da atividade física e saúde por programas de promoção da vida ativa. Expressões, como diabetes, colesterol, pressão, circulação, dores nas costas, disposição para o trabalho, faz bem para cabeça, felicidade, bem-estar, qualidade de vida, agilidade intelectual etc., encontradas de forma recorrente no conjunto das respostas, demonstram, em uma análise mais genérica, correspondência com a ideia de que atividade física funciona como uma espécie de “panaceia”, um remédio para todos os males. (FRAGA, 2009, p. 28)

Ainda assim, é necessário salientar a complexa relação entre a qualidade de vida, saúde e atividade física, a qual se expressa na análise de objetivos, possibilidades, condições de vida e realização do sujeito, adequando a prática ao estilo de vida de forma consciente e positiva à saúde clínica, emocional e social.

3.2 O LAZER NA CIDADE

“Uma destinação fecunda das horas livres forjará uma saúde e um coração para os habitantes das cidades.”
(Le Corbusier, 1933)

No tecido social das metrópoles, ao observar o universo das práticas de lazer, é possível notar que ainda sobrevivem as conversas de botequim, o almoço de domingo, o circo, o salão de dança do bairro, a festa junina, a folia de reis, o futebol de várzea, a brincadeira de peão, o soltar pipa, a roda de samba, o churrasco depois do mutirão, o passeio na praça e demais hábitos tão comuns, embora também avance a prática da ginástica de academia, o espetáculo esportivo, os shows de música, a audiência da TV, a locação de filmes, o acesso à internet, as viagens de turismo, os passeios no shopping, os jogos eletrônicos, as pistas de caminhada, o domingo no parque temático, dentre outros

Nesse âmbito, a prática de atividades físicas e a busca pela qualidade de vida encontram-se intimamente relacionadas com o tempo e o espaço de lazer. Corroborando com essa questão, especificamente com relação ao espaço de lazer, Le Corbusier, na Carta de Atenas⁶¹, coloca os espaços livres como uma necessidade, constituindo uma

⁶¹ A Carta de Atenas é um documento redigido em 1933 por grandes arquitetos e urbanistas. O documento foi redigido como conclusão do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos ocorrido em Atenas. Este foi utilizado como inspiração à arquitetura contemporânea ao proporcionar linhas de orientação sobre o exercício e o papel do urbanismo dentro da sociedade.

questão de saúde pública. Rolnik (2000) afirma que no estilo de vida atual prevalece a necessidade de conquistar o lazer a qualquer custo e a busca por um corpo feliz e saudável, que necessita empenho e esforço tão intensos quanto o trabalho. O conceito da malhação, de permanecer o tempo todo em movimento para estar energizado e feliz, segundo a autora, comporta a noção de trabalho e de produção muito intensa. Dessa maneira, não é possível imaginar atualmente o lazer como uma vivência simples, algo em oposição ao trabalho. O lazer é reduzido ao consumo de mercadorias de prazer, mercadorias culturais e mercadorias turísticas. Nesse sentido, o lazer perpassa necessariamente pela mediação do mercado, sendo, como afirma Mascarenhas (2006, p. 95), “expressão das determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo capitalismo”. O lazer, então, pode ser definido como “um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2004, p. 103).

Compreendendo, então, que o tempo e o espaço de lazer ocorrem nos momentos de não trabalho, a Carta de Atenas classifica as horas livres de lazer em três categorias: cotidianas, semanais ou anuais. Assim, aqueles momentos de liberdade cotidiana deveriam ser passadas próximas às moradias, as horas de liberdade semanal permitiriam deslocamentos regionais e saídas das cidades, e as horas de liberdade anual permitiriam as viagens. No entanto, Le Corbusier enfatiza que, para tanto, seria necessária a criação de reservas verdes ao redor das moradias, na região e no país, garantindo oportunidades de atividade saudáveis e de entretenimento aos habitantes das cidades. Mas atrelado à criação de tais reservas, vem o problema do transporte de massas, questão essa de extrema relevância e relação com a qualidade de vida, mas que não será discutida mais a fundo nesse trabalho.

Outra discussão nesse sentido é desenvolvida por Dumazedier (1973), que o compreende como aquilo que os sujeitos desenvolvem em oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana, e que são vinculados ao seu próprio interesse.

O lazer, então, é o resultado de um processo de desenvolvimento de novas formas de produção assim como constitui em parte a sociedade contemporânea. Este, portanto, compõe uma esfera da vida cotidiana perpassada pelas mesmas forças que atuam sobre a sociedade em sua totalidade, e configura-se na medida em que interage com as dinâmicas da economia, da política e da cultura:

[...] um tempo e espaço de organização da cultura, o lazer cria e recria um novo circuito de práticas culturais lúdicas e educativas, doravante experimentadas de acordo com a capacidade de consumo dos indivíduos, com as forças político-sociais em disputa e com nova funcionalidade – produção e reprodução da força de trabalho – a ele atribuída. (MARCASSA; MASCARENHAS, 2005, p. 256)

Este compreende, então, a vivência de inúmeras práticas culturais como a brincadeira, o jogo, o passeio, a festa, a viagem, o esporte, a arte, o ócio, dentre outras possibilidades. O lazer, segundo Gomes (2004a), é uma dimensão da cultura construída em nossa sociedade, no contexto em que vivemos, a partir da inter-relação do tempo, do espaço-lugar, das manifestações culturais e das ações (ou atitudes). A mesma autora compreende o lazer como

[...] uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo. (2004, 125)

Dumazedier (1973) estabelece uma relação entre o lazer e o estilo de vida, ao ponto que vê nesse momento a possibilidade do indivíduo realizar escolhas, tornando esse tempo, além do tempo de fruição, um momento de integração no contexto social e cultural. E estamos em um período que se caracteriza pela renovação de valores sociais, explicitada pela valorização do lazer e da individualidade.

Quanto à relação entre lazer e espaço, Müller (2002), citado por Gonçalves (2008, p. 46), afirma que o espaço de lazer possui importância social:

[...] por ser um espaço de encontro e de convívio. Através desse convívio pode acontecer à tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados, conservados e principalmente animados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem num direito dos brasileiros.

Marcellino (2006b) corrobora com essa discussão ao afirmar que é possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço. Assim como o espaço para o lazer é o espaço urbano, as cidades são os grandes espaços e equipamentos de lazer.

O espaço público é o local em que as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas, a possibilidade de diálogo e transformação. Lugar de conflitos, de problematização da vida social, onde se exercita a arte da convivência. Tais espaços correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade, “por meio dos quais se produz uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população, daquele lugar, transformando espaços em lugares” (RECHIA, 2003, p. 131). A mesma autora ainda afirma que os espaços públicos são o próprio pulsar da vida urbana, é através dele que se estabelece o vínculo entre participação ativa e vida na cidade.

No entanto, as rápidas mudanças que ocorreram, e ainda ocorrem, em nossa sociedade também alteraram as formas espaciais no ambiente urbano. E tais transformações modificaram as relações entre a vizinhança, os usos e tempos de apropriação dos espaços públicos. Para Carlos (2002) citado por Rechia (2003), tais alterações referem-se ao desenvolvimento técnico que modificou o processo produtivo, assim como as necessidades de circulação das pessoas, mercadorias, informações e as políticas do setor público. Instaurando-se, então, o conflito entre a apropriação do espaço pela comunidade e a dominação do espaço pelo poder público. Fatos estes que podem “desencadear um refúgio na vida privada, em função dos limites de uso do espaço público, que muitas vezes, geram sentimentos e percepções de segregação, expulsão e exclusão” (RECHIA, 2003, p. 13)

Mesmo diante de tais fatos, Rechia (2003) ainda ressalta que se mantém a vida dos espaços públicos nas grandes cidades, ou seja, depende do significado que a comunidade lhes atribui. Assim, as vivências no âmbito do lazer podem ser consideradas como “tempo de vida”, momentos que

[...] podem ser compreendidos como cambiantes entre o natural e o construído, entre velocidade e lentidão, entre produção e contemplação, nos interstícios da vida cotidiana, revelando no horizonte uma nova articulação entre espaço e tempo, tendo como consequência primordial a (re)propriação do espaço público, o que pode possibilitar a reconstrução da vitalidade da cidade. (RECHIA, 2003, p. 15)

Portanto, as vivências do ser humano no tempo-espaço de lazer em diferentes ambientes urbanos, embora tensionadas pelo mundo do trabalho na sociedade contemporânea, podem significar um importante elo entre o cotidiano e a cultura local. Assim, conforme afirma Lefebvre (1991), é durante as práticas de lazer e por meio delas

os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar a crítica de sua vida cotidiana.

No que tange a relação entre a qualidade de vida e o tempo e o espaço de lazer, Marcellino (2006b) afirma que este último é fundamental quando se pensa em vincular essa esfera da vida humana. Nesse sentido, a relação entre lazer e cidade pode ser colocada identificando esse com a dimensão pública da cidade. O lazer passa, então, a ser componente primordial da qualidade de vida, utilizada pelo marketing e pela mídia como um valor que indica o grau de nobreza dos espaços urbanos. Por outro lado, a falta da qualidade de vida e lazer nos espaços urbanos é apontada como responsável pelo estresse dos cidadãos e pela deterioração das cidades. (ROLNIK, 2000).

Assim, a relação do lazer com a cidade suscita questões que remetem a conceitos antagônicos do uso do solo urbano, do lazer, dos modos de promoção da qualidade de vida, do modelo de cidade que estamos construindo e consumindo e que provocam posições apaixonadas e até extremas.

Os espaços públicos de lazer, então, são locais legítimos de sociabilidade, palco de transformações sociais e de resistência. Para Rechia (2003), estes são uma espécie de síntese do aspecto físico da cidade e a partir da apropriação, que pode vir a transformar aquele espaço em lugar, torna-se possível desvelar o pulsar da vida urbana, ou seja, a vida na cidade.

Esses espaços são uma proposta para viabilizar o direito de todos, indo além do espaço físico; é necessário compreender as atividades que nele são desenvolvidas e as carências da comunidade que os utiliza. Rolnik (2000) destaca o fato que pensar o lazer nos espaços urbanos é pensar em um espaço de dimensão pública como um grande instrumento anti-exclusão na cidade.

3.3 ESPAÇOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS URBANOS DE ESPORTE E LAZER DE CURITIBA: PARQUES, PRAÇAS E ACADEMIAS AO AR LIVRE

Curitiba foi transformada em uma marca nacional da qualidade de vida urbana, fruto da consolidação de uma identidade socioespacial positiva, que se instaurou plenamente nos anos 1990, resultado do projeto de construção da imagem de *cidade-modelo*, cujo marco inicial data da década de 1970. Nas décadas seguintes até hoje, novas transformações urbanas se processaram. Atualmente em Curitiba são mais de 300 praças e jardinetes, 22 parques e diversos bosques. Tais espaços tornaram-se as “praias”

dos curitibanos, onde a população alia caminhadas, corridas e exercícios com pontos de encontro, especialmente nos fins de semana. Ainda há os Centros de Esporte e Lazer; atualmente, 24 desses espalhados pela cidade. Nos últimos anos, além desses espaços, foi colocado à disposição da população um novo equipamento urbano: as academias ao ar livre, que atualmente somam 125 unidades.

3.3.1 Os parques de Curitiba

Na cidade de Curitiba, o primeiro espaço público destinado a vivências no tempo/espaço de lazer foi o Passeio Público. Criado por Alfredo Taunay, quando presidente da Província do Paraná, e inaugurado em 1886, teve origem da drenagem de um terreno pantanoso, próximo ao Marco Zero da cidade. Sua entrada principal foi tombada como Patrimônio Histórico da cidade e é cópia fiel do portão que existiu no Cemitério de Cães de Paris.

Tal fato demonstra a tendência curitibana de basear-se na arquitetura europeia para produzir e reproduzir seus espaços, inclusive aqueles voltados ao âmbito do lazer. Espaços como o Jardim Botânico, inspirado no Palácio de Cristal de Londres, e a Ópera de Arame acabam seguindo essa mesma lógica de “importação”.

No entanto, a criação dos parques no município, como já discutido anteriormente, teve sua ênfase a partir da década de 1970, atrelada a diversas questões ambientais, sociais e econômicas. Do ponto de vista ambiental, buscou-se a preservação de alguns fundos de vale; contenção de assoreamento e poluição dos rios; proteção de mata ciliar; prevenção da ocupação irregular desses locais. Com relação à questão social, puderam ser ofertados à população espaços destinados a proporcionar uma relação diferenciada entre as pessoas e o meio ambiente no contexto urbano, além da possibilidade de vivências no âmbito do lazer e do esporte. E quanto à questão econômica, tal iniciativa pôde potencializar o turismo na cidade com o slogan de *Capital Ecológica*.

Apesar da função social atribuída aos parques, a sua apropriação pela população local não necessariamente é um processo automático, inerente à sua criação. Jacobs⁶²

⁶² Jane Butzner Jacobs foi escritora e ativista política, nascida em 4 de maio de 1916 em Scranton, Pensilvânia. Conseguiu, como nenhum urbanista, explicar a cidade com clareza, simplicidade e sabedoria. Autodidata, nunca se formou em Urbanismo, Arquitetura, Jornalismo ou em qualquer outra área, mas, inspirada contra a visão modernista do conceito urbanista da época, estudou e apresentou suas reflexões

pondera que tais espaços são comumente criados para solucionar problemas pontuais na cidade, e a utilização ou não desses espaços por parte da população depende de uma série de motivos.

Os parques de bairro ou similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. (JACOBS, 2000, p. 97).

Nesse sentido, o *city marketing* pode ter sido elemento fundamental para condicionar a apreensão de determinados parques, desenvolvidos como elementos de diferenciação e valorização destes espaços. Do ponto de vista social, da relação com a sociedade, os espaços públicos de lazer podem ser considerados como áreas de encontros, desencontros e reencontros, de conflitos e negociações. Colocam em evidência uma diversidade de expressões e inúmeros tipos de usos individuais e coletivos. Essa heterogeneidade de usos reforça a centralidade desses espaços como importantes locais de constituição da vida urbana. Nesse sentido, Marcellino (2006b, p. 67-82) desenvolve uma discussão acerca do processo de renovação urbana:

A visão utilitarista do espaço é determinante nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço urbanizado ditadas pelas transformações verificadas nas relações sociais. Trata-se de prática inevitável se considerada a evolução das necessidades da vida nas cidades. [...] Os espaços preservados e revitalizados contribuem de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos, estabelecendo pontos de referência e mesmo vínculos afetivos.

Analisando o processo mais recente de criação dos parques de Curitiba, é importante ressaltar o fato de que, segundo Oliveira (1996), nos documentos oficiais esses espaços foram pensados como fruto da “descoberta” da ecologia e de uma certa compreensão sobre qualidade de vida. E tais questões foram inseridas na trajetória do desenvolvimento e planejamento urbano da cidade. Conforme o autor,

sobre o dia a dia dos bairros americanos. Estudou as ruas e as calçadas como sendo a visão que a população tem da cidade.

Os discursos municipais mais recentes são responsáveis por isto. Neles, as preocupações ecológicas e a qualidade de vida urbana estão na origem da política de preservação de áreas verdes, na qual inclui a criação de parques e bosques. Trata-se de uma ecologia urbana, que pode ser resumida nos seguintes termos: a cidade teria compreendido que "o meio ambiente de cada um é a casa onde vive, a rua onde mora, a cidade onde reside." É nesta perspectiva que a municipalidade se apoia para falar num projeto ecológico iniciado há 20 anos, que teria dado origem aos Postulados da escola de Urbanismo Ecológico. (OLIVEIRA, 1996, p.7).

A concepção mais recente de ecologia urbana foi incorporada ao processo de criação dos parques. Atribuiu-se um novo discurso à sua criação, associado à ecologia urbana, que pode contribuir para conferir um caráter de modernidade e inovação. Rechia (2003), nesse sentido, afirma que o surgimento dos parques foi sustentado pela necessidade de saneamento, não apresentando uma causa exclusivamente ecológica, embora o saneamento possa ser incluído nessa dimensão. Assim, para a autora, a ideia de criação dos parques foi sendo incorporada ao planejamento urbano da cidade, e os valores ambientais foram sendo alcançados em função do paradigma de *cidade-ecológica* apenas com o passar dos anos.

Uma pesquisa realizada pela engenheira florestal Elisabeth Hildenbrand⁶³, na qual foram entrevistadas 1.831 pessoas, revelou o perfil dos usuários dos parques de Curitiba. Os principais motivos para a visita aos parques entre moradores e turistas são, em primeiro lugar, amigos e parentes (26,2%) e, em seguida, a prática de atividade física (20,7%). Quando analisados isoladamente os parques Barigüi, São Lourenço e Jardim Botânico, a atividade física torna-se o motivo mais importante para a visita. Entretanto, a autora, ao analisar somente as entrevistas com moradores, constatou que para o curitibano o principal motivo de visita aos parques é a atividade física, seguida dos amigos e parentes e contato com a natureza, enquanto que para o turista a questão da atividade física é praticamente desconsiderada. Nesse sentido, coloca-se a intrínseca relação entre os moradores da cidade, os parques e a atividade física⁶⁴.

Nesse sentido, é possível encontrar em jornais da cidade reportagens que falam sobre a prática de atividades físicas nos parques, como a reportagem intitulada "Parques

⁶³ Pesquisa financiada pela fundação O Boticário de Proteção à Natureza e fundação MCArthur, dos Estados Unidos com dados divulgados no jornal Gazeta do Povo em maio de 2002. Há de se ressaltar que apesar de a pesquisa ter sido desenvolvida há mais de 10 anos, é um importante fator de análise.

⁶⁴ Como a pesquisa foi realizada com usuários dos parques, a sua percepção limita-se aos usuários desses parques, e não necessariamente à população como um todo, podendo restringir o alcance das informações obtidas.

de Curitiba: perfeitos para quem gosta de correr”⁶⁵, e na “Em que parque eu vou?”⁶⁶, que coloca os parques São Lourenço, Tingui, Atuba, Bacacheri, Barigüi, Passeio Público, Lago Azul e Jardim Botânico como lugares excelentes para a prática de exercícios, especialmente para a caminhada e corrida. Observam-se, nessas reportagens, os parques sendo colocados como ótimos lugares para a prática de atividades físicas, especialmente para a corrida e caminhada.

Analisando os parques por outro enfoque, em pesquisa desenvolvida pelo Instituto Paraná Pesquisas no ano de 2012, 49,5% dos curitibanos afirmam que o que mais gostam na cidade é algo relacionado com a beleza paisagística ou arquitetônica, sendo que 31% destes dizem respeito aos parques. Nesse sentido, na reportagem “As cidades feias que nos desculpem... mas beleza é fundamental”, do Jornal Gazeta do Povo, o arquiteto e urbanista Clóvis Ultramari coloca que “O morador urbano não quer apenas viver; quer viver bem. Isso demanda não apenas uma moradia, emprego e transporte público. Viver bem exige uma boa paisagem urbana, uma boa arquitetura, e grandes espaços de convivência”. A mesma pesquisa ainda demonstra que, para os curitibanos, passear nos parques é programa preferido com 35%, seguido por passeios nos shoppings com 12%. E que a maioria dos entrevistados (62%) levaria um parente ou amigo que nunca esteve em Curitiba para conhecer um ou mais parques.

Esses dados demonstram a noção de pertencimento dos parques para os cidadãos, em que a identidade cultural da cidade passou a gerar um perfil da cultura local por meio da utilização dos parques. Tal discurso é possível observar nos depoimentos de usuários desses espaços: “O parque é um espaço de lazer gratuito; de qualidade de vida ao ar livre. Não troco este lugar por nada [...] A gente torce para que a prefeitura consiga comprar áreas vizinhas para ampliar o nosso parque”⁶⁷. Corroborando com essa afirmação acerca da imagem da cidade, de sua identidade cultural, Letícia Peret Antunes Hardt afirma que “os parques são a representação imagética de Curitiba para o cidadão e também para o visitante”⁶⁸. Desse modo, é possível afirmar a importância dos parques para os moradores da cidade, não só para aqueles que residem

⁶⁵ Publicada no dia 16 de outubro de 2011 no Jornal Gazeta do Povo, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viverbem/saude-bem-estar/conteudo.phtml?id=1184297&tit=Parques-de-Curitiba-perfeitos-para-quem-gosta-de-correr>>.

⁶⁶ Publicada no dia 08 de novembro de 2009 no Jornal Gazeta do Povo, disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=941910&tit=Em-que-parque-eu-vou>>.

⁶⁷ Trecho retirado da reportagem “Lugares que amamos” do Jornal Gazeta do Povo, com a opinião da advogada e professora universitária Alessandra Back.

⁶⁸ Trecho retirado da reportagem “Lugares que amamos” do Jornal Gazeta do Povo.

ao redor desses espaços.

Outro estudo acerca dos parques do município foi desenvolvido pela Professora Simone Rechia, da Universidade Federal do Paraná no ano de 2003⁶⁹, o qual identificou um aspecto peculiar entre os moradores de Curitiba, a relação efetiva com a cidade, sinalizando a existência de um típico modo de vida em que está presente a admiração pelos espaços públicos, especialmente os parques. Ainda conforme Rechia (2003), tal interação entre espaço e curitibanos facilitou a adesão da população a essa composição de espaço, de maneira que os parques públicos, atualmente, marcam a identidade da cidade.

A cidade de Curitiba passou por um processo de constante divulgação da atuação de gestões públicas diferenciadas, sendo colocada a imagem de uma *cidade-modelo*. Tal imagem foi impulsionada pelos diversos projetos lançados pela prefeitura municipal, dentre os quais muitos têm como pano de fundo a intenção de dar à cidade uma forma e uma identidade específica, focada inúmeras vezes em espaços destinados a experiências no âmbito do lazer, cultura e esporte.

Assim, observa-se na cidade, segundo Rechia (2005) a construção estética da paisagem urbana como uma das marcas identitárias de Curitiba, destacando a estratégia de agregar paisagens naturais, modelos arquitetônicos modernos e projetos culturais em espaços públicos destinados às práticas de lazer. Mas esses espaços atendem principalmente à qual população? Àquela que mora próximo aos parques, ou não? Ou são frequentados principalmente por turistas?

Um trabalho desenvolvido por Hildebrand, Graça e Milano (2001), intitulado “Distância de deslocamento dos visitantes dos parques urbanos em Curitiba-PR”⁷⁰, verificou se a distância de deslocamento é fator determinante na escolha do parque urbano a ser visitado pela população urbana de Curitiba. Os resultados mostraram que 75,5% dos frequentadores são moradores da cidade; e 24,5% são turistas, nacionais e internacionais. E são os parques mais antigos, como Barigüi, João Paulo II e São Lourenço, que apresentam maior número de entrevistados moradores da cidade. Já o Jardim Botânico, o Tanguá e, especialmente, o Bosque Alemão apresentaram um

⁶⁹ Tese de Doutorado defendida em 2003, pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, intitulada “Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer”. Esta buscou foi problematizar o modelo de parques públicos adotado pela cidade de Curitiba.

⁷⁰ O trabalho analisou em seis pontos que compõem o roteiro das jardineiras (roteiro turístico da cidade), sendo eles o Bosque do Alemão, o Parque Barigüi, o Jardim Botânico, o Bosque João Paulo II, o Parque São Lourenço, e o Parque Tanguá, nos meses de fevereiro (verão), abril (outono), julho (inverno) e outubro (primavera).

número expressivo de entrevistados turistas, quando comparados com os anteriores, podendo ser, portanto, caracterizados como áreas fortemente turísticas.

Em relação à distância percorrida por seus usuários, o raio de influência ou distância média encontrada para os seis parques estudados foi de 4,0 km, com as maiores distâncias variando entre 11,5 km e 22,3 km, podendo indicar a importância atribuída às áreas verdes urbanas. Os autores chegaram à conclusão de que fica evidente que a frequência ou número de visitas é inversamente proporcional à distância do bairro de origem, ou seja, quanto maior a distância de moradia em relação aos espaços estudados, menor o número de entrevistados nos parques.

Assim, 25% dos usuários dos parques percorrem, em média, distâncias que variam entre 0,8 km (João Paulo II e São Lourenço) e 2,2 km (Tanguá); 50% dos entrevistados percorrem distâncias que variam entre 2,1 km (João Paulo II) e 4,4 km (Tanguá); e 75% distâncias entre 5,5 km (João Paulo II) e 8,8 km (Tanguá). Considerando 100% dos usuários, estes percorrem distâncias médias entre 13,3 km (Jardim Botânico) e 17,6 km (Tanguá). (HILDEBRAND, GRAÇA e MILANO, 2001, p. 81/82)

Assim, quando analisada a origem dos entrevistados por bairro, evidencia-se que eles se concentram nos bairros vizinhos, destacando a participação do centro da cidade em quase todos os parques, apesar de nem sempre esta área ser vizinha do bairro que contém o parque. A maior parte dos frequentadores dos seis parques analisados origina-se de bairros vizinhos e, em todos eles, o percentual de moradores locais é sempre superior ao de turistas.

Analisando a distribuição dos parques pela cidade, observa-se que há um maior número desses na porção norte da cidade, assim como os que estão nessa porção são aqueles que possuem maior ênfase turística, sendo parte da rota do ônibus de turismo da cidade: Jardim Botânico, Passeio Público, Parque São Lourenço, Parque Tanguá, e Parque Tingui.

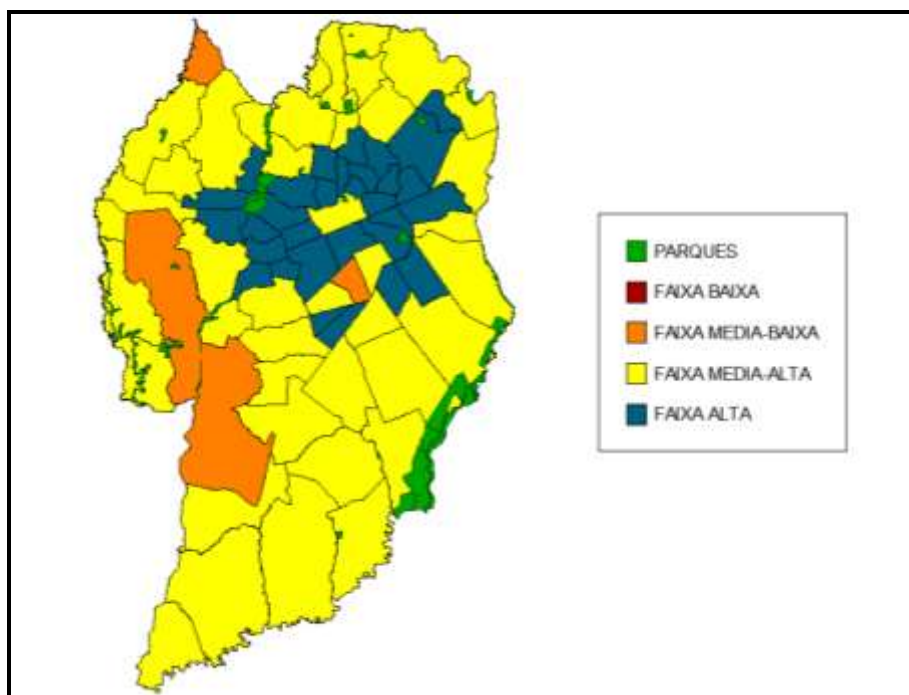


FIGURA 8 – MAPA DE CURITIBA DEMONSTRANDO AS FAIXAS ESTABELECIDAS PELO ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA E OS PARQUES EXISTENTES EM CURITIBA

FONTE DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Continuando com essa linha de pensamento, é importante colocar a relação entre os parques que existem na cidade e o Índice Sintético das Condições de Sobrevivência, como pode ser observado em anexo II. Nesse sentido, 66% dos parques estão na faixa a qual foi denominada de “Média Alta”, com uma média de 13,8 habitantes por m² de parque. Vale relembrar nesse momento a discussão colocada anteriormente, em que se evidencia no discurso da prefeitura a busca pelo modelo de vida da classe média curitibana, fazendo com que os parques sejam uma maneira de valorização da região. No entanto, o bairro com “mais espaço por habitante” nos parques é ao mesmo tempo aquele com maior número de habitantes, com um dos menores poderes aquisitivos da população, a Cidade Industrial, com 2,1 habitantes/m². Três, dos quatro parques do bairro foram implantados em 1994, momento de expansão desse modelo.

O uso do índice sintético contempla a inclusão de variáveis que retratam a eficácia de muitas políticas públicas, mostrando um quadro relativamente homogêneo entre os diversos bairros de Curitiba. No entanto, ao analisar a distribuição dos parques segundo apenas o ponto de vista do “Poder Aquisitivo”, variável sujeita basicamente à intermediação do mercado, percebe-se mais claramente um núcleo composto pelas faixas “Média Baixa”, “Média Alta” e “Alta” próximo ao centro da cidade, na porção

norte, estando nesse núcleo os parques: Jardim Botânico, Passeio Público, Parque Barigüi, Parque Gutierrez, Parque Tingüi, Parque Bacacheri. E os seguintes parques em bairros vizinhos: Parque das Pedreiras, Parque São Lourenço, Parque Tanguá e o Parque Linear do Barigüi. Ressalta-se que muitos desses parques fazem parte da rota que o ônibus turístico da cidade percorre.

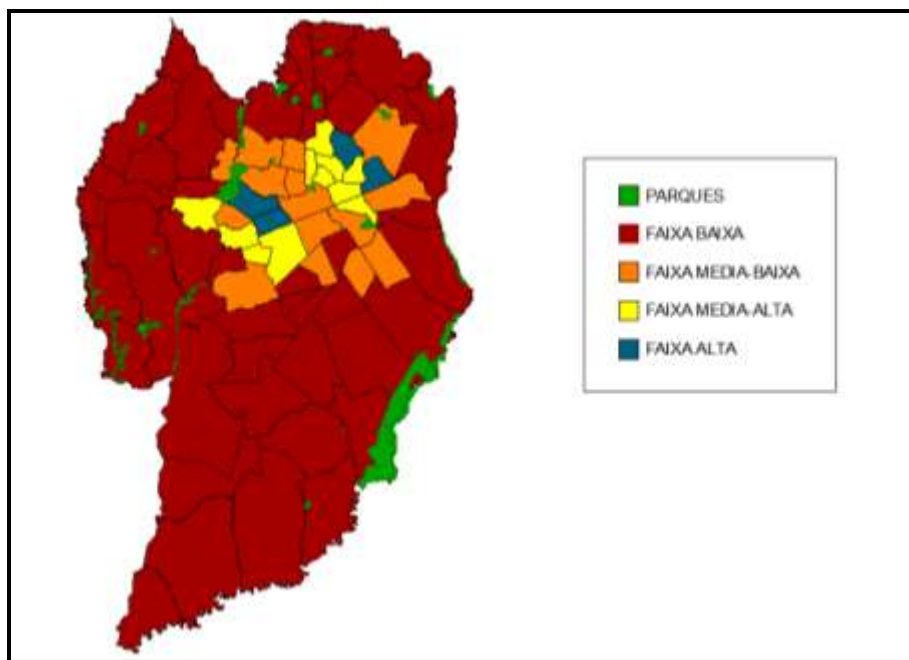


FIGURA 9 - MAPA DE CURITIBA DEMONSTRANDO AS FAIXAS DE PODER AQUISITIVO ESTABELECIDAS PELO ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA E OS PARQUES EXISTENTES EM CURITIBA

FONTES DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Essa setorização pode ser explicada pelo período de promoção do *city marketing*, que teve início 1989, quando o então prefeito Jaime Lerner construiu o Teatro Ópera de Arame, e perdura até o momento. É um período marcado pela implantação de parques com presença marcante de construções arquitetônicas emblemáticas (Jardim Botânico, Ópera de Arame, Unilivre, parques Tingüi e Tanguá entre outros). A função principal dos parques deixa de ser a preservação de fundos de vale, contenção de enchentes e preservação, passando a ser a mitificação, a criação de símbolos que associem a cidade à cultura europeia dos seus imigrantes e, portanto, com qualidade de vida de primeiro mundo. As áreas verdes, então, passam a ser produtos a serem consumidos, perde importância o seu valor de uso e passa a ser mais significativo o valor de troca que confere ao seu entorno. Com isso bairros mudam de nome, visando a valorização, e a atuação imobiliária contribuiu nesse sentido.

3.3.2 As academias ao ar livre

As Academias ao Ar Livre, ou Academias da Terceira Idade, começaram no país nos anos 2000 quando o Ministério da Saúde lançou o *Programa Brasil Saudável*⁷¹, cumprindo com o compromisso das diretrizes e ações previstas na estratégia global de alimentação e atividade física de 2004, proposta pela OMS⁷². Baseada nesse programa, a Prefeitura de Maringá, pelo Departamento de Saúde, criou o *Programa Maringá Saudável*, projeto com os mesmos objetivos do Programa Brasil Saudável, surgindo nesse contexto a Academia da Terceira Idade – ATI (GATA *et al.*, 2012).

A implantação desses equipamentos tem se difundido de forma rápida em todo o país, ainda sem regras muito bem definidas, como o tipo de espaço em que deve ser instalado, a necessidade de orientações para os usuários e a frequência de manutenção.

Atualmente, no município de Curitiba estão implantadas 125 academias ao ar livre⁷³ em espaços públicos da cidade⁷⁴, divididas entre as regionais⁷⁵ da seguinte maneira: Bairro Novo (13), Boa Vista (17), Boqueirão (12), Cajuru (17), CIC (14), Matriz (13), Pinheirinho (10), Portão (20), Santa Felicidade (9). Essas academias são descritas pela prefeitura como equipamentos que visam melhorar a condição física, a qualidade de vida e a saúde das pessoas. No mesmo sentido, há diversos projetos de lei de vereadores do município que também justificam a sua instalação como estratégia de melhoria da qualidade de vida da população residente no entorno.

As academias ao ar livre não possuem peso, utilizam a força do corpo para exercícios de musculação e alongamento, em que, segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, criam resistência e geram benefícios personalizados independentemente da idade, peso e sexo. São indicadas para maiores de 12 anos e especialmente para pessoas da terceira idade.

⁷¹ O Programa Brasil Saudável foi lançado em 2005 com o objetivo de estimular a população a adotar modos de vida diferentes, com ênfase na atividade física, na reeducação alimentar e no controle do tabagismo.

⁷² Em maio de 2004, a 57^a Assembleia Mundial de Saúde (AMS) aprovou a estratégia Global para Dieta, Atividade Física e Saúde, lançada pela Organização Mundial da Saúde. A estratégia foi desenvolvida através de uma série ampla de consultas, em resposta a um pedido de Estados-Membros a Assembleia Mundial da Saúde de 2002.

⁷³ Ver anexo IX.

⁷⁴ Serão utilizados os valores correspondentes à divulgação realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba em seu site no dia 07 de fevereiro de 2013.

⁷⁵ As administrações regionais são uma espécie de subprefeituras, encarregadas dos bairros de cada uma das nove regionais.

A implantação dessas academias no município teve início em 2009, sendo a primeira instalada no Parque Barigüi⁷⁶. Em Curitiba, estão instaladas em praças, jardins, eixos de animação cultural, bosques e alguns parques, e, segundo a Prefeitura da cidade, “a localização dos equipamentos é estratégica, sempre perto dos Centros de Esporte e Lazer ou em espaços públicos onde frequentam muitos curitibanos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012). No entanto, segundo Gata *et al.* (2012), os senhores Eros Mathoso e Dalton Grande, ambos responsáveis pelo Centro de Referência Qualidade de Vida e Movimento (CRQVM⁷⁷), afirmaram a inexistência de um projeto para a implantação das academias. Os mesmos responsáveis também afirmaram que essa política de implantação teve início em Maringá e chegou a Curitiba quando a Empresa Ziober ofereceu o produto, e a prefeitura decidiu investir nessa ideia.

Entretanto, a concepção atual da Prefeitura Municipal baseia-se na premissa de facilitar o acesso de todos os moradores da capital a esses equipamentos, estando prevista a instalação de 155 Academias ao Ar Livre⁷⁸. Para definição dos logradouros onde seriam instaladas tais academias, conforme a Prefeitura, foi desenvolvido um estudo amplo no território do município, visando que os equipamentos estivessem posicionados em locais que possibilitariam um fácil acesso à população curitibana. É salientado ainda que para realizar a implantação de uma academia ao ar livre, além da obrigação de que o logradouro seja público e a área pertencente ao patrimônio do município de Curitiba, é necessária ainda a manifestação dos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, visto que as regras de proteção ambiental devem ser cumpridas em sua íntegra.

Junto aos equipamentos, há painéis explicativos com instruções de como utilizá-los, assim como em algumas há um *totem* de publicidade. Os equipamentos que compõem as academias são: simulador de cavalgada triplo, pressão de pernas triplo, multiexercitador com seis funções, remada sentada, esqui triplo, surf duplo, alongador com três alturas, simulador de caminhada triplo, rotação dupla diagonal triplo, e rotação vertical, conforme

⁷⁶ O Parque Barigüi é um dos maiores e o mais frequentado parque de Curitiba e possui uma área de 1,4 milhão m². Este possui um grande lago de 400 mil m² formado por uma represa, equipamentos de ginástica, sede campestre, churrasqueiras, restaurante, canchas poliesportivas, quiosques, Museu do Automóvel, Estação Maria Fumaça, parque de exposições, parque de diversão, pista de bicicross e aeromodelismo. O Parque também abriga a sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

⁷⁷ O Centro de Referência Qualidade de Vida e Movimento – CRQVM tem como finalidade subsidiar os profissionais da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude em suas estratégias e ações voltadas ao desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e de lazer para a população curitibana.

⁷⁸ Conforme resposta da Prefeitura Municipal de Curitiba à requisição de instalação de Academia ao Ar Livre no bairro Xaxim, em 02 de janeiro de 2012, realizada pelo Vereador Pedro Paulo.

FIGURA 10 e FIGURA 11.

Equipamento	Imagem
Simulador de cavalgada triplo	
Pressão de pernas triplo	
Multiexercitador com seis funções	
Remada sentada	
Esqui triplo	
Surf duplo	

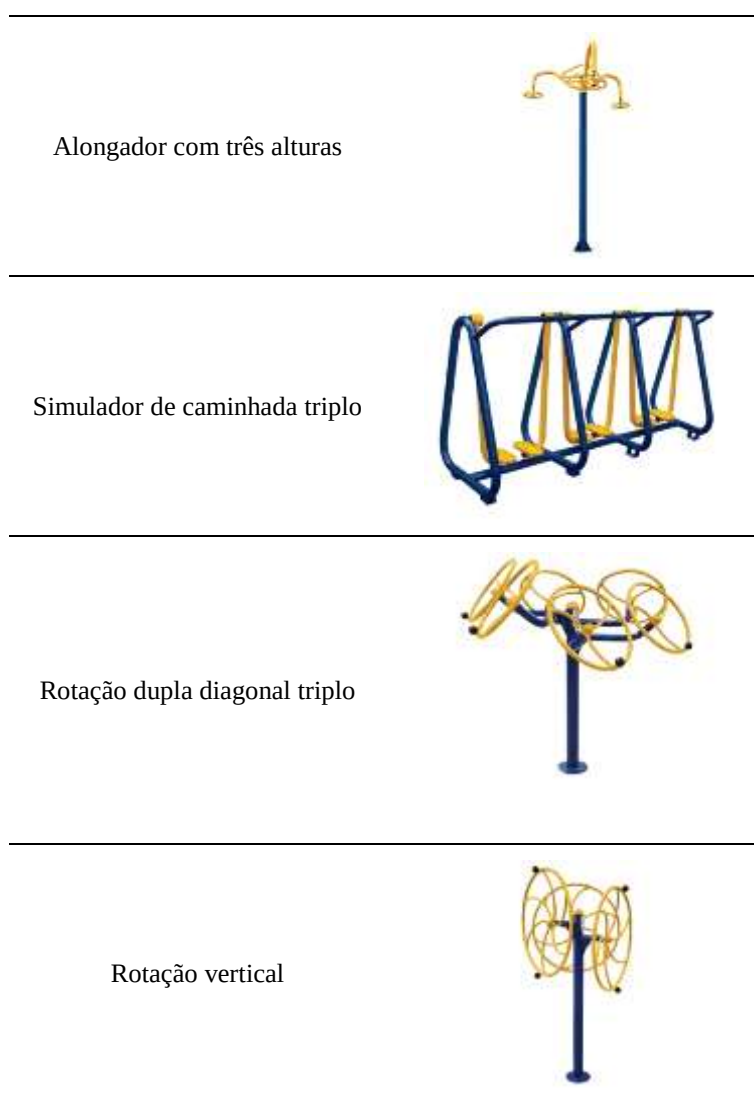


FIGURA 10 – EQUIPAMENTOS INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA
FONTE: Ziober, 2013.

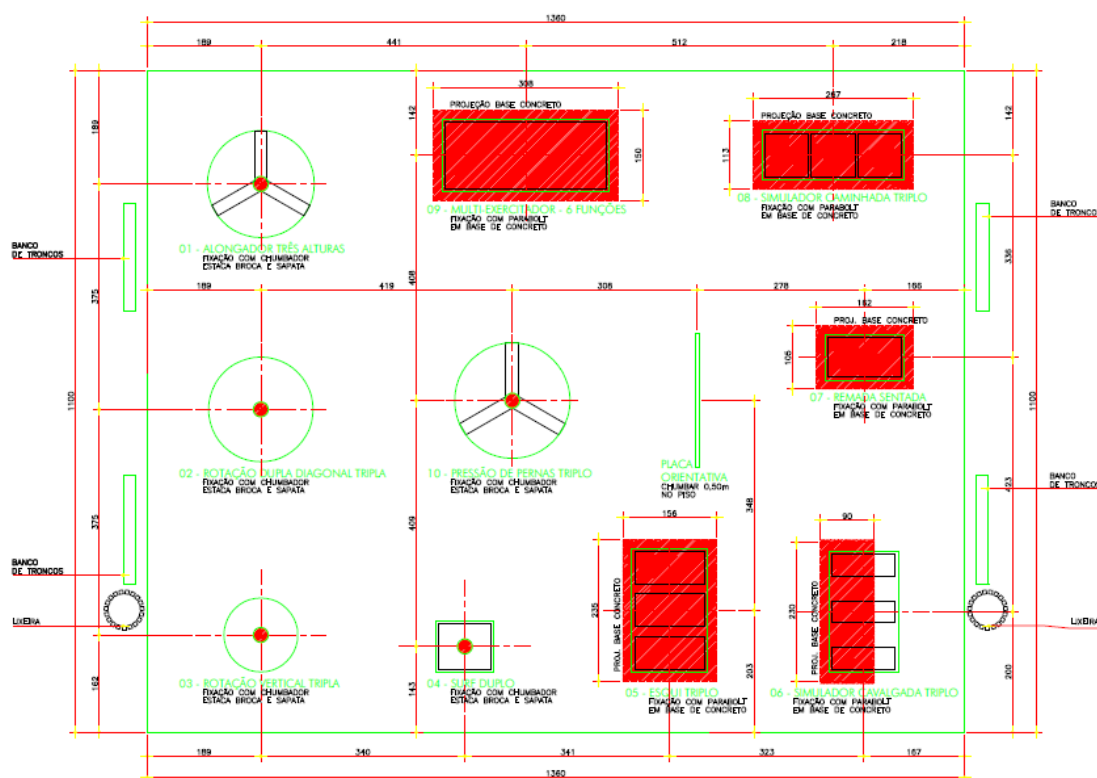


FIGURA 11 – PROJETO ESQUEMÁTICO DE LOCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2010

Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba (2012), entre os anos de 2010 a 2012, o número de pessoas que utilizaram esse equipamento subiu de 105 mil para mais de 332 mil participantes, demonstrando a aceitação da população a esses equipamentos. Há de se considerar também que nesse intervalo de tempo o número de academias implantadas aumentou de maneira considerável no município, sendo que as unidades do Parque Barigüi e do Passeio Público são as mais procuradas pela população, com um fluxo mensal estimado entre 8,5 e 12 mil pessoas.

Do ponto de vista da relação entre as academias e a qualidade de vida, o Conselho Regional de Educação Física do Paraná – CREF/PR enumerou diversos benefícios que o exercício físico pode possibilitar aos seus usuários. São alguns deles: melhora das condições cardiovasculares em decorrência da redução do sedentarismo, melhora da capacidade física, da coordenação motora e do equilíbrio, auxílio na manutenção das atividades na vida cotidiana, convivência entre os usuários, proporcionando uma melhora na autoestima, entre outros.

Ainda do ponto de vista do CREF/PR, analisando a implantação dessas academias por outro enfoque, há certa associação em diversos casos com a revitalização dos locais. Nesse sentido, há proposições dos vereadores de Curitiba para a instalação

desses equipamentos, tendo como uma das justificativas sua utilização para transformar um espaço e contribuir para solucionar questões como a deposição incorreta de lixo e a insegurança. À medida que a sua instalação contribui para a revalorização de espaços públicos, a sua apreensão pela população contribui para solucionar problemas como a deposição incorreta de lixo e a insegurança que caracteriza áreas com menores níveis de intervenção do poder público.

Jane Jacobs (2000) considera que o contato social é a base de uma convivência urbana tranquila; assim, a insegurança em um determinado espaço está relacionada com a ausência de mecanismos de vigilância cidadã, ou seja, a insuficiência de utilização do mesmo espaço e a relação entre espaço público e privado. A autora defende a íntima relação entre a redução dos delitos e a oportunidade no espaço urbano, por meio do desenho urbano e da participação da comunidade. A diversidade de usos e a presença contínua de atividade e, conseqüentemente, de passantes nos espaços públicos aumentaria a sensação de segurança.

Outra discussão ainda possível refere-se à pouca informação sobre o uso correto dos equipamentos que compõem as Academias ao Ar Livre. De acordo com o CREF/PR, diz respeito à necessidade de profissionais de educação física para orientar a utilização correta dos equipamentos instalados. Tais academias, segundo esse conselho, assim como outros equipamentos de ginástica, necessitam de acompanhamento de profissionais, mesmo possuindo orientações escritas aos praticantes nos locais onde estão instaladas. Nesse sentido, tramita na Câmara Municipal projeto de lei, do vereador Juliano Borghetti, para criação do profissional da atividade física saudável em Curitiba. A proposta é destacar um professor de educação física e um fisioterapeuta para cada Administração Regional para atenderem as academias ao ar livre. Nas palavras do parlamentar: “Solicitei estes profissionais diante da importância que têm para o acompanhamento das atividades. É bom o hábito de vida saudável, com exercícios físicos regulares e a reeducação alimentar”.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do município argumenta que, periodicamente, promove um grande “aulão”, denominado “Academiação”, em que um professor de educação física da prefeitura ensina como utilizar os equipamentos e tira algumas dúvidas dos usuários, como quantas repetições devem ser feitas em cada equipamento. Destaca-se um aspecto positivo dessa proposta, em que os professores de Educação Física das regionais foram treinados “em um procedimento padrão de atendimento e orientação ao usuário adulto sadio” (WENDLING, *et al.*, 2010, p. 67).

No entanto, segundo a própria prefeitura, esses equipamentos são indicados principalmente para pessoas da terceira idade⁷⁹, mas podendo ser utilizados por qualquer pessoa com mais de 12 anos de idade. Aqui aparece uma dissonância entre o discurso colocado, mostrando que esses equipamentos são estruturados para a terceira idade, e os professores que são preparados para atender adultos saudáveis. São públicos diferentes, com necessidades diferentes.

Ainda nesse sentido, segundo os gestores, os *totens* instalados junto aos equipamentos, com desenhos indicativos de como realizar os exercícios, conseguem explicar de forma satisfatória de que forma os exercícios devem ser realizados:

Agora a população não tem mais desculpa para não malhar, na academia ao ar livre cada cidadão faz o seu horário e não são necessários professores, uma vez que os equipamentos possuem painéis auto-explicativos que permitem que a população faça os exercícios de forma independente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2010).

Nesse momento vale questionar se realmente todos conseguem compreender os painéis educativos instalados juntamente com as academias, e se a população em geral tem compreensão do próprio corpo para perceber se realmente faz o que está demonstrado nos *totens*. A grande incidência de Academias ao Ar Livre em áreas com predominância de população com baixo poder aquisitivo (e possivelmente menor grau de escolaridade) leva à possibilidade de que haja certa dificuldade em interpretar e compreender os procedimentos definidos nas placas explicativas.

Em reportagem publicada pelo Jornal Gazeta do Povo em 2009, por exemplo, usuário do equipamento no Parque Barigüi afirmou que se lesionou pelo uso incorreto, ponderando que “Seria bom ter alguém por aqui para nos ajudar. Apesar do painel que explica a função de cada aparelho, tenho muitas dúvidas sobre a realização de alguns exercícios”. Na mesma reportagem, um Professor de Educação Física entrevistado afirmou que um dos aparelhos “Teria a função de fortalecer os membros superiores e melhorar a flexibilidade dos ombros, mas, quando mal executado, pode provocar uma torção da estrutura da coluna. Seria mais benéfico se usado para alongamento”.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/academia-ao-ar-livre-smelj-secretaria-municipal-do-esporte-lazer-e-juventude/144>>.



FIGURA 12 – TOTENS EXPLICATIVOS COLOCADOS JUNTO ÀS ACADEMIAS AO AR LIVRE

FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba / Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, 2013.

Cabe ainda avaliar outra questão relacionada com os procedimentos corretos quanto ao uso dos equipamentos. Com relação ao tempo e à intensidade da realização dos movimentos, que, se feitos de maneira incorreta, podem acarretar danos à saúde ao invés de melhorias, a prefeitura afirma:

[...] a prática regular de exercícios nas academias promove aos frequentadores uma série de benefícios, como o aumento do gasto calórico, a diminuição do nível de colesterol, triglicerídeos e atua reduzindo os problemas causados por doenças metabólicas. Os exercícios servem, ainda, para fortalecer, alongar e relaxar a maioria dos músculos do corpo promovendo maior agilidade e flexibilidade. [...] Não é possível ter um professor de educação física em cada uma

das 125 academias ao ar livre durante 24 horas por dia. Mas em caso de dúvidas, os usuários podem consultar um profissional da Smelj que fica à disposição em horários e locais pré-determinadas, devidamente comunicados ao público. Esse suporte ao frequentador faz parte do projeto Academiação e, segundo o coordenador Carlos Ghesti, a intenção é intensificar a rotina de atendimentos neste ano. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2013)

No âmbito da Câmara Municipal de Curitiba, além da inserção dos profissionais de educação física e de fisioterapia, há outras tentativas de melhorias nos conjuntos de equipamentos instalados. Requerimento elaborado por vereador enviado à Câmara Municipal de Curitiba sugere a realização de estudos sobre as academias ao ar livre com o objetivo de verificar a viabilidade técnica e financeira para a implantação de cobertura nos equipamentos, e tem como justificativa reivindicação dos usuários, assim como de professores de educação física. Chuva, vento e neblina são situações comuns em Curitiba, que deixam os equipamentos ociosos.

Há também pedidos de melhoria da infraestrutura nas proximidades das academias, como instalação de faixas elevadas em decorrência da movimentação de pessoas e implantação de playground, pois crianças estão utilizando as academias para brincar. Um exemplo desses casos é o pedido do vereador Juliano Borghetti, para a praça ao lado do 3º Distrito Policial, no bairro Mercês, em que solicitou nova iluminação, contribuindo na segurança e no conforto dos cidadãos.

Analizando algumas proposições dos vereadores do município, que têm como principal assunto a implantação de academias, percebe-se uma compreensão acerca da finalidade das academias como uma maneira de propiciar uma vida saudável e qualidade de vida aos moradores da região, sendo que muitos afirmam que o pedido partiu dos moradores.

Apesar do pouco tempo de sua instalação dessas academias, já é possível encontrar pedidos, por parte de vereadores, de manutenção, iluminação, limpeza e recolhimento de lixo. Nesse contexto, em abril de 2012, o vereador Pedro Paulo fez uma proposição na Câmara dos Vereadores de Curitiba com relação à Praça do Colégio Nossa Senhora Aparecida, no bairro Xaxim, pois os usuários da referida academia queixavam-se da falta de manutenção, havendo inclusive equipamento quebrado.

De certa forma, os equipamentos vêm complementar a estrutura pública de saúde e qualidade de vida que já existe em diversos espaços públicos de Curitiba, inserindo-se, assim, numa estratégia mais geral de atendimento às demandas da

população. É possível observar essa relação no discurso do então Secretário de Esporte, Lazer e Juventude em 2011: “Esses equipamentos visam estimular a prática de atividades físicas e saudáveis e fazem parte de um conjunto de ações desenvolvidas pela Prefeitura que buscam a melhoria da qualidade de vida da população” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2011).

Apesar da história recente das academias, sua introdução ocorreu em uma sistemática de política pública adotada em Curitiba que já priorizava a qualidade de vida. A observação do uso dessas academias denota a ampla aceitação da população, expressa principalmente pelos diversos requerimentos de vereadores para a instalação principalmente em bairros mais populosos e com menor nível de renda. Pode-se, assim, dizer que as academias foram incorporadas pela sociedade como uma política pública, que aponta a preocupação do gestor público com a qualidade de vida de determinada região.

Por ser considerada uma política pública de inovação, a sua solicitação pode estar mais associada à busca de valorização do bairro do que efetivamente por melhoria da saúde. As melhorias que se esperam com a instalação desses equipamentos têm ultrapassado a questão meramente física dos moradores e inserido-se em uma perspectiva mais abrangente de bem-estar, incluindo paisagem e segurança. Como pode ser observado na afirmação feita por uma moradora do bairro Xaxim, justificando a requisição de uma Academia ao Ar Livre, no quadro “Eu sou repórter”, exibido no Programa RIC Mais:

[...] eu fiz uns pedidos para a praça, para ser revitalizada, está bonito, está melhor, melhorou bastante. Mas a gente precisava de academia ao ar livre, e praça de skate para os meninos pararem de brincar no meio da rua. E para centralizar na praça, e tirar também os que não tem que ocupar a praça. (RIC MAIS, 2013)

Com relação aos benefícios à saúde que a utilização das academias ao ar livre pode proporcionar, um estudo desenvolvido por servidores da SMELJ em 2011⁸⁰ demonstra que o ambiente construído, no caso as academias, pode favorecer a prática de atividade física pela população, corroborando para a melhora da qualidade de vida. Dentre as pessoas que utilizam os equipamentos ao menos uma vez por semana, 95% relataram benefícios como melhora na disposição, bem-estar e diminuição de dores no

⁸⁰ Artigo publicado na Revista Gestão Pública em Curitiba em 2011, denominado “Utilização do ambiente construído: academias ao ar livre em Curitiba”.

corpo. O mesmo estudo coloca tais equipamentos como estratégia para elevação do nível de atividade física pela população, e consequentemente, a qualidade de vida. A prática de exercícios concomitantes também foi questionada, demonstrando que 72,1% das pessoas realizam outra atividade física conjuntamente com a utilização das academias, sendo 51% a prática de caminhada e 11% o alongamento.

Outro aspecto relevante dessa pesquisa diz respeito à finalidade que a população busca ao utilizar esses equipamentos, a qual demonstra que a maior parte dos usuários procura saúde ao exercitar-se nas academias ao ar livre, seguido pela busca da redução de peso, condicionamento físico e qualidade de vida. Quando os usuários foram questionados se realizavam atividades físicas no tempo de lazer antes da implantação dos equipamentos, um a cada três afirmou que não praticava exercícios antes de iniciar a utilização destes. É possível perceber, com base nesses dados, que a população interiorizou o discurso que utilizar a academia traz qualidade de vida aos seus usuários. E a prefeitura coloca a implantação das academias ao ar livre como uma ferramenta de combate ao sedentarismo:

[...] as AAL, por possibilitarem a prática a qualquer hora do dia e de forma auto executável, com exercícios suaves e de baixo impacto articular, mostram-se uma excelente opção para indivíduos que querem fugir do sedentarismo. (KRUCHELSKI; GRANDE; WENDLING, 2011, p. 74)

Observa-se que a prefeitura, com base nos dados da pesquisa, compreende que a instalação desses equipamentos em uma determinada região melhora significativamente a qualidade de vida de seus moradores: “todos os dados apresentados têm estreita relação com a qualidade de vida, mostrando a importância da prática regular da AF” (*ibidem*, p. 75). No entanto, não podemos tomar esses equipamentos como uma fórmula mágica, que resolve todos os problemas de saúde da população; como já discutido anteriormente, há inúmeros outros aspectos relacionados com a qualidade de vida da população.

O mesmo estudo desenvolvido pela SMELJ em 2011 ainda apresentou a distância percorrida pelos usuários das academias para chegar até o local: 55,8% moram a menos de 10 quadras desses equipamentos e 44,2% residem a mais de 10 quadras. Dados esses que demonstram a íntima relação da utilização desses espaços especialmente pela vizinhança próxima, não exercendo grande influência naqueles que moram um pouco mais distante, como ocorre com parques, por exemplo. Assim, para

real influência sobre todos os habitantes da cidade, seria necessário um grande número desses equipamentos implantados. Nesse momento vale analisar sua distribuição pela cidade e a relação da quantidade de academias por bairro e habitante, como é possível observar a seguir.

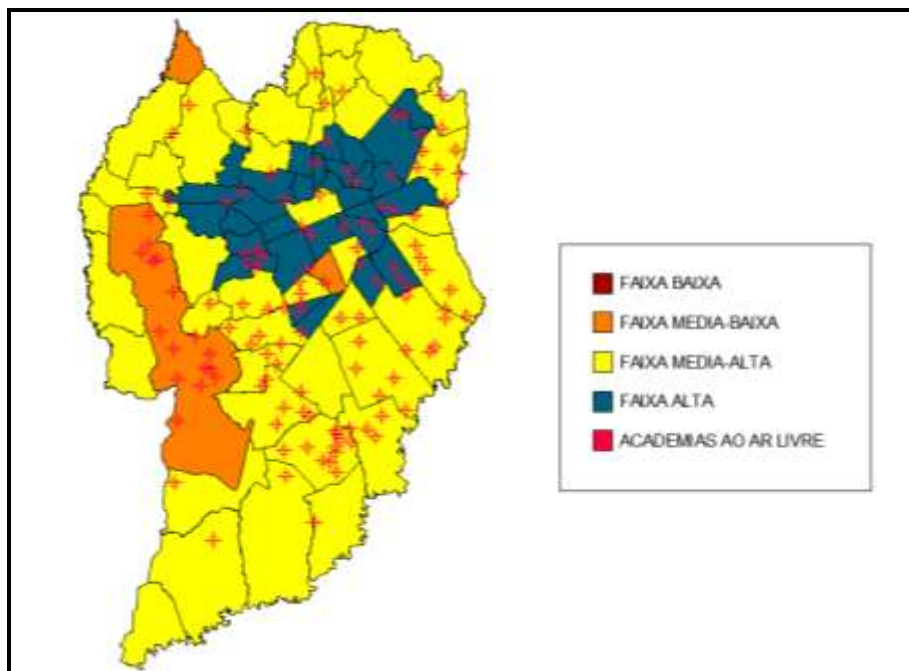


FIGURA 13 - MAPA DE CURITIBA DEMONSTRANDO AS FAIXAS ESTABELECIDAS PELO ÍNDICE SINTÉTICO DE QUALIDADE DE VIDA E AS ACADEMIAS AO AR LIVRE EXISTENTES NA CIDADE

FONTE DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, 2013
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Com base no mapa, destaca-se que não há uma regularidade de implantação desses equipamentos conforme o bairro e a necessidade de seus moradores por políticas no âmbito de saúde, sendo que os seguintes bairros apresentam um elevado número de academias: Sítio Cercado, Cajuru, Cidade Industrial, Bairro Alto, Pinheirinho, Boqueirão, Uberaba, Portão e Santo Inácio. Tomando como referência que o valor médio de habitantes por academia na cidade é de aproximadamente 14 mil hab/academia, é válido destacar que sete dos nove bairros com mais academias estão na faixa considerada “Média Alta”. Ressalta-se, ainda, que dentre esses bairros apenas Santo Inácio possui uma população menor que 40 mil habitantes. No entanto, ainda há muitos bairros que ainda não possuem nenhuma academia implantada; assim como existem bairros muito populosos como Tatuquara, Novo Mundo, Xaxim, Alto Boqueirão e Água Verde, que possuem um número pequeno de academias em relação

ao de habitantes, o que chega a aproximadamente 50 mil habitantes para a única academia implantada, sendo uma elevada densidade demográfica por academia em relação a outros bairros da cidade, como por exemplo no Jardim Social, Tarumã e Guaíra, que possuem cerca de 5 mil moradores e uma academia implantada.

Percebem-se aqui deficiências no processo de planejamento com relação à implantação de academias, ao ponto que alguns bairros com uma grande população, que necessitariam de um maior número de equipamentos, se igualam a locais com menor densidade demográfica. Assim, não há uma uniformidade na distribuição desses equipamentos pela cidade, alocados de maneira relativamente aleatória, sem tomar em consideração, por exemplo, a distância entre duas academias, ou conforme a demanda estipulada pelos vereadores de cada bairro. O que acaba por acontecer é que os bairros que possuem vereadores mais atuantes tendem a possuir mais academias.

Mesmo que se considerem as suas vantagens, a despeito de deficiências observadas no uso de um equipamento ainda considerado inovador, essas academias não podem ser vistas como uma política isolada de qualidade de vida. Elas fazem parte de um rol de medidas que compõem uma política pública integrada de qualidade de vida, assim como o seu uso não pode ser entendido simplesmente como estratégia de ocupação de determinado território. Se esses equipamentos contribuem para solucionar ou amenizar problemas como a violência, este papel só lhes é atribuído como componente de uma política de intervenção no espaço urbano que contempla diversas estratégias, entre elas a melhoria da qualidade de vida, e à medida que a população atribui-lhes significado.

CONCLUSÃO

Políticas públicas associadas à melhoria das condições de vida da população das cidades podem ser encontradas desde o século XIX. O processo de renovação dos espaços públicos naquele século, como resultado do rápido e desordenado crescimento das áreas urbanas com a industrialização da Europa, sinalizava desde o advento do capitalismo a importância das políticas públicas para garantir a qualidade de vida urbana. Foi nesse período que inúmeras ações foram desenvolvidas objetivando a melhoria das condições de vida da população.

O município de Curitiba se insere neste contexto de intervenção do Estado, especificamente, pela criação de diversos códigos de posturas ao longo de sua história e processos de transformações em sua estrutura urbana, baseados em procedimentos cujas raízes remontam à revolução industrial que teve início na Europa.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que o lazer e a atividade física são produtos da modernidade, incorporados às políticas públicas sob a perspectiva da qualidade de vida.

Curitiba se antecipou em relação a muitas outras capitais na implantação de políticas públicas como instrumento de qualidade de vida. Por sua tradição em planejamento urbano, as políticas públicas adotadas foram e continuam sendo referências para muitas cidades. A instalação de parques e, mais recentemente, das academias ao ar livre, manteve essa perspectiva, tendo, muitas cidades, instalado estes equipamentos como se fossem garantia incontestada de qualidade de vida a seus cidadãos.

A perspectiva da qualidade de vida a partir da instalação de parques e de academias ao ar livre precisa ser considerada desde as primeiras tentativas mais estruturadas de planejamento urbano em Curitiba. Entretanto, foi a partir da década de 1970 que políticas públicas neste sentido foram implantadas com maior grau de sucesso, tendo ocorrido nesse período a implantação da maior parte dos parques que atualmente há na cidade. Foi a partir também desse período que a cidade passou a receber um tratamento estético para transformá-la atrativa a turistas e investidores, buscando-se a “cidade modelo”. E foi com essa perspectiva, que os diversos parques foram instalados, principalmente ao longo dos cursos d’água de maior porte, contendo equipamentos de esporte e lazer, possibilitando à população locais de encontro e qualidade de vida.

Nesse sentido, se os primeiros parques de Curitiba tinham uma função essencialmente estrutural, como a contenção de enchentes, a partir da década de 1990, passam a ter, principalmente, um caráter emblemático, símbolos arquitetônicos a favor

da promoção política. Nos anos que seguiram à implantação do Plano Diretor, a forma de produção da cidade foi, gradualmente, sofrendo mudanças. Hoje o marketing é um importante elemento definidor de políticas urbanas, caracterizando a supremacia da imagem sobre a função.

Os parques foram colocados no âmbito do *city marketing* como novos produtos a serem consumidos pela população curitibana. As academias ao ar livre estão sendo instaladas sob a mesma perspectiva. Ao mesmo tempo, tornaram-se símbolos de políticas urbanas de qualidade de vida, inseridas numa discussão mais ampla que tem conferido à atividade física o caráter de condicionante fundamental a uma vida de qualidade.

Permeados pelas transformações na cidade, impostas pelo planejamento urbano, a criação e alteração dos espaços públicos configuraram-se como uma estratégia de busca pela qualidade de vida. Nesse sentido, é possível perceber que há um esforço das autoridades em dotar a cidade de Curitiba e seus habitantes de uma identidade cultural a partir da conexão com o planejamento urbano, centrado em áreas de lazer como parques, e com a preocupação quanto à preservação ambiental, passando a gerar um perfil da cultura local por meio dos usos diários desses espaços.

Enfatizando projetos pontuais mais do que planos gerais, as intervenções nos espaços públicos de lazer buscaram melhorar a imagem urbana, tanto criando novos espaços como revitalizando antigos, o que atestava uma ação por vezes fragmentada e a transformação da cidade – ou da “noção” da sua qualidade de vida – em um produto a ser vendido aos seus cidadãos. Os parques tornaram-se a menina dos olhos do *city marketing*, constituindo-se como ponto fundamental da veiculação da imagem da “cidade modelo”, da Curitiba saudável. Foram criados novos *slogans* e uma nova identidade para Curitiba, ao ponto que esses marcos simbólicos no tecido urbano corroboraram para a formação de um novo modo de vê-la. Compreende-se, assim, que os principais espaços públicos de uma cidade constituem lugares de sociabilidade, como espaços-síntese da vida coletiva.

A tentativa de desenhar um modelo de quantificação da qualidade de vida, mesmo que limitada a indicadores restritos, sem abarcar as características de cunho qualitativo, mostrou a importância das políticas públicas para a conquista de novos padrões de qualidade de vida. As variáveis permeadas pelo mercado pouco contribuíram nesse sentido, enfatizando dessa forma, o papel do Estado e reforçando a importância das ações associadas aos parques e academias ao ar livre em Curitiba.

Apesar do destaque conferido pela Prefeitura Municipal aos parques para a melhoria da qualidade de vida, são as academias ao ar livre que têm atingido de forma mais favorável os bairros com menor poder aquisitivo, medido através do índice específico. A figura a seguir mostra a distribuição de parques e academias ao ar livre nos bairros de Curitiba.

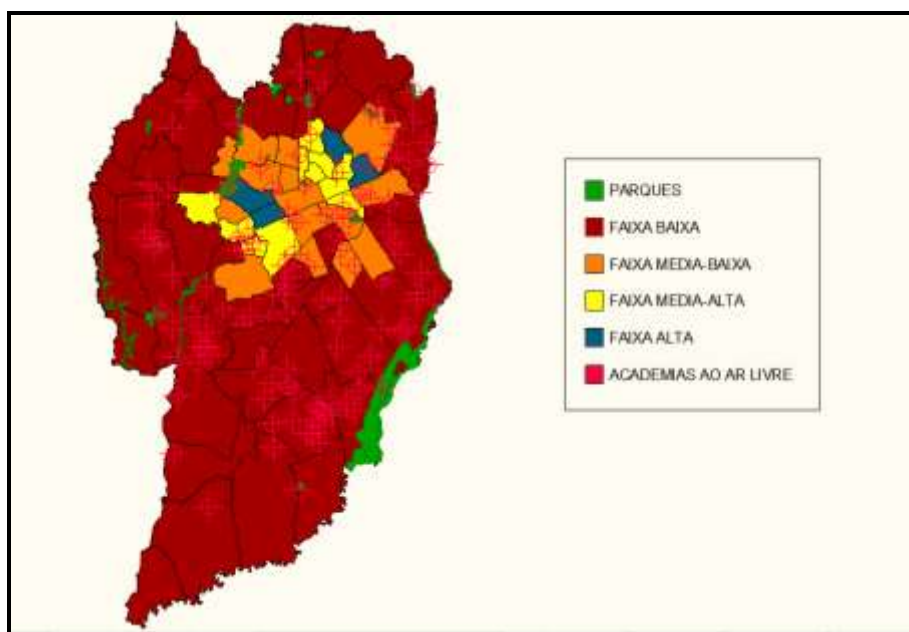


FIGURA 14 - DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA EM RELAÇÃO AO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO ENTRE OS BAIRROS, PARQUES E ACADEMIAS AO AR LIVRE DE CURITIBA.

FONTE DOS DADOS: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 2012

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, 2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

As academias, como equipamentos que estão mais próximos da população, são instrumentos de melhoria da qualidade de vida. A estratégia territorial de instalação das academias ao ar livre atua como contraponto ao avanço da mercantilização das práticas de atividades físicas, permitindo o acesso à população com menor poder aquisitivo, como retrata o mapa anterior. A sua proximidade aos locais de moradia em áreas com elevada densidade demográfica torna-se fundamental para isso. Assim, apenas 15,28% da população de Curitiba (23 bairros) não dispõem de academias instaladas nos bairros em que residem.

No caso dos parques, à medida que outros condicionantes atuaram na decisão locacional, principalmente atrelados à melhoria da qualidade ambiental, não necessariamente acompanharam a distribuição territorial da população. Em muitos

casos, foi sua instalação que levou ao processo de ocupação territorial. Destaca-se, assim, que a grande parte dos bairros de Curitiba não possui parques, mas dispõe de academias ao ar livre.

Impostas pela Prefeitura Municipal, as academias ao ar livre paulatinamente foram incorporadas ao imaginário popular como símbolo de qualidade de vida, assim como os parques tornaram-se símbolos de uma Curitiba cidade-modelo, referência de planejamento urbano. Assim, a transformação do espaço através da instalação de tais equipamentos foi produto do estado, e ao mesmo tempo, produziu novas apropriações e demandas da população. As academias passaram a ser demandadas pela sociedade como um símbolo de qualidade de vida e com a perspectiva de revalorização de ambientes urbanos, um modismo ao qual tem sido conferido o status de política pública de elevada eficácia sob diversos pontos de vista.

Analisando pelo ponto de vista da atividade física e saúde, a maior disponibilidade de parques, praças, pistas de caminhada e outros espaços de lazer nos bairros, podem possibilitar um maior nível de atividade física na população de Curitiba. Principalmente as academias ao ar livre são fundamentais neste sentido em função da sua disseminação dentro do território urbano. É inegável a importância da prática da atividade física enquanto meio de busca da qualidade de vida, ao ponto que propicia melhorias das condições de saúde. Mas também é inegável que a qualidade de vida não se restrinja apenas à prática de exercícios físicos. Questões subjetivas como relações de vizinhança e pertencimento, e objetivas, como acesso à educação, estão intimamente relacionadas.

O discurso veiculado pela Prefeitura Municipal de Curitiba coloca os equipamentos de esporte e lazer, tanto os parques como as academias ao ar livre, como um dos principais meios da população alcançar a qualidade de vida. Na implantação desses espaços e equipamentos, os gestores públicos têm dedicado pouca atenção a variáveis mais complexas relacionadas à qualidade de vida. A sua implantação, muitas vezes, é definida de forma não diretamente associada às necessidades da população, desconectada dos seus anseios e necessidades. Ressalta-se aqui a importância de iniciativas que acompanhem a instalação desses equipamentos, no sentido de dotá-los de uma maior noção de pertencimento, incorporando instrumentos que permitam o desenvolvimento de aspectos subjetivos da qualidade de vida.

Longe de negar a importância destes equipamentos e da prática de atividades físicas para o bem-estar da população, destaca-se a necessidade de dotar estas políticas

de maior grau de alcance e efetividade, incorporando questões de caráter subjetivo à busca de qualidade de vida. O exercício físico não pode ser visto como uma panaceia, a resposta única e efetiva para a melhoria da qualidade de vida de forma global.

A prática diária de atividades físicas é um hábito entre os diversos fatores que propiciam a um sujeito uma vida de qualidade. Ocorre um “endeusamento” desta, acompanhado por um apelo para seu consumo e comercialização, aproveitando-se da ideia de estilo de vida saudável e busca da qualidade de vida por meio do estímulo à aquisição de bens de consumo e serviços.

Além disto, em termos práticos, no caso das academias ao ar livre, a sua instalação tem sido considerada como sinônimo de uma vida saudável. No entanto, o seu uso não tem sido acompanhado adequadamente por profissionais especializados. Nem todos os usuários conseguem aprender as normas de uso estabelecidas nos totens anexos aos equipamentos. É necessário dotar os usuários desses novos espaços de ferramentas que evitem que esses se machuquem e saibam a correta utilização de tais equipamentos⁸¹.

Essa característica denota o caráter que a própria sociedade vem conferindo aos equipamentos como panaceia da qualidade de vida. A sua presença nos bairros traduz para seus moradores a sensação de presença do Estado como detentor da qualidade de vida.

Assim como a eficácia das políticas públicas em Curitiba tem sido importante fator na qualidade de vida da coletividade, a presença de áreas verdes e equipamentos de esporte e lazer, como as academias ao ar livre, apresentam-se no imaginário coletivo como fatores importantes para que os sujeitos acreditem que possuem uma vida de qualidade. A qualidade de vida que uma cidade pode oferecer aos seus moradores perpassa desde questões mensuráveis, como acesso à água, luz e esgotamento sanitário, até a compreensão de pertencimento a um certo local e a apreensão de espaços de esporte e lazer, questões que deveriam ser incorporadas às preocupações das políticas públicas.

A qualidade de vida, então, está intimamente relacionada à eficácia das políticas públicas nas áreas que significam o bem estar físico, mental e espiritual dos sujeitos.

⁸¹ Nas academias ao ar livre é desenvolvido pela SEMLJ o “Academiação”, um grande “aulão” feito em algumas academias sem uma periodicidade definida, em que em que um professor de educação física da prefeitura ensina como utilizar os equipamentos e tira algumas dúvidas dos usuários. Essa e outras ações da Secretaria nos espaços públicos de esporte e lazer podem ser conferidas em seu site: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/secretaria/esporte-e-lazer/17> >.

Esta relaciona-se a variáveis que afetam aspectos físicos da sobrevivência, como moradia, saúde e educação, e aspectos intangíveis, que são retratados no acesso a lazer, relações sociais e sentimento de segurança. A compreensão da qualidade de vida caminha em paralelo às transformações da vida cotidiana, estando intimamente relacionada pelo senso comum a compreensões de saúde e não doença. Neste sentido, o uso e a apreensão dos espaços públicos transformam-se em condição essencial para atingir um dos aspectos da qualidade de vida, tanto no sentido estritamente físico, dado pelo acesso a condições de melhoria do desempenho físico ligado às condições de saúde, quanto naquele associado ao bem estar mental e espiritual, dado pelo desenvolvimento de relações sociais e sentimento de pertencimento ao lugar.

Considerando as desigualdades sociais e o avanço das relações capitalistas de produção nas diversas esferas da vida cotidiana, a qualidade de vida ultrapassa a esfera privada e passa a ser fortemente influenciada pelas ações do estado, ao possibilitar melhores condições de acesso em aspectos como educação, habitação, segurança e acesso a serviços de saúde. Tal conceito, então, não depende nem apenas do sujeito, nem apenas do estado, mas pressupõe que sejam criadas as condições de acesso às variáveis tangíveis e intangíveis da sobrevivência, tanto em nível individual quanto coletivo, tornando a qualidade de vida um bem que ultrapassa a esfera do mercado e esteja disponível a todas as camadas da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis, MARQUES, Renato. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Qualidade de Vida: Discussões Contemporâneas. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MONTEIRO, Maria Inês (org.). **Qualidade de vida**: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: Ipes, 2010.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas Públicas. In: GOMES, Christiane Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ANDRADE, Rivail Vanin de. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba**. 2001. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

BAENINGER, Rosana (org.). **População e Cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

BARZ, Elton Luiz; *et al.* **História de Curitiba**. Curitiba, 1999. Disponível em: <http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html>. Acesso em: 13 Jun. 2011.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BONAT, Wagner Hugo; PAIVA, Maria de Fátima; SLIWIANY, Regina Maria. Análise espacial intra-urbana da qualidade de vida em Curitiba. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**. Ponta Grossa, v.01, n.02, jul/dez 2009, p. 25-38.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atividade Física**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=32919>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Avaliação de Efetividade de Programas de Atividade Física no Brasil** / Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 719, de 07 de abril de 2011**: Institui o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. **Lua Nova**, n. 31, São Paulo, 1993, p. 157-165.

CALABI, Donatela. **História do Urbanismo Europeu**: questões, instrumentos, casos exemplares. Tradução: Marisa Barda, Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAMARA DOS VEREADORES / SISTEMA DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS. **Requerimento à Prefeitura de Curitiba – Código 044.09912.2011**. Disponível em: < <http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/system/LogonForm.do> >. Acesso em: 14 jul. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELNO, Antonio Manuel Nunes. **Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Coleção primeiros passos, 5).

CHOAY, Françoise. **Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Carta de Ottawa**. Disponível em: < http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/cidadania/gesau/legislacao/internacionais/carta_ottawa.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA/PARANÁ. **Academias ao Ar Livre**. Boletim Informativo, ano 2012, nº 21.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA/Santa Catarina. **Academia ao ar livre: vale a pena?** Disponível em: < http://www.crefsc.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=306&catid=13:noticias&Itemid=11 >. Acesso em: 04 nov. 2012.

CUSTÓDIO, Vanderli. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 38, p. 77-98, jul./dez. 2004.

DZIURA, Giselle Luzia. Do planejamento moderno à prática pós-moderna: ocupação do solo e espaço público no Eixo Estrutural Sul de Curitiba, 1965-2008. In: SZMRECSÁNYI, Maria Irene (org.). **Da sociedade moderna à pós-moderna no Brasil**: permanências e mudanças urbanas, séculos XX e XXI. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FRAGA, Alex Branco et al. “Sedentarismo é...”: concepções de praticantes de caminhada e a medicalização das práticas corporais. In: FRAGA, Alex Branco et al. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Série esporte, Lazer e Saúde. Porto Alegre: Gênese, 2009.

FRANÇA, Rodrigo; RECHIA, Simone. O estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação? In: CAVICHIOLLI, Fernando Renato; MEZZADRI, Fernando Marinho; SOUZA, Doralice Lange de. (orgs.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

CORPO DE BOMBEIROS PARANÁ / COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS. **Ocorrências e Estatísticas**. 2010. Disponível em: <www.bombeiroscascavel.com.br/registroccb/imprensa.php>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GARCÍA, Fernanda Ester Sanchéz. **Cidade espetáculo: política, planejamento, e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997.

GATA, Danielle Della et al. Contextualizando as Academias ao Ar Livre (AAL). **Cadernos da Escola Educação e Humanidades**, Curitiba, v.1, p. 1-8, 2012.

GAZETA DO POVO. **Academia ao ar livre exige cuidados especiais**. Publicado em: 26 out. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/saude/conteudo.phtml?id=937684&tit=Academia-ao-ar-livre-exige-cuidados-especiais>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

_____. **As cidades feias que nos desculpem... mas beleza é fundamental**. Publicado em: 23 set. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/sonho-do-curitiba/conteudo.phtml?tl=1&id=1300164&tit=As-cidades-feias-que-nos-desculpem-mas-beleza-e-fundamental>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **Lugares que amamos**. Publicado em: 02 set. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/sonho-do-curitiba/conteudo.phtml?id=1292995&tit=Lugares-que-amamos>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOMES, Christiane Luce. **Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. (Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação). Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2003.

GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, Roberto (org.) **Qualidade de Vida e políticas públicas**: saúde, lazer e atividade física. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ / SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO. **Jaime Lerner**. Disponível em: <<http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=91>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. **Terra Livre**, n. 17, São Paulo, 2011, p. 155-170.

HALL, PETER. **Cidades do amanhã**: uma historia intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HALLAL, P. R. C. et al. Avaliação de programas comunitários de promoção da atividade física: o caso de Curitiba, Paraná. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 104-114, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HILDEBRAND, Elisabeth. **Avaliação econômica dos benefícios gerados pelos parques urbanos: estudo de caso em Curitiba-PR**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias - Centro de Ciências Florestais e da Madeira. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

HILDEBRAND, Elisabeth; GRAÇA, Luiz Roberto; MILANO, Miguel Serediuk. Distância de deslocamento dos visitantes dos parques urbanos em Curitiba-PR. **Floresta e Ambiente**, v. 8, n.1, p.76 -83, jan./dez. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Resultados Preliminares do Universo Conceitos e Definições – Tabelas Adicionais. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

INSITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC / PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Equipamentos urbanos de Curitiba**. Disponível em: < <http://www.ippuc.org.br/default.php> >. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. **Indicadores de Qualidade de Vida em Curitiba 2003 – Indicadores Gerenciais**. Curitiba. 2003. Disponível em:<<http://www.ippuc.org.br/default.php>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Mapas - Downloads**. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/geodownloads/geo.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho da paisagem urbana**: as cidades do interior paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva Leme (coord.). **Urbanismo no Brasil – 1895 – 1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LOVISOLO, Hugo. Atividade física e saúde: uma agenda sociológica de pesquisa. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (orgs.). **Esporte como fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba: Editora Unimep, 2002, p. 277-296.

LUCHIARI, Maria Tereza. A categoria espaço na teoria social. **Revista Temáticas**, Campinas, jan./jun. p. 191-238, 1996.

KRUCHELSKI, Silvano; GRANDE, Dalton; WENDLING, Neila Maria de Souza. Utilização do ambiente construído: academias ao ar livre em Curitiba. **Revista Gestão Pública em Curitiba**, vol. II, nº. II, mai./ago., p.67-80, 2011.

MACHADO, Gilvana da Silva. O consumo da “qualidade de vida”, suas causas e seus efeitos. **Revista de Psicologia**, n. 2, 2009.

MARCASSA, Luciana; MASCARENHAS, Fernando. Lazer. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (orgs.). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 2006^a.

_____. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily Assbú (orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARICATO, Ermínia. Comentários. In: ALMEIDA, Marco Antonio Ramos de. **O Centro da metrópole**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Esporte e Qualidade de Vida: reflexão sociológica**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

_____. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, maio 2003.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

MONTE-MÓR, R. L. Do Urbanismo à Política Urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: Costa, G. M. & Mendonça, J. G. (orgs.) **Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2008.

_____. **O que é urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2006.

_____. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e consolidação. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**, nº 1(4), vol. 1, 2007.

MORAES, Anselmo Fábio de; GOUDARD, Beatriz; OLIVEIRA, Roberto de. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 05, n. 02, p. 93-103, 2008.

MORAES, Gustavo Inácio de; SERRA, Maurício Aguiar. **Qualidade de vida e involução metropolitana**: existe um ponto ótimo para a concentração urbana? *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-53, junho 2006.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades**: discussão teórico-metodológica. Belo Horizonte: Artigo disponível na WEB, 2003. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper51.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G.; FRANCALACCI, V. L. O pentágulo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 5, n. 2, 2001, 48-59.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Qualidade de vida urbana em números**. *ComCiência (UNICAMP)*, v. 96, p. 96, 2008.

NEVES, Daniela. Cultura e Esportes, os “primos pobres” no orçamento de Curitiba. **Gazeta do Povo**. Publicado em 22 de setembro de 2012.

OLIVEIRA, Dennison de. **A política do planejamento urbano**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

_____. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. Meio ambiente e cidade: áreas verdes públicas de Curitiba. **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, n.3, p.77-87, Ed. da UFPR, 1996.

OLIVEIRA, Márcio. Perfil ambiental de uma metrópole brasileira: Curitiba, seus parques e bosques. **Revista Paraná Desenvolv.**, Curitiba, n. 88, mai/ago, 1996.

PELEGRIN, Ana De. Espaço de Lazer. In: GOMES, Christiane Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à história da arquitetura, das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PERES, Fábio de Farias; MELO, Victor Andrade de. Encontros e desencontros: lazer, promoção da saúde e espaços públicos. In: FRAGA, Alex Branco et al. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Série esporte, Lazer e Saúde. Porto Alegre: Gênese, 2009.

POE, Edgar Allan. O homem na multidão. In: **Os Melhores contos de Edgar Allan Poe**. Seleção e tradução de José Paulo Paes. Círculo do Livro, 1987.

PORTAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Projeto prevê profissionais para atender academias ao ar livre, em Curitiba**. Disponível em: <<http://www.educacaoofisica.com.br/index.php/voce-ef/103-orgaos-publicos/18943-projeto-preve-profissionais-para-atender-academias-ao-ar-livre-em-curitiba>>. Acesso em: 30 out. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **4 novas academias nas regionais Matriz, Fazendinha e Boqueirão**. Publicado em: 08 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/4-novas-academias-nas-regionais-matriz-fazendinha-e-boqueirao/19900>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

_____. / SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTA, LAZER E JUVENTUDE. **Academia ao ar livre**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/academia-ao-ar-livre-smelj-secretaria-municipal-do-esporte-lazer-e-juventude/144>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. **Até setembro, Curitiba ganhará 100 academias de ginástica ao ar livre**. Publicado em: 28 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/ate-setembro-curitiba-ganhara-100-academias-de-ginastica-ao-ar-livre/18802>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

_____. Centésima academia ao ar livre de Curitiba é aberta no Bairro Alto. Publicado em: 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/noticia.aspx?codigo=27264>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. **Curitiba é líder em desenvolvimento econômico e social entre as capitais**. Publicado em: 04 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-e-lider-em-desenvolvimento-economico-e-social-entre-as-capitais/28027>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Edital de chamamento público nº 001/2010-SMEL**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/multimedia/00083865.pdf>>. Acesso em 06 fev. 2013.

_____. **Exercite o corpo e a mente nas Academias ao Ar livre.** Publicado em 18 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/exercite-o-corpo-e-a-mente-nas-academias-ao-ar-livre/26235>>. Acesso em 25 jan. 2013.

_____. **Lei nº 9.942/2000:** dispõe sobre a política municipal de esporte e lazer. Curitiba PMd, Curitiba, 2000.

_____. **Linha Turismo.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/linhaturismo>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. **Ministério da Saúde faz do CuritibaAtiva projeto nacional.** Publicado em: 04 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/ministerio-da-saude-faz-do-curitibativa-projeto-nacional/24820>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

_____. **Novas academias no Rebouças, Alto da XV e Centro Cívico.** Publicado em: 25 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/novas-academias-no-reboucas-alto-da-xv-e-centro-civico/23019>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

_____. **Procura por academias ao ar livre aumenta com o fim das férias.** Publicado em: 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/procura-por-academias-ao-ar-livre-aumenta-com-o-fim-das-ferias/28653>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2012.

_____. **Richa autoriza licitação de 100 academias de ginástica ao ar livre.** Publicado em: 11 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/richa-autoriza-licitacao-de-100-academias-de-ginastica-ao-ar-livre/18536>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA / CASA CIVIL / SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Publicado em 05 out.1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 nov. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Brasil avança no desenvolvimento humano e sobe uma posição no IDH.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2583>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

RECHIA, Simone. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007.

_____. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, setembro/dezembro de 2005.

_____. **Parques públicos de Curitiba:** a relação cidade-natureza nas experiências de

lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Planejamento dos espaços públicos e dos equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. In: FRAGA, Alex Branco et al. **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Série esporte, Lazer e Saúde. Porto Alegre: Gênese, 2009.

REVISTA VEJA. **A capital de um país viável**. Publicado em: 31 mar. 1993. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_31031993.shtml>. Acesso em 12 mai. 2013.

RIBEIRO, Renata Maria. **Planejamento urbano, espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba – Pr**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RIC MAIS / EU SOU REPÓRTER. Moradores pedem espaços para lazer no Xaxim. Publicado em: 21 mai. 2013. Disponível em: < <http://ricmais.com.br/pr/bg-curitiba/moradores-pedem-espacos-para-lazer-no-xaxim/>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

RODRIGUES, Robson. A busca sem fim. **Revista Sociologia**. 30 edição. São Paulo: Editora Escala, 2010. Disponível em: < <http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/edicoes/30/artigo181711-1.asp?o=r>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

_____. **O que é cidade?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCHOREKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANCHÉZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio 1999.

SANTOS, Ana Lúcia Padrão dos; SIMÕES, Antonio Carlos. Educação Física e Qualidade de Vida: reflexões e perspectivas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.21, n.1, p.181-192, 2012

SANTOS, Maria da Graça. Curitiba e o desafio da metrópole. **Jornal Gazeta do Povo**. Publicado em 28 mai. 2013. Disponível em: <www.gazetadopovo.com.br/opinioao/conteudo.phtml?id=1374131&tit=Curitiba-e-o-desafio-da-metropole>. Acesso em: 28 mai. 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. **Terra Livre / O Espaço em Questão**, nº 5, 1988.

SANTOS, Paulo: **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PR - CENTRO DE INFORMAÇÕES E DIAGNÓSTICOS EM SAÚDE – CIDS. **Doenças e Agravos Não Transmissíveis no Estado do Paraná**. 2ª ed. Curitiba: Paraná, 2008 – SESA/PR.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução Marcos Aarão Reis. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Rodrigo da (coord.). **Memória da Cidade**: história e patrimônio urbano no Brasil. Edição Conceito Humanidades. São Paulo: Caixa Cultural, 2011.

TEIXEIRA, Sérgio. O Esporte para Todos: “popularização” do lazer e da recreação. **Revista de História do Esporte**, vol. 2, n. 2, dezembro de 2009.

TERRA, Antonia. **História das cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. (Como eu ensino)

TREVISAN, Dalton. **Em busca de Curitiba Perdida**. 6ª edição. Record: Rio de Janeiro, 2001.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro Trindade (org.). **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **População e Cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

_____. Cidade, Cidadania e qualidade de vida. **BIS**, Instituto de Saúde / Governo do Estado de São Paulo, n.32, abr. 2004.

_____; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

WENDLING, Neila Maria de Souza; *et al.* Prática de exercícios em academias ao ar livre. **Revista Gestão Pública em Curitiba**, v. I, nº. III, set./dez. 2010.

ZIOBER BRASIL. **Produtos**. Disponível em: <
<http://www.zioberbrasil.com.br/produtos.php>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

ANEXOS

ANEXO I – ÍNDICE SINTÉTICO DAS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA

BAIRROS/FAIXAS	Índice Grupal					ÍNDICE SINTÉTICO DAS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA - ISCS	Número de bairros		População 2010	
	Poder Aquisitivo	Habitação	Saúde	Educação	Segurança Pública		Abs	%	Abs	%
De 0,00% a 24,99% - Baixa	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00
De 25,00 a 49,99% - Média Baixa	-	-	-	-	-	-	3	4,00	185.279	10,58
Cidade Industrial de Curitiba	5,32	91,93	66,76	43,66	6,96	42,93	1	1,33	172.669	9,86
Parolin	13,59	84,82	63,86	0,00	79,09	48,27	1	1,33	11.554	0,66
Lamenha Pequena	4,10	86,72	0,00	53,52	100,00	48,87	1	1,33	1.056	0,06
De 50,00% a 74,99% - Média Alta	-	-	-	-	-	-	41	54,67	1.208.762	69,00
Tatuquara	1,35	76,88	74,66	59,15	61,25	54,66	1	1,33	52.279	2,98
Campo de Santana	2,66	90,62	69,58	18,31	94,16	55,07	1	1,33	27.158	1,55
Pinheirinho	7,28	82,41	71,32	59,15	55,71	55,17	1	1,33	50.401	2,88
Umbará	5,57	64,39	93,65	38,03	89,39	58,21	1	1,33	18.730	1,07
Augusta	4,00	86,55	84,25	18,31	99,26	58,47	1	1,33	6.598	0,38
Centro	44,13	96,70	64,91	74,65	13,56	58,79	1	1,33	37.283	2,13
Sítio Cercado	3,77	91,86	90,90	73,24	35,48	59,05	1	1,33	115.525	6,59
Caximba	0,39	57,51	100,00	46,48	98,84	60,64	1	1,33	2.522	0,14
São Miguel	0,00	89,36	51,81	63,38	100,00	60,91	1	1,33	4.773	0,27
Boqueirão	12,36	92,97	91,74	69,01	39,60	61,14	1	1,33	73.178	4,18
Santa Felicidade	22,96	94,06	89,85	22,54	79,82	61,85	1	1,33	31.572	1,80
Riviera	4,74	63,53	100,00	47,89	99,52	63,14	1	1,33	289	0,02
Novo Mundo	15,30	76,20	76,70	69,01	82,07	63,86	1	1,33	44.063	2,52
Taboão	14,84	71,31	64,91	70,42	98,49	64,00	1	1,33	3.396	0,19
Cajuru	7,51	92,53	86,16	83,10	54,68	64,80	1	1,33	96.200	5,49
Alto Boqueirão	9,17	92,52	62,26	83,10	80,94	65,60	1	1,33	53.671	3,06
Guaíra	13,61	89,95	88,70	49,30	90,90	66,49	1	1,33	14.904	0,85
Ganchinho	1,77	87,99	89,47	63,38	94,21	67,37	1	1,33	11.178	0,64
Campo Comprido	24,21	76,61	84,42	70,42	82,48	67,63	1	1,33	28.969	1,65
Xaxim	11,70	96,07	86,63	77,46	67,51	67,88	1	1,33	57.182	3,26
Cachoeira	4,76	81,51	85,82	73,24	95,88	68,24	1	1,33	9.314	0,53
Capão Raso	12,53	86,64	86,96	74,65	82,19	68,59	1	1,33	36.065	2,06
Abranches	13,36	83,13	86,39	70,42	91,47	68,96	1	1,33	13.189	0,75
Bairro Alto	11,92	91,61	85,66	95,77	65,74	70,14	1	1,33	46.106	2,63
Santa Cândida	11,13	87,88	86,81	84,51	80,78	70,22	1	1,33	32.808	1,87
Hauer	18,42	96,87	85,07	70,42	80,79	70,32	1	1,33	13.315	0,76
Barreirinha	12,34	96,68	100,00	56,34	88,64	70,80	1	1,33	18.017	1,03
Uberaba	12,55	92,49	84,69	76,06	89,39	71,04	1	1,33	72.056	4,11
Fazendinha	10,27	93,41	89,85	77,46	85,15	71,23	1	1,33	28.074	1,60
Vista Alegre	33,42	87,60	48,28	91,55	95,72	71,31	1	1,33	11.199	0,64
Portão	34,85	86,82	87,47	76,06	72,95	71,63	1	1,33	42.662	2,44
Boa Vista	24,85	70,71	86,25	92,96	84,98	71,95	1	1,33	31.052	1,77
Orleans	18,21	67,40	100,00	80,28	96,68	72,51	1	1,33	8.105	0,46

Botiatuvinha	13,94	89,55	88,37	74,65	96,15	72,53	1	1,33	12.876	0,73
Pilarzinho	14,57	93,62	82,86	87,32	85,05	72,69	1	1,33	28.480	1,63
Atuba	13,40	94,63	74,36	90,14	91,87	72,88	1	1,33	15.935	0,91
Capão da Imbuia	15,68	98,89	82,53	81,69	87,48	73,26	1	1,33	20.473	1,17
São Lourenço	48,62	94,24	58,33	74,65	94,35	74,04	1	1,33	6.276	0,36
São Braz	15,07	91,13	92,86	81,69	90,25	74,20	1	1,33	23.559	1,34
Prado Velho	1,97	95,28	100,00	88,73	85,06	74,21	1	1,33	6.077	0,35
São João	21,40	65,08	100,00	85,92	99,54	74,39	1	1,33	3.253	0,19
De 75,00% a 100,00% - Alta	-	-	-	-	-	-	31	41,33	357.866	20,43
Santa Quitéria	18,05	97,40	100,00	70,42	91,11	75,40	1	1,33	12.075	0,69
Guabirota	29,57	98,92	64,29	92,96	91,81	75,51	1	1,33	11.461	0,65
Cristo Rei	58,87	63,69	66,67	97,18	95,60	76,40	1	1,33	13.795	0,79
Tinguí	18,74	97,09	100,00	70,42	97,08	76,67	1	1,33	12.319	0,70
Rebouças	38,13	90,79	100,00	74,65	80,37	76,79	1	1,33	14.888	0,85
Campina do Siqueira	42,28	78,57	71,83	95,77	96,46	76,98	1	1,33	7.326	0,42
Jardim das Américas	43,87	99,07	100,00	56,34	92,27	78,31	1	1,33	15.313	0,87
Bacacheri	43,44	91,60	80,49	90,14	88,64	78,86	1	1,33	23.734	1,35
Lindóia	10,37	98,91	100,00	88,73	96,79	78,96	1	1,33	8.584	0,49
Fanny	18,19	98,33	100,00	87,32	93,06	79,38	1	1,33	8.415	0,48
Mercês	40,07	93,58	80,95	98,59	89,50	80,54	1	1,33	12.907	0,74
Santo Inácio	24,98	91,60	100,00	90,14	98,13	80,97	1	1,33	6.494	0,37
Jardim Botânico	29,61	91,98	100,00	100,00	86,17	81,55	1	1,33	6.172	0,35
São Francisco	38,19	87,39	100,00	94,37	90,15	82,02	1	1,33	6.130	0,35
Centro Cívico	63,16	59,60	100,00	97,18	90,76	82,14	1	1,33	4.783	0,27
Vila Izabel	50,18	89,26	82,30	92,96	97,54	82,45	1	1,33	11.610	0,66
Mossungue	71,32	78,58	100,00	66,20	97,66	82,75	1	1,33	9.664	0,55
Cascatinha	34,96	98,64	100,00	87,32	99,72	84,13	1	1,33	2.161	0,12
Tarumã	42,32	94,76	100,00	98,59	85,20	84,17	1	1,33	8.072	0,46
Água Verde	63,95	91,04	91,49	94,37	81,88	84,54	1	1,33	51.425	2,94
Bom Retiro	39,10	97,90	100,00	95,77	94,84	85,52	1	1,33	5.156	0,29
Alto da Rua XV	59,55	82,22	100,00	97,18	89,45	85,68	1	1,33	8.531	0,49
Seminário	53,63	88,69	100,00	97,18	95,70	87,04	1	1,33	6.851	0,39
Cabral	76,75	87,70	100,00	85,92	90,37	88,15	1	1,33	13.060	0,75
Juveve	74,66	75,61	100,00	98,59	95,39	88,85	1	1,33	11.582	0,66
Bigorrilho	79,41	84,20	91,34	100,00	90,29	89,05	1	1,33	28.336	1,62
Ahu	63,81	92,43	100,00	94,37	95,57	89,23	1	1,33	11.506	0,66
Hugo Lange	65,24	85,09	100,00	100,00	97,58	89,58	1	1,33	3.392	0,19
Jardim Social	77,79	99,61	100,00	94,37	86,17	91,59	1	1,33	5.698	0,33
Alto da Glória	71,43	91,07	100,00	100,00	97,62	92,02	1	1,33	5.548	0,32
Batel	100,00	97,12	100,00	98,59	91,76	97,49	1	1,33	10.878	0,62
Total	-	-	-	-	-	-	75	100,00	1.751.907	100,00

ANEXO II – RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE SINTÉTICO DE CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA, ACADEMIAS AO AR LIVRE E PARQUES

BAIRROS/FAIXAS	ÍNDICE SINTÉTICO DAS CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA - ISCS	Número de bairros		População 2010		Número de academias ao ar livre			Parques				
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Academias ao ar livre por densidade demográfica	Área (m²)		Número de Parques		Hab/área (m²)
									Abs	%	Abs	%	
De 0,00% a 24,99% - Baixa	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0	0,00	0	0,00	0,0
De 25,00 a 49,99% - Média Baixa	-	3	4,00	185.279	10,58	15	12,00	12.352	396.547	2,10	4	19,05	2,1
Cidade Industrial de Curitiba	42,93	1	1,33	172.669	9,86	14	11,20	12.334	396.547	2,10	4	19,05	2,3
Parolin	48,27	1	1,33	11.554	0,66	1	0,80	11.554	0	0,00	0	0,00	0,0
Lamenha Pequena	48,87	1	1,33	1.056	0,06	0	0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
De 50,00% a 74,99% - Média Alta	-	41	54,67	1.208.762	69,00	79	63,20	15.301	16.628.358	88,19	14	66,67	13,8
Tatuquara	54,66	1	1,33	52.279	2,98	1	0,80	52.279	0	0,00	0	0,00	0,0
Campo de Santana	55,07	1	1,33	27.158	1,55	1	0,80	27.158	0	0,00	0	0,00	0,0
Pinheirinho	55,17	1	1,33	50.401	2,88	6	4,80	8.400	0	0,00	0	0,00	0,0
Umbará	58,21	1	1,33	18.730	1,07	1	0,80	18.730	0	0,00	0	0,00	0,0
Augusta	58,47	1	1,33	6.598	0,38		0,00	-	6.500.000	34,47	1	4,76	985,1
Centro	58,79	1	1,33	37.283	2,13	2	1,60	18.642	69.285	0,37	1	4,76	1,9

Sítio Cercado	59,05	1	1,33	115.525	6,59	9	7,20	12.836	0	0,00	0	0,00	0,0
Caximba	60,64	1	1,33	2.522	0,14		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
São Miguel	60,91	1	1,33	4.773	0,27		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Boqueirão	61,14	1	1,33	73.178	4,18	6	4,80	12.196	0	0,00	0	0,00	0,0
Santa Felicidade	61,85	1	1,33	31.572	1,80	3	2,40	10.524	0	0,00	0	0,00	0,0
Riviera	63,14	1	1,33	289	0,02		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Novo Mundo	63,86	1	1,33	44.063	2,52	3	2,40	14.688	0	0,00	0	0,00	0,0
Taboão	64,00	1	1,33	3.396	0,19		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Cajuru	64,80	1	1,33	96.200	5,49	7	5,60	13.743	104.000	0,55	1	4,76	1,1
Alto Boqueirão	65,60	1	1,33	53.671	3,06	3	2,40	17.890	8.264.316	43,83	1	4,76	154,0
Guaíra	66,49	1	1,33	14.904	0,85	3	2,40	4.968	0	0,00	0	0,00	0,0
Ganchinho	67,37	1	1,33	11.178	0,64	1	0,80	11.178	126.615	0,67	1	4,76	11,3
Campo Comprido	67,63	1	1,33	28.969	1,65		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Xaxim	67,88	1	1,33	57.182	3,26	1	0,80	57.182	0	0,00	0	0,00	0,0
Cachoeira	68,24	1	1,33	9.314	0,53		0,00	-	11.178	0,06	1	4,76	1,2
Capão Raso	68,59	1	1,33	36.065	2,06	2	1,60	18.033	0	0,00	0	0,00	0,0
Abranches	68,96	1	1,33	13.189	0,75	1	0,80	13.189	103.500	0,55	1	4,76	7,8
Bairro Alto	70,14	1	1,33	46.106	2,63	7	5,60	6.587	0	0,00	0	0,00	0,0
Santa Cândida	70,22	1	1,33	32.808	1,87		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Hauer	70,32	1	1,33	13.315	0,76	2	1,60	6.658	0	0,00	0	0,00	0,0
Barreirinha	70,80	1	1,33	18.017	1,03	1	0,80	18.017	275.380	1,46	1	4,76	15,3
Uberaba	71,04	1	1,33	72.056	4,11	5	4,00	14.411	0	0,00	0	0,00	0,0
Fazendinha	71,23	1	1,33	28.074	1,60	2	1,60	14.037	99.301	0,53	1	4,76	3,5
Vista Alegre	71,31	1	1,33	11.199	0,64	1	0,80	11.199	0	0,00	0	0,00	0,0
Portão	71,63	1	1,33	42.662	2,44	4	3,20	10.666	0	0,00	0	0,00	0,0
Boa Vista	71,95	1	1,33	31.052	1,77	1	0,80	31.052	0	0,00	0	0,00	0,0
Orleans	72,51	1	1,33	8.105	0,46		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Botiatuvinha	72,53	1	1,33	12.876	0,73	1	0,80	12.876	82.600	0,44	1	4,76	6,4
Pilarzinho	72,69	1	1,33	28.480	1,63		0,00	-	235.000	1,25	1	4,76	8,3
Atuba	72,88	1	1,33	15.935	0,91	1	0,80	15.935	173.265	0,92	1	4,76	10,9

Capão da Imbuia	73,26	1	1,33	20.473	1,17	1	0,80	20.473	0	0,00	0	0,00	0,0
São Lourenço	74,04	1	1,33	6.276	0,36	1	0,80	6.276	203.918	1,08	1	4,76	32,5
São Braz	74,20	1	1,33	23.559	1,34		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Prado Velho	74,21	1	1,33	6.077	0,35	1	0,80	-	0	0,00	0	0,00	0,0
São João	74,39	1	1,33	3.253	0,19	1	0,80	3.253	380.000	2,02	1	4,76	116,8
De 75,00% a 100,00% - Alta	-	31	41,33	357.866	20,43	31	24,80	11.544	1.830.000	9,71	3	14,29	5,1
Santa Quitéria	75,40	1	1,33	12.075	0,69	2	1,60	6.038	0	0,00	0	0,00	0,0
Guabirota	75,51	1	1,33	11.461	0,65	2	1,60	5.731	0	0,00	0	0,00	0,0
Cristo Rei	76,40	1	1,33	13.795	0,79		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Tinguí	76,67	1	1,33	12.319	0,70		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Rebouças	76,79	1	1,33	14.888	0,85	2	1,60	7.444	0	0,00	0	0,00	0,0
Campina do Siqueira	76,98	1	1,33	7.326	0,42		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Jardim das Américas	78,31	1	1,33	15.313	0,87	2	1,60	7.657	0	0,00	0	0,00	0,0
Bacacheri	78,86	1	1,33	23.734	1,35	2	1,60	11.867	152.000	0,81	1	4,76	6,4
Lindóia	78,96	1	1,33	8.584	0,49	1	0,80	8.584	0	0,00	0	0,00	0,0
Fanny	79,38	1	1,33	8.415	0,48	1	0,80	8.415	0	0,00	0	0,00	0,0
Mercês	80,54	1	1,33	12.907	0,74	2	1,60	6.454	0	0,00	0	0,00	0,0
Santo Inácio	80,97	1	1,33	6.494	0,37	4	3,20	1.624	1.400.000	7,43	1	4,76	215,6
Jardim Botânico	81,55	1	1,33	6.172	0,35	2	1,60	3.086	278.000	1,47	1	4,76	45,0
São Francisco	82,02	1	1,33	6.130	0,35		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Centro Cívico	82,14	1	1,33	4.783	0,27	1	0,80	4.783	0	0,00	0	0,00	0,0
Vila Izabel	82,45	1	1,33	11.610	0,66	2	1,60	5.805	0	0,00	0	0,00	0,0
Mossungue	82,75	1	1,33	9.664	0,55		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Cascatinha	84,13	1	1,33	2.161	0,12		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Tarumã	84,17	1	1,33	8.072	0,46	2	1,60	4.036	0	0,00	0	0,00	0,0
Água Verde	84,54	1	1,33	51.425	2,94	1	0,80	51.425	0	0,00	0	0,00	0,0
Bom Retiro	85,52	1	1,33	5.156	0,29		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Alto da Rua XV	85,68	1	1,33	8.531	0,49	1	0,80	8.531	0	0,00	0	0,00	0,0
Seminário	87,04	1	1,33	6.851	0,39	1	0,80	6.851	0	0,00	0	0,00	0,0

Cabral	88,15	1	1,33	13.060	0,75		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Juveve	88,85	1	1,33	11.582	0,66	1	0,80	11.582	0	0,00	0	0,00	0,0
Bigorrilho	89,05	1	1,33	28.336	1,62		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Ahu	89,23	1	1,33	11.506	0,66	1	0,80	11.506	0	0,00	0	0,00	0,0
Hugo Lange	89,58	1	1,33	3.392	0,19		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Jardim Social	91,59	1	1,33	5.698	0,33	1	0,80	5.698	0	0,00	0	0,00	0,0
Alto da Glória	92,02	1	1,33	5.548	0,32		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Batel	97,49	1	1,33	10.878	0,62		0,00	-	0	0,00	0	0,00	0,0
Total	-	75	100,00	1.751.907	100,00	125	100,00	14.015	18.854.905	100,00	21	100,00	10,8

**ANEXO III - INDICADORES E ÍNDICES PARCIAIS E GRUPAIS DE
QUALIDADE DE VIDA DO PODER AQUISITIVO DOS BAIRROS DE
CURITIBA - 2010**

BAIRROS/FAIXAS	Poder Aquisitivo					Número de bairros		População em 2010	
	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento 2010		Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento 2010		Índice Grupal - IGQV 2010				
	R\$	Índice Parcial rendimento médio	R\$	Índice Parcial rendimento mediano		Absoluto	%	Absoluto	%
De 0,00% a 24,99% -Baixa						45	60,00	1.344.508	76,75
São Miguel	854,89	0,00	700,00	0,00	0,00	1	1,33	4.773	0,27
Caximba	896,94	0,79	700,00	0,00	0,39	1	1,33	2.522	0,14
Tatuquara	903,64	0,91	750,00	1,78	1,35	1	1,33	52.279	2,98
Ganchinho	949,09	1,77	750,00	1,78	1,77	1	1,33	11.178	0,64
Prado Velho	1.065,29	3,95	700,00	0,00	1,97	1	1,33	6.077	0,35
Campo de Santana	948,02	1,75	800,00	3,56	2,66	1	1,33	27.158	1,55
Sítio Cercado	1.066,80	3,97	800,00	3,56	3,77	1	1,33	115.525	6,59
Augusta	1.091,75	4,44	800,00	3,56	4,00	1	1,33	6.598	0,38
Lamenha Pequena	1.102,01	4,63	800,00	3,56	4,10	1	1,33	1.056	0,06
Riviera	1.170,29	5,91	800,00	3,56	4,74	1	1,33	289	0,02
Cachoeira	1.172,91	5,96	800,00	3,56	4,76	1	1,33	9.314	0,53
Cidade Industrial de Curitiba	1.137,65	5,30	850,00	5,35	5,32	1	1,33	172.669	9,86
Umbará	1.164,04	5,80	850,00	5,35	5,57	1	1,33	18.730	1,07
Pinheirinho	1.251,29	7,43	900,00	7,13	7,28	1	1,33	50.401	2,88
Cajuru	1.275,31	7,88	900,00	7,13	7,51	1	1,33	96.200	5,49
Alto Boqueirão	1.262,61	7,65	1.000,00	10,69	9,17	1	1,33	53.671	3,06
Fazendinha	1.379,68	9,84	1.000,00	10,69	10,27	1	1,33	28.074	1,60
Lindóia	1.390,58	10,05	1.000,00	10,69	10,37	1	1,33	8.584	0,49
Santa Cândida	1.471,80	11,57	1.000,00	10,69	11,13	1	1,33	32.808	1,87
Xaxim	1.532,17	12,70	1.000,00	10,69	11,70	1	1,33	57.182	3,26
Bairro Alto	1.555,88	13,15	1.000,00	10,69	11,92	1	1,33	46.106	2,63
Barreirinha	1.600,64	13,98	1.000,00	10,69	12,34	1	1,33	18.017	1,03
Boqueirão	1.602,85	14,03	1.000,00	10,69	12,36	1	1,33	73.178	4,18
Capão Raso	1.583,19	13,66	1.020,00	11,41	12,53	1	1,33	36.065	2,06
Uberaba	1.623,51	14,41	1.000,00	10,69	12,55	1	1,33	72.056	4,11
Abranches	1.709,45	16,03	1.000,00	10,69	13,36	1	1,33	13.189	0,75
Atuba	1.713,26	16,10	1.000,00	10,69	13,40	1	1,33	15.935	0,91
Parolin	1.734,00	16,49	1.000,00	10,69	13,59	1	1,33	11.554	0,66
Guaíra	1.696,24	15,78	1.021,00	11,44	13,61	1	1,33	14.904	0,85
Botiatuvinha	1.771,74	17,19	1.000,00	10,69	13,94	1	1,33	12.876	0,73
Pilarzinho	1.839,08	18,46	1.000,00	10,69	14,57	1	1,33	28.480	1,63

Taboão	1.867,66	18,99	1.000,00	10,69	14,84	1	1,33	3.396	0,19
São Braz	1.891,37	19,44	1.000,00	10,69	15,07	1	1,33	23.559	1,34
Novo Mundo	1.726,69	16,35	1.100,00	14,26	15,30	1	1,33	44.063	2,52
Capão da Imbuia	1.766,95	17,10	1.100,00	14,26	15,68	1	1,33	20.473	1,17
Santa Quitéria	2.019,30	21,84	1.100,00	14,26	18,05	1	1,33	12.075	0,69
Fanny	1.844,16	18,55	1.200,00	17,82	18,19	1	1,33	8.415	0,48
Orleans	1.941,71	20,38	1.150,00	16,04	18,21	1	1,33	8.105	0,46
Hauer	1.869,35	19,02	1.200,00	17,82	18,42	1	1,33	13.315	0,76
Tinguí	1.902,94	19,65	1.200,00	17,82	18,74	1	1,33	12.319	0,70
São João	2.567,21	32,11	1.000,00	10,69	21,40	1	1,33	3.253	0,19
Santa Felicidade	2.352,71	28,09	1.200,00	17,82	22,96	1	1,33	31.572	1,80
Campo Comprido	2.486,19	30,59	1.200,00	17,82	24,21	1	1,33	28.969	1,65
Boa Vista	2.174,57	24,75	1.400,00	24,95	24,85	1	1,33	31.052	1,77
Santo Inácio	2.568,38	32,13	1.200,00	17,82	24,98	1	1,33	6.494	0,37
De 25,00 a 49,99% - Média Baixa						15	20,00	210.740	12,03
Guabirota	2.488,20	30,63	1.500,00	28,52	29,57	1	1,33	11.461	0,65
Jardim Botânico	2.492,19	30,70	1.500,00	28,52	29,61	1	1,33	6.172	0,35
Vista Alegre	2.898,74	38,33	1.500,00	28,52	33,42	1	1,33	11.199	0,64
Portão	2.575,50	32,27	1.750,00	37,43	34,85	1	1,33	42.662	2,44
Cascatinha	3.062,88	41,41	1.500,00	28,52	34,96	1	1,33	2.161	0,12
Rebouças	2.831,12	37,06	1.800,00	39,21	38,13	1	1,33	14.888	0,85
São Francisco	2.837,30	37,18	1.800,00	39,21	38,19	1	1,33	6.130	0,35
Bom Retiro	2.934,14	38,99	1.800,00	39,21	39,10	1	1,33	5.156	0,29
Mercês	3.037,18	40,92	1.800,00	39,21	40,07	1	1,33	12.907	0,74
Campina do Siqueira	3.083,02	41,78	1.900,00	42,77	42,28	1	1,33	7.326	0,42
Tarumã	2.973,80	39,74	1.960,00	44,91	42,32	1	1,33	8.072	0,46
Bacacheri	3.016,98	40,55	2.000,00	46,34	43,44	1	1,33	23.734	1,35
Jardim das Américas	3.062,90	41,41	2.000,00	46,34	43,87	1	1,33	15.313	0,87
Centro	3.089,91	41,91	2.000,00	46,34	44,13	1	1,33	37.283	2,13
São Lourenço	3.569,40	50,90	2.000,00	46,34	48,62	1	1,33	6.276	0,36
De 50,00% a 74,99% - Média Alta						11	14,67	138.687	7,92
Vila Isabel	3.390,90	47,56	2.181,50	52,81	50,18	1	1,33	11.610	0,66
Seminário	4.103,10	60,91	2.000,00	46,34	53,63	1	1,33	6.851	0,39
Cristo Rei	3.711,95	53,58	2.500,00	64,16	58,87	1	1,33	13.795	0,79
Alto da Rua XV	3.784,23	54,93	2.500,00	64,16	59,55	1	1,33	8.531	0,49
Centro Cívico	3.979,43	58,59	2.600,00	67,72	63,16	1	1,33	4.783	0,27
Ahu	4.238,62	63,45	2.500,00	64,16	63,81	1	1,33	11.506	0,66
Água Verde	4.253,57	63,73	2.500,00	64,16	63,95	1	1,33	51.425	2,94
Hugo Lange	4.391,36	66,32	2.500,00	64,16	65,24	1	1,33	3.392	0,19
Mossungue	5.039,38	78,47	2.500,00	64,16	71,32	1	1,33	9.664	0,55
Alto da Glória	4.101,11	60,88	3.000,00	81,98	71,43	1	1,33	5.548	0,32
Juveve	4.445,87	67,34	3.000,00	81,98	74,66	1	1,33	11.582	0,66
De 75,00% a 100,00% - Alta						4	5,33	57.972	3,31
Cabral	4.669,13	71,53	3.000,00	81,98	76,75	1	1,33	13.060	0,75
Jardim Social	4.779,28	73,59	3.000,00	81,98	77,79	1	1,33	5.698	0,33
Bigorrilho	4.952,38	76,84	3.000,00	81,98	79,41	1	1,33	28.336	1,62
Batel	6.187,41	100,00	3.505,50	100,00	100,00	1	1,33	10.878	0,62
Total	-	-	-	-	-	75	100,00	1.751.907	100,00

ANEXO IV - INDICADORES E ÍNDICES PARCIAIS E GRUPAL DE QUALIDADE DE VIDA RELACIONADOS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE HABITAÇÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010

BAIRROS/FAIXAS	Serviços Públicos de Habitação											Número de bairros		População em 2010	
	Total de domicílios 2010	Domicílios com existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio e interligado a rede geral de esgoto 2010	% de domicílios com existência de banheiro de uso exclusivo do domicílio e interligado a rede geral de esgoto 2010	Índice Parcial de domicílios com banheiro exclusivo ligado a rede geral de esgoto 2010	Domicílios com lixo coletado pelo serviço de limpeza da prefeitura 2010	% de domicílios com lixo coletado pelo serviço de limpeza da prefeitura a 2010	Índice Parcial de domicílios com lixo coletado pelo serviço de limpeza da prefeitura a 2010	Domicílios com abastecimento de água interligado a rede geral 2010	% de domicílios com abastecimento de água interligado a rede geral 2010	Índice Parcial de domicílios com abastecimento de água interligado a rede geral 2010	Índice Grupal - IGQV 2010				
												Absoluto	%	Absoluto	%
De 0,00% a 24,99% -Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00
De 25,00 a 49,99% - Média Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0,00	0	0,00
De 50,00% a 74,99% - Média Alta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	12,00	85.925	4,90
Caximba	720	282	39,167	0,00	703	97,639	83,64	698	96,944	88,88	57,51	1	1,33	2.522	0,14
Centro Cívico	2.103	2.100	99,857	99,77	1.833	87,161	11,05	1.918	91,203	67,98	59,60	1	1,33	4.783	0,27
Riviera	91	90	98,901	98,19	90	98,901	92,39	66	72,527	0,00	63,53	1	1,33	289	0,02
Cristo Rei	5.882	5.879	99,949	99,92	5.033	85,566	0,00	5.739	97,569	91,15	63,69	1	1,33	13.795	0,79
Umbará	5.522	4.606	83,412	72,73	5.006	90,656	35,26	5.297	95,925	85,17	64,39	1	1,33	18.730	1,07
São João	1.002	938	93,613	89,50	872	87,026	10,11	990	98,802	95,64	65,08	1	1,33	3.253	0,19
Orleans	2.552	2.443	95,729	92,98	2.257	88,440	19,91	2.477	97,061	89,30	67,40	1	1,33	8.105	0,46

Boa Vista	10.760	10.556	98,104	96,88	9.634	89,535	27,50	10.398	96,636	87,75	70,71	1	1,33	31.052	1,77
Taboão	1.122	852	75,936	60,44	1.053	93,850	57,39	1.110	98,930	96,11	71,31	1	1,33	3.396	0,19
De 75,00% a 100,00% - Alta												66	88,00	1.665.982	95,10
Juveve	4.631	4.623	99,827	99,72	4.209	90,887	36,87	4.507	97,322	90,25	75,61	1	1,33	11.582	0,66
Novo Mundo	14.370	13.821	96,180	93,72	13.286	92,457	47,74	13.862	96,465	87,13	76,20	1	1,33	44.063	2,52
Campo Comprido	9.724	9.245	95,074	91,90	8.897	91,495	41,08	9.640	99,136	96,86	76,61	1	1,33	28.969	1,65
Tatuquara	15.313	13.983	91,315	85,72	14.127	92,255	46,34	15.253	99,608	98,57	76,88	1	1,33	52.279	2,98
Campina do Siqueira	2.547	2.527	99,215	98,71	2.327	91,362	40,16	2.525	99,136	96,86	78,57	1	1,33	7.326	0,42
Mossungue	3.193	3.077	96,367	94,03	3.019	94,551	62,25	3.013	94,363	79,48	78,58	1	1,33	9.664	0,55
Cachoeira	2.876	2.154	74,896	58,73	2.838	98,679	90,85	2.836	98,609	94,94	81,51	1	1,33	9.314	0,53
Alto da Rua XV	3.423	3.417	99,825	99,71	3.163	92,404	47,38	3.419	99,883	99,57	82,22	1	1,33	8.531	0,49
Pinheirinho	15.561	14.981	96,273	93,87	14.615	93,921	57,88	15.368	98,760	95,49	82,41	1	1,33	50.401	2,88
Abranches	4.064	3.026	74,459	58,01	4.055	99,779	98,47	3.985	98,056	92,92	83,13	1	1,33	13.189	0,75
Bigorrião	11.680	11.667	99,889	99,82	10.996	94,144	59,43	11.467	98,176	93,36	84,20	1	1,33	28.336	1,62
Parolin	3.474	2.878	82,844	71,80	3.397	97,784	84,64	3.455	99,453	98,01	84,82	1	1,33	11.554	0,66
Hugo Lange	1.169	1.167	99,829	99,72	1.094	93,584	55,55	1.169	100,000	100,00	85,09	1	1,33	3.392	0,19
Augusta	1.922	1.877	97,659	96,15	1.857	96,618	76,57	1.853	96,410	86,93	86,55	1	1,33	6.598	0,38
Capão Raso	12.152	11.913	98,033	96,77	11.554	95,079	65,91	12.060	99,243	97,24	86,64	1	1,33	36.065	2,06
Lamenha Pequena	326	319	97,853	96,47	321	98,466	89,37	303	92,945	74,32	86,72	1	1,33	1.056	0,06
Portão	15.196	14.890	97,986	96,69	14.451	95,097	66,03	15.101	99,375	97,72	86,82	1	1,33	42.662	2,44
São Francisco	2.423	2.407	99,340	98,91	2.295	94,717	63,40	2.422	99,959	99,85	87,39	1	1,33	6.130	0,35
Vista Alegre	3.576	3.396	94,966	91,73	3.443	96,281	74,23	3.545	99,133	96,84	87,60	1	1,33	11.199	0,64
Cabral	5.215	5.177	99,271	98,80	4.951	94,938	64,93	5.206	99,827	99,37	87,70	1	1,33	13.060	0,75
Santa Cândida	10.504	9.305	88,585	81,24	10.263	97,706	84,10	10.455	99,534	98,30	87,88	1	1,33	32.808	1,87
Ganchinho	3.217	2.916	90,643	84,62	3.190	99,161	94,19	3.086	95,928	85,18	87,99	1	1,33	11.178	0,64
Seminário	2.385	2.381	99,832	99,72	2.276	95,430	68,34	2.372	99,455	98,02	88,69	1	1,33	6.851	0,39
Vila Izabel	4.503	4.475	99,378	98,98	4.304	95,581	69,38	4.496	99,845	99,43	89,26	1	1,33	11.610	0,66
São Miguel	1.366	1.329	97,291	95,55	1.357	99,341	95,44	1.280	93,704	77,08	89,36	1	1,33	4.773	0,27
Botiatuvinha	3.918	3.525	89,969	83,51	3.877	98,954	92,75	3.836	97,907	92,38	89,55	1	1,33	12.876	0,73
Guaíra	4.751	4.627	97,390	95,71	4.641	97,685	83,96	4.623	97,306	90,19	89,95	1	1,33	14.904	0,85

Campo de Santana	8.043	7.366	91,583	86,16	7.952	98,869	92,16	7.900	98,222	93,53	90,62	1	1,33	27.158	1,55
Rebouças	6.140	6.129	99,821	99,71	5.926	96,515	75,85	6.086	99,121	96,80	90,79	1	1,33	14.888	0,85
Água Verde	19.670	19.579	99,537	99,24	18.977	96,477	75,59	19.577	99,527	98,28	91,04	1	1,33	51.425	2,94
Alto da Glória	2.347	2.347	100,000	100,00	2.262	96,378	74,91	2.336	99,531	98,29	91,07	1	1,33	5.548	0,32
São Braz	7.330	7.099	96,849	94,82	7.120	97,135	80,15	7.298	99,563	98,41	91,13	1	1,33	23.559	1,34
Santo Inácio	2.029	1.801	88,763	81,53	2.014	99,261	94,88	2.020	99,556	98,39	91,60	1	1,33	6.494	0,37
Bacacheri	8.263	8.237	99,685	99,48	7.975	96,515	75,85	8.251	99,855	99,47	91,60	1	1,33	23.734	1,35
Bairro Alto	14.792	14.514	98,121	96,91	14.338	96,931	78,74	14.759	99,777	99,19	91,61	1	1,33	46.106	2,63
Sítio Cercado	35.251	34.895	98,990	98,34	34.142	96,854	78,20	35.159	99,739	99,05	91,86	1	1,33	115.525	6,59
Cidade Industrial de Curitiba	52.977	51.534	97,276	95,52	51.522	97,254	80,97	52.875	99,807	99,30	91,93	1	1,33	172.669	9,86
Jardim Botânico	2.216	2.179	98,330	97,26	2.151	97,067	79,68	2.210	99,729	99,01	91,98	1	1,33	6.172	0,35
Ahu	4.213	4.194	99,549	99,26	4.123	97,864	85,20	4.130	98,030	92,83	92,43	1	1,33	11.506	0,66
Uberaba	22.216	20.967	94,378	90,76	21.938	98,749	91,33	21.934	98,731	95,38	92,49	1	1,33	72.056	4,11
Alto Boqueirão	16.856	16.257	96,446	94,16	16.472	97,722	84,22	16.818	99,775	99,18	92,52	1	1,33	53.671	3,06
Cajuru	29.848	29.137	97,618	96,08	29.125	97,578	83,22	29.708	99,531	98,29	92,53	1	1,33	96.200	5,49
Boqueirão	23.453	22.657	96,606	94,42	22.969	97,936	85,70	23.375	99,667	98,79	92,97	1	1,33	73.178	4,18
Fazendinha	9.015	8.890	98,613	97,72	8.792	97,526	82,86	9.006	99,900	99,64	93,41	1	1,33	28.074	1,60
Mercês	4.596	4.577	99,587	99,32	4.478	97,433	82,21	4.586	99,782	99,21	93,58	1	1,33	12.907	0,74
Pilarzinho	9.042	8.467	93,641	89,55	8.945	98,927	92,57	9.011	99,657	98,75	93,62	1	1,33	28.480	1,63
Santa Felicidade	9.875	9.552	96,729	94,62	9.723	98,461	89,34	9.827	99,514	98,23	94,06	1	1,33	31.572	1,80
São Lourenço	2.022	2.011	99,456	99,11	1.981	97,972	85,95	2.009	99,357	97,66	94,24	1	1,33	6.276	0,36
Atuba	5.033	4.665	92,688	87,98	5.017	99,682	97,80	5.007	99,483	98,12	94,63	1	1,33	15.935	0,91
Tarumã	2.538	2.483	97,833	96,44	2.495	98,306	88,26	2.535	99,882	99,57	94,76	1	1,33	8.072	0,46
Prado Velho	1.886	1.750	92,789	88,15	1.886	100,000	100,00	1.874	99,364	97,68	95,28	1	1,33	6.077	0,35
Xaxim	17.805	17.424	97,860	96,48	17.620	98,961	92,80	17.753	99,708	98,94	96,07	1	1,33	57.182	3,26
Barreirinha	5.924	5.671	95,729	92,98	5.912	99,797	98,60	5.899	99,578	98,46	96,68	1	1,33	18.017	1,03
Centro	17.751	17.632	99,330	98,90	17.563	98,941	92,66	17.680	99,600	98,54	96,70	1	1,33	37.283	2,13
Hauer	4.507	4.482	99,445	99,09	4.467	99,112	93,85	4.478	99,357	97,66	96,87	1	1,33	13.315	0,76
Tinguí	4.178	4.077	97,583	96,03	4.153	99,402	95,85	4.171	99,832	99,39	97,09	1	1,33	12.319	0,70
Batel	4.275	4.274	99,977	99,96	4.234	99,041	93,36	4.252	99,462	98,04	97,12	1	1,33	10.878	0,62
Santa Quitéria	3.833	3.703	96,608	94,42	3.827	99,843	98,92	3.821	99,687	98,86	97,40	1	1,33	12.075	0,69

Bom Retiro	1.716	1.702	99,184	98,66	1.710	99,650	97,58	1.704	99,301	97,45	97,90	1	1,33	5.156	0,29
Fanny	2.672	2.630	98,428	97,42	2.669	99,888	99,22	2.660	99,551	98,37	98,33	1	1,33	8.415	0,48
Cascatinha	687	687	100,000	100,00	684	99,563	96,97	685	99,709	98,94	98,64	1	1,33	2.161	0,12
Capão da Imbuia	6.667	6.573	98,590	97,68	6.661	99,910	99,38	6.660	99,895	99,62	98,89	1	1,33	20.473	1,17
Lindóia	2.728	2.706	99,194	98,67	2.723	99,817	98,73	2.723	99,817	99,33	98,91	1	1,33	8.584	0,49
Guabirotuba	3.674	3.626	98,694	97,85	3.673	99,973	99,81	3.665	99,755	99,11	98,92	1	1,33	11.461	0,65
Jardim das Américas	4.810	4.773	99,231	98,74	4.800	99,792	98,56	4.809	99,979	99,92	99,07	1	1,33	15.313	0,87
Jardim Social	1.788	1.786	99,888	99,82	1.787	99,944	99,61	1.785	99,832	99,39	99,61	1	1,33	5.698	0,33
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	100,00	1.751.907	100,00

**ANEXO V - INDICADORES E ÍNDICE PARCIAL E GRUPAL DE QUALIDADE
DE VIDA EM SAÚDE DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010**

BAIRROSFAIXAS	Saúde					Número de bairros		População em 2010	
	Crianças com menos de 1 ano de idade 2010	Óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade ocorridos entre agosto de 2009 e julho de 2010	% dos óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade ocorridos entre agosto de 2009 e julho de 2010 em relação ao número de crianças com menos de 1 ano de idade 2010	Índice Parcial de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade	Índice Grupal IGQV 2010	Absoluto	%	Absoluto	%
De 0,00% a 24,99% - Baixa	-	-	-	-	-	1	1,33	1.056	0,06
Lamenha Pequena	20	1	5,000	0,00	0,00	1	1,33	1.056	0,06
De 25,00 a 49,99% - Média Baixa	-	-	-	-	-	1	1,33	11.199	0,64
Vista Alegre	116	3	2,586	48,28	48,28	1	1,33	11.199	0,64
De 50,00% a 74,99% - Média Alta	-	-	-	-	-	14	18,67	467.977	26,71
São Miguel	83	2	2,410	51,81	51,81	1	1,33	4.773	0,27
São Lourenço	48	1	2,083	58,33	58,33	1	1,33	6.276	0,36
Alto Boqueirão	689	13	1,887	62,26	62,26	1	1,33	53.671	3,06
Parolin	166	3	1,807	63,86	63,86	1	1,33	11.554	0,66
Guabirota	112	2	1,786	64,29	64,29	1	1,33	11.461	0,65
Centro	228	4	1,754	64,91	64,91	1	1,33	37.283	2,13
Taboão	57	1	1,754	64,91	64,91	1	1,33	3.396	0,19
Cristo Rei	120	2	1,667	66,67	66,67	1	1,33	13.795	0,79
Cidade Industrial de Curitiba	2527	42	1,662	66,76	66,76	1	1,33	172.669	9,86
Campo de Santana	526	8	1,521	69,58	69,58	1	1,33	27.158	1,55
Pinheirinho	767	11	1,434	71,32	71,32	1	1,33	50.401	2,88
Campina do Siqueira	71	1	1,408	71,83	71,83	1	1,33	7.326	0,42
Atuba	234	3	1,282	74,36	74,36	1	1,33	15.935	0,91
Tatuquara	947	12	1,267	74,66	74,66	1	1,33	52.279	2,98
De 75,00% a 100,00% - Alta	-	-	-	-	-	59	78,67	1.271.675	72,59
Novo Mundo	515	6	1,165	76,70	76,70	1	1,33	44.063	2,52
Bacacheri	205	2	0,976	80,49	80,49	1	1,33	23.734	1,35

Mercês	105	1	0,952	80,95	80,95	1	1,33	12.907	0,74
Vila Izabel	113	1	0,885	82,30	82,30	1	1,33	11.610	0,66
Capão da Imbuia	229	2	0,873	82,53	82,53	1	1,33	20.473	1,17
Pilarzinho	350	3	0,857	82,86	82,86	1	1,33	28.480	1,63
Augusta	127	1	0,787	84,25	84,25	1	1,33	6.598	0,38
Campo Comprido	385	3	0,779	84,42	84,42	1	1,33	28.969	1,65
Uberaba	1045	8	0,766	84,69	84,69	1	1,33	72.056	4,11
Hauer	134	1	0,746	85,07	85,07	1	1,33	13.315	0,76
Bairro Alto	558	4	0,717	85,66	85,66	1	1,33	46.106	2,63
Cachoeira	141	1	0,709	85,82	85,82	1	1,33	9.314	0,53
Cajuru	1301	9	0,692	86,16	86,16	1	1,33	96.200	5,49
Boa Vista	291	2	0,687	86,25	86,25	1	1,33	31.052	1,77
Abranches	147	1	0,680	86,39	86,39	1	1,33	13.189	0,75
Xaxim	748	5	0,668	86,63	86,63	1	1,33	57.182	3,26
Santa Cândida	455	3	0,659	86,81	86,81	1	1,33	32.808	1,87
Capão Raso	460	3	0,652	86,96	86,96	1	1,33	36.065	2,06
Portão	479	3	0,626	87,47	87,47	1	1,33	42.662	2,44
Botiatuvinha	172	1	0,581	88,37	88,37	1	1,33	12.876	0,73
Guaíra	177	1	0,565	88,70	88,70	1	1,33	14.904	0,85
Ganchinho	190	1	0,526	89,47	89,47	1	1,33	11.178	0,64
Fazendinha	394	2	0,508	89,85	89,85	1	1,33	28.074	1,60
Santa Felicidade	394	2	0,508	89,85	89,85	1	1,33	31.572	1,80
Sítio Cercado	1758	8	0,455	90,90	90,90	1	1,33	115.525	6,59
Bigorrião	231	1	0,433	91,34	91,34	1	1,33	28.336	1,62
Água Verde	470	2	0,426	91,49	91,49	1	1,33	51.425	2,94
Boqueirão	969	4	0,413	91,74	91,74	1	1,33	73.178	4,18
São Braz	280	1	0,357	92,86	92,86	1	1,33	23.559	1,34
Umbará	315	1	0,317	93,65	93,65	1	1,33	18.730	1,07
São Francisco	46	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	6.130	0,35
Centro Cívico	41	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	4.783	0,27
Alto da Glória	55	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	5.548	0,32
Alto da Rua XV	63	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	8.531	0,49
Jardim Botânico	57	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	6.172	0,35
Rebouças	112	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	14.888	0,85
Batel	86	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	10.878	0,62
Bom Retiro	47	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	5.156	0,29
Ahu	101	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	11.506	0,66
Juveve	106	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	11.582	0,66
Cabral	154	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	13.060	0,75
Hugo Lange	27	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	3.392	0,19
Jardim Social	24	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	5.698	0,33
Tarumã	80	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	8.072	0,46
Jardim das Américas	142	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	15.313	0,87
Prado Velho	96	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	6.077	0,35
Seminário	49	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	6.851	0,39
Fanny	99	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	8.415	0,48
Lindóia	91	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	8.584	0,49
Santa Quitéria	138	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	12.075	0,69
Mossungue	149	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	9.664	0,55
Santo Inácio	69	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	6.494	0,37
Cascatinha	18	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	2.161	0,12
São João	52	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	3.253	0,19

Barreirinha	225	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	18.017	1,03
Tinguí	141	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	12.319	0,70
Orleans	82	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	8.105	0,46
Riviera	1	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	289	0,02
Caximba	41	0	0,000	100,00	100,00	1	1,33	2.522	0,14
Total	-	-	-	-	-	75	100,00	1.751.907	100,00

**ANEXO VI - INDICADORES E ÍNDICE PARCIAL E GRUPAL DE
QUALIDADE DE VIDA EM EDUCAÇÃO DOS BAIRROS DE CURITIBA - 2010**

BAIRROS/FAIXAS	Educação			Número de bairros		População em 2010	
	Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade 2010	Índice Parcial da Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade de alfabetização 2010	Índice Grupal IGQV 2010	Absoluto	%	Absoluto	%
De 0,00% a 24,99% -Baixa	-	-	-	4	5,33	76.882	4,39
Parolin	92,70	0,00	0,00	1	1,33	11.554	0,66
Augusta	94,00	18,31	18,31	1	1,33	6.598	0,38
Campo de Santana	94,00	18,31	18,31	1	1,33	27.158	1,55
Santa Felicidade	94,30	22,54	22,54	1	1,33	31.572	1,80
De 25,00 a 49,99% - Média Baixa	-	-	-	5	6,67	209.114	11,94
Umbará	95,40	38,03	38,03	1	1,33	18.730	1,07
Cidade Industrial de Curitiba	95,80	43,66	43,66	1	1,33	172.669	9,86
Caximba	96,00	46,48	46,48	1	1,33	2.522	0,14
Riviera	96,10	47,89	47,89	1	1,33	289	0,02
Guaíra	96,20	49,30	49,30	1	1,33	14.904	0,85
De 50,00% a 74,99% - Média Alta	-	-	-	23	30,67	595.412	33,99
Lamenha Pequena	96,50	53,52	53,52	1	1,33	1.056	0,06
Barreirinha	96,70	56,34	56,34	1	1,33	15.313	0,87
Jardim das Américas	96,70	56,34	56,34	1	1,33	18.017	1,03
Tatuquara	96,90	59,15	59,15	1	1,33	50.401	2,88
Pinheirinho	96,90	59,15	59,15	1	1,33	52.279	2,98
Ganchinho	97,20	63,38	63,38	1	1,33	4.773	0,27
São Miguel	97,20	63,38	63,38	1	1,33	11.178	0,64
Mossungue	97,40	66,20	66,20	1	1,33	9.664	0,55
Novo Mundo	97,60	69,01	69,01	1	1,33	44.063	2,52
Boqueirão	97,60	69,01	69,01	1	1,33	73.178	4,18
Campo Comprido	97,70	70,42	70,42	1	1,33	13.315	0,76
Abranches	97,70	70,42	70,42	1	1,33	12.075	0,69
Taboão	97,70	70,42	70,42	1	1,33	28.969	1,65
Tinguí	97,70	70,42	70,42	1	1,33	3.396	0,19
Santa Quitéria	97,70	70,42	70,42	1	1,33	13.189	0,75
Hauer	97,70	70,42	70,42	1	1,33	12.319	0,70
Cachoeira	97,90	73,24	73,24	1	1,33	9.314	0,53
Sítio Cercado	97,90	73,24	73,24	1	1,33	115.525	6,59
Botiatuvinha	98,00	74,65	74,65	1	1,33	12.876	0,73
Capão Raso	98,00	74,65	74,65	1	1,33	36.065	2,06
Rebouças	98,00	74,65	74,65	1	1,33	14.888	0,85

Centro	98,00	74,65	74,65	1	1,33	37.283	2,13
São Lourenço	98,00	74,65	74,65	1	1,33	6.276	0,36
De 75,00% a 100,00% - Alta	-	-	-	43	57,33	870.499	49,69
Uberaba	98,10	76,06	76,06	1	1,33	72.056	4,11
Portão	98,10	76,06	76,06	1	1,33	42.662	2,44
Fazendinha	98,20	77,46	77,46	1	1,33	28.074	1,60
Xaxim	98,20	77,46	77,46	1	1,33	57.182	3,26
Orleans	98,40	80,28	80,28	1	1,33	8.105	0,46
São Braz	98,50	81,69	81,69	1	1,33	23.559	1,34
Capão da Imbuia	98,50	81,69	81,69	1	1,33	20.473	1,17
Cajuru	98,60	83,10	83,10	1	1,33	96.200	5,49
Alto Boqueirão	98,60	83,10	83,10	1	1,33	53.671	3,06
Santa Cândida	98,70	84,51	84,51	1	1,33	32.808	1,87
São João	98,80	85,92	85,92	1	1,33	3.253	0,19
Cabral	98,80	85,92	85,92	1	1,33	13.060	0,75
Pilarzinho	98,90	87,32	87,32	1	1,33	28.480	1,63
Fanny	98,90	87,32	87,32	1	1,33	8.415	0,48
Cascatinha	98,90	87,32	87,32	1	1,33	2.161	0,12
Lindóia	99,00	88,73	88,73	1	1,33	8.584	0,49
Prado Velho	99,00	88,73	88,73	1	1,33	6.077	0,35
Santo Inácio	99,10	90,14	90,14	1	1,33	6.494	0,37
Atuba	99,10	90,14	90,14	1	1,33	15.935	0,91
Bacacheri	99,10	90,14	90,14	1	1,33	23.734	1,35
Vista Alegre	99,20	91,55	91,55	1	1,33	11.199	0,64
Boa Vista	99,30	92,96	92,96	1	1,33	31.052	1,77
Vila Izabel	99,30	92,96	92,96	1	1,33	11.610	0,66
Guabirota	99,30	92,96	92,96	1	1,33	11.461	0,65
São Francisco	99,40	94,37	94,37	1	1,33	6.130	0,35
Ahu	99,40	94,37	94,37	1	1,33	11.506	0,66
Água Verde	99,40	94,37	94,37	1	1,33	51.425	2,94
Jardim Social	99,40	94,37	94,37	1	1,33	5.698	0,33
Bairro Alto	99,50	95,77	95,77	1	1,33	46.106	2,63
Campina do Siqueira	99,50	95,77	95,77	1	1,33	7.326	0,42
Bom Retiro	99,50	95,77	95,77	1	1,33	5.156	0,29
Centro Cívico	99,60	97,18	97,18	1	1,33	4.783	0,27
Cristo Rei	99,60	97,18	97,18	1	1,33	13.795	0,79
Seminário	99,60	97,18	97,18	1	1,33	6.851	0,39
Alto da Rua XV	99,60	97,18	97,18	1	1,33	8.531	0,49
Tarumã	99,70	98,59	98,59	1	1,33	8.072	0,46
Juveve	99,70	98,59	98,59	1	1,33	11.582	0,66
Mercês	99,70	98,59	98,59	1	1,33	12.907	0,74
Batel	99,70	98,59	98,59	1	1,33	10.878	0,62
Jardim Botânico	99,80	100,00	100,00	1	1,33	6.172	0,35
Hugo Lange	99,80	100,00	100,00	1	1,33	3.392	0,19
Bigorrilho	99,80	100,00	100,00	1	1,33	28.336	1,62
Alto da Glória	99,80	100,00	100,00	1	1,33	5.548	0,32
Total	-	-	-	75	100,00	1.751.907	100,00

**ANEXO VII - INDICADORES E ÍNDICES PARCIAIS E GRUPAL DE
QUALIDADE DE VIDA EM SEGURANÇA PÚBLICA DOS BAIRROS DE
CURITIBA - 2010**

BAIRROS/FAIXAS	Segurança Pública					Número de bairros		População em 2010	
	Agressões físicas		Acidentes de trânsito		Índice Grupal	Abs	%	Abs	%
	Abs	Índice Parcial de agressões físicas	Abs	Índice Parcial de acidentes de trânsito					
De 0,00% a 24,99% - Baixa	-	-	-	-	-	2	2,67	209.952	11,98
Cidade Industrial de Curitiba	236	13,92	897	0,00	6,96	1	1,33	172.669	9,86
Centro	274	0,00	654	27,12	13,56	1	1,33	37.283	2,13
De 25,00 a 49,99% - Média Baixa	-	-	-	-	-	2	2,67	188.703	10,77
Sítio Cercado	179	34,80	573	36,16	35,48	1	1,33	115.525	6,59
Boqueirão	158	42,49	568	36,72	39,60	1	1,33	73.178	4,18
De 50,00% a 74,99% - Média Alta	-	-	-	-	-	6	8,00	344.830	19,68
Cajuru	129	53,11	393	56,25	54,68	1	1,33	96.200	5,49
Pinheirinho	110	60,07	437	51,34	55,71	1	1,33	50.401	2,88
Tatuquara	130	52,75	272	69,75	61,25	1	1,33	52.279	2,98
Bairro Alto	86	68,86	336	62,61	65,74	1	1,33	46.106	2,63
Xaxim	76	72,53	337	62,50	67,51	1	1,33	57.182	3,26
Portão	50	82,05	325	63,84	72,95	1	1,33	42.662	2,44
De 75,00% a 100,00% - Alta	-	-	-	-	-	65	86,67	1.008.422	57,56
Parolin	78	71,79	123	86,38	79,09	1	1,33	11.554	0,66
Santa Felicidade	49	82,42	205	77,23	79,82	1	1,33	31.572	1,80
Rebouças	43	84,62	215	76,12	80,37	1	1,33	14.888	0,85
Santa Cândida	52	81,32	178	80,25	80,78	1	1,33	32.808	1,87
Hauer	30	89,38	250	72,21	80,79	1	1,33	13.315	0,76
Alto Boqueirão	60	78,39	149	83,48	80,94	1	1,33	53.671	3,06
Água Verde	32	88,64	224	75,11	81,88	1	1,33	51.425	2,94
Novo Mundo	41	85,35	191	78,79	82,07	1	1,33	44.063	2,52
Capão Raso	37	86,81	202	77,57	82,19	1	1,33	36.065	2,06
Campo Comprido	54	80,59	141	84,38	82,48	1	1,33	28.969	1,65
Boa Vista	37	86,81	152	83,15	84,98	1	1,33	31.052	1,77
Pilarzinho	43	84,62	131	85,49	85,05	1	1,33	28.480	1,63
Prado Velho	53	80,95	98	89,17	85,06	1	1,33	6.077	0,35
Fazendinha	37	86,81	149	83,48	85,15	1	1,33	28.074	1,60
Tarumã	23	91,94	194	78,46	85,20	1	1,33	8.072	0,46

Jardim Botânico	29	89,74	157	82,59	86,17	1	1,33	6.172	0,35
Jardim Social	29	89,74	157	82,59	86,17	1	1,33	5.698	0,33
Capão da Imbuia	27	90,48	140	84,49	87,48	1	1,33	20.473	1,17
Bacacheri	28	90,11	116	87,17	88,64	1	1,33	23.734	1,35
Barreirinha	28	90,11	116	87,17	88,64	1	1,33	18.017	1,03
Uberaba	26	90,84	109	87,95	89,39	1	1,33	72.056	4,11
Umbará	26	90,84	109	87,95	89,39	1	1,33	18.730	1,07
Alto da Rua XV	12	95,97	154	82,92	89,45	1	1,33	8.531	0,49
Mercês	16	94,51	140	84,49	89,50	1	1,33	12.907	0,74
São Francisco	31	89,01	79	91,29	90,15	1	1,33	6.130	0,35
São Braz	25	91,21	97	89,29	90,25	1	1,33	23.559	1,34
Bigorrilho	15	94,87	129	85,71	90,29	1	1,33	28.336	1,62
Cabral	24	91,58	98	89,17	90,37	1	1,33	13.060	0,75
Centro Cívico	17	94,14	114	87,39	90,76	1	1,33	4.783	0,27
Guaíra	26	90,84	82	90,96	90,90	1	1,33	14.904	0,85
Santa Quitéria	20	93,04	98	89,17	91,11	1	1,33	12.075	0,69
Abranches	22	92,31	85	90,63	91,47	1	1,33	13.189	0,75
Batel	14	95,24	106	88,28	91,76	1	1,33	10.878	0,62
Guabirubá	18	93,77	92	89,84	91,81	1	1,33	11.461	0,65
Atuba	14	95,24	104	88,50	91,87	1	1,33	15.935	0,91
Jardim das Américas	10	96,70	110	87,83	92,27	1	1,33	15.313	0,87
Fanny	13	95,60	86	90,51	93,06	1	1,33	8.415	0,48
Campo de Santana	21	92,67	40	95,65	94,16	1	1,33	27.158	1,55
Ganchinho	25	91,21	26	97,21	94,21	1	1,33	11.178	0,64
São Lourenço	9	97,07	76	91,63	94,35	1	1,33	6.276	0,36
Bom Retiro	6	98,17	77	91,52	94,84	1	1,33	5.156	0,29
Juveve	7	97,80	64	92,97	95,39	1	1,33	11.582	0,66
Ahu	6	98,17	64	92,97	95,57	1	1,33	11.506	0,66
Cristo Rei	4	98,90	70	92,30	95,60	1	1,33	13.795	0,79
Seminário	5	98,53	65	92,86	95,70	1	1,33	6.851	0,39
Vista Alegre	14	95,24	35	96,21	95,72	1	1,33	11.199	0,64
Cachoeira	18	93,77	19	97,99	95,88	1	1,33	9.314	0,53
Botiatuvinha	8	97,44	47	94,87	96,15	1	1,33	12.876	0,73
Campina do Siqueira	6	98,17	48	94,75	96,46	1	1,33	7.326	0,42
Orleans	10	96,70	31	96,65	96,68	1	1,33	8.105	0,46
Lindóia	10	96,70	29	96,88	96,79	1	1,33	8.584	0,49
Tinguí	6	98,17	37	95,98	97,08	1	1,33	12.319	0,70
Vila Izabel	1	100,00	45	95,09	97,54	1	1,33	11.610	0,66
Hugo Lange	2	99,63	41	95,54	97,58	1	1,33	3.392	0,19
Alto da Glória	7	97,80	24	97,43	97,62	1	1,33	5.548	0,32
Mossungue	1	100,00	43	95,31	97,66	1	1,33	9.664	0,55
Santo Inácio	3	99,27	28	96,99	98,13	1	1,33	6.494	0,37
Taboão	5	98,53	15	98,44	98,49	1	1,33	3.396	0,19
Caximba	4	98,90	12	98,77	98,84	1	1,33	2.522	0,14
Augusta	2	99,63	11	98,88	99,26	1	1,33	6.598	0,38

Riviera	3	99,27	3	99,78	99,52	1	1,33	289	0,02
São João	2	99,63	6	99,44	99,54	1	1,33	3.253	0,19
Cascatinha	1	100,00	6	99,44	99,72	1	1,33	2.161	0,12
Lamenha Pequena	1	100,00	1	100,00	100,00	1	1,33	1.056	0,06
São Miguel	1	100,00	1	100,00	100,00	1	1,33	4.773	0,27
Total	-	-	-	-	-	75	100,00	1.751.907	100,00

ANEXO VIII – LISTAGEM DE PARQUES POR BAIRROS, REGIONAL E LOCALIZAÇÃO EM CURITIBA

Bairro	Regional	Denominação	Localização	Área (m²)	Inauguração/implantação
Alto Boqueirão	R2-Boqueirão	Parque Iguaçu	Av. Mal. Floriano Peixoto	8.264.316	1976
Total de Parques da Administração Regional Boqueirão			1	8.264.316	
Abranches	R4-Boa Vista	Parque das Pedreiras	R. João Gava	103.500	30/09/1990
Bacacheri	R4-Boa Vista	Parque General Iberê de Mattos	R. Canadá X R. Rodrigo de Freitas X R. Paulo Nadolny	152.000	05/11/1988
Barreirinha	R4-Boa Vista	Parque Barreirinha	Av. Anita Garibaldi	275.380	1972
Cachoeira	R4-Boa Vista	Parque Nascentes do Belém	R. Rolando Salin Zappa Mansur X Av. Anita Garibaldi	11.178	24/11/2001
Pilarzinho	R4-Boa Vista	Parque Tanguá ⁽¹⁾	R. Oswaldo Maciel	235.000	23/11/1996
Atuba	R4-Boa Vista	Parque Atuba	R. Arnaldo Wolff Gaensly	173.265	28/03/2004
São Lourenço	R4-Boa Vista	Parque São Lourenço	R. Mateus Leme X	203.918	1972
Total de Parques da Administração Regional Boa Vista			7	1.154.241	
Cajuru	R3-Cajuru	Parque Linear Cajuru	Rua Teófilo Otoni X R. dos Ferroviários	104.000	29/03/2003
Total de Parques da Administração Regional Cajuru			1	104.000	
Augusta	R11-CIC	Parque Municipal Passaúna	Rua Eduardo Sprada	6.500.000	10/03/1991
CIC	R11-CIC	Parque dos Tropeiros	R. Maria Lucia Locher de Athayde	173.474	25/09/1994
CIC	R11-CIC	Parque Tulio Vargas	R. Robert Redzimski X R. João Dembinski X R. Maria Homan Wisniewski	65.073	2008
CIC	R11-CIC	Parque Caiuá	Av. Juscelino K. de Oliveira(ec) X R. Marcos A. Maluceli X R. Pedro Driessen Filho	46.000	25/09/1994
CIC	R11-CIC	Parque Diadema	Av. Juscelino K. de Oliveira X R. Vale dos Pássaros X R. Antonio Dionísio Sobrinho	112.000	25/09/1994
Total de Parques da Administração Regional CIC			5	6.896.547	
Centro	R1-Matriz	Passeio Público	R. Carlos Cavalcanti X Av. João Gualberto X Pres. Faria	69.285	02/05/1886

Jardim Botânico	R1-Matriz	Jardim Botânico Municipal	R Eng. Ostoja Roguski X Av. Prefeito Lothario Meissner X AV Prefeito Maurício Fruet	278.000	05/10/1991
Total de Parques da Administração Regional Matriz			2	347.285	
Fazendinha	R7-Portão	Cambuí	R. Carlos Klemtz	99.301	12/04/2008
Total de Parques da Administração Regional Portão			1	99.301	
Butiatuvinha	R5-Santa Felicidade	Parque Italiano	R. Hermenegildo Luca (LT E.E. COPEL) X Est. Ângelo Pianaro	82.600	16/03/2010
São João	R5-Santa Felicidade	Parque Tingüi	Av. Fredolin Wolf	380.000	01/10/1994
Santo Inácio	R5-Santa Felicidade	Parque Barigüi	Av. Cândido Hartmann X Rod. Curitiba/Ponta Grossa BR-277 X Av. Manoel Ribas	1.400.000	1972
Total de Parques da Administração Regional Santa Felicidade			3	1.862.600	
Ganchinho	R10 - Bairro Novo	Parque Lago Azul	R. Colomba Merlin	126.615	09/12/2008
Total de Parques da Administração Regional Bairro Novo			1	126.615	
Total de Parques			21	18.854.905	

Fonte: SMMA/Parques e Praças, IPPUC/Banco de Dados

**ANEXO IX – LISTAGEM DAS ACADEMIAS AO AR LIVRE
IMPLANTADAS EM CURITIBA SEGUNDO A SECRETARIA
MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E JUVENTUDE**

Regional Bairro Novo

01 - Praça das Tendas

Rua Jussara x Rua Engenheiro Edilar Silveira D'Avilla x Rua José Bassa - Sítio Cercado

02 - Praça Alberto Massuda

Rua Marte X Rua Sagitário - Sítio Cercado

03 - Parque do Semeador

Rua Jussara com Rua Aristides Marquesini – Sítio Cercado

04 - Parque Lago Azul

Rua Colomba Merlin – Ganchinho

05 - Praça sem Denominação

Rua Hussein Ibrahim Omairi X Rua Ana Sofia Ribeiro X Rua Pedro Paulo Coraiola – Sítio Cercado

06 - Praça Emirados Árabes Unidos

Rua Apucarana X Rua Astorga X Profº Bernardo Litzinger - Sítio Cercado

07 - Praça Marçal Justen

Rua David Tows X Rua Cidade do Xaxim – Sítio Cercado

08 - Praça Profª Marli de Queirós Azevedo

Rua Ourizona X Rua Giácomo Lafaiette Munich Bassi – Bairro Novo

09 - Conjunto São João Del Rey

Rua Celeste Tortaro X Rua Filósofo Humberto Roden – Bairro Novo

10 - Praça Carlos Raul Heller

Rua David Towns X José de Almeida Pimpão X Rua Nova Aurora – Sítio Cercado

11 - Praça Napoleão Cortes Folho

Rua Ourizona X Rua Francisco Jacob Zardo – Sítio Cercado

12 - Praça sem Denominação

Rua Pedro Picussa X Rua José Chimanski – Umbará

13 - Praça Hospital Bairro Novo

Rua Tijucas do Sul X Rua Jussara X Rua José Bassa – Sítio Cercado

Regional Boa Vista

14 - Centro de Esporte e Lazer Avelino Vieira

Rua Guilherme Ihlenfeldt, 233 - Tingui – Boa Vista

15 - Parque Bacacheri

Rua Canadá com Rua Rodrigo de Freitas com Rua Paulo Nadolny – Bacacheri

16 - Parque São Lourenço

Rua Professor Nilo Brandão c/ Rua Mateus Leme – São Lourenço

17 - Parque Tingui

Entre as Ruas Jose Valle e Fredolin Wolf, no Lado Direito do Rio Barigui – São João

18 - Parque Atuba

Rua Pintor Ricardo Krieger x Rua Angelo Greca – Atuba

19 - Praça Liberdade

Rua Rio Jari X Rua Rio Japurá X Av da Integração – Bairro Alto

20 - Eixo de Animação Cel. Adélio Conti

Rua Luiza Gulin X Rua Francisco M. Albizu – Bacacheri

21 - Praça Max Sesselmier

Rua Arno Feliciano de Castilho X Rua Marco Polo X Rua Gastão Luis Cruz – Bairro Alto

22 - Praça Acir Macedo Guimarães

Rua Carmelina Cavassin X Guilherme de Souza – Abranches

23 - Praça Pedro de Almeida

Rua Rio Araguari X Rua Rio Juruá – Bairro Alto

24 - Praça Mario Stam

Rua Jacob Bertinato X Rua Mari Ficinska – Tarumã

25 - Praça Cova da Iria

Rua Suécia X Rua Antonio Simm – Tarumã

26 - Praça Bernardo Manuel Hostin

Rua Coronel Domingos Soares x Marques Abrantes x Visconde de Abaeté – Bairro Alto

27 - Bosque Irmã Clementina

Rua Paulo Friebe – Bairro Alto

28 - Jardimete Habib Taherzadeh

Rua das Laranjeiras x Rua Inguabau x Rua Idaia – Bairro Alto

29 - Largo dos Colonizadores

Rua Antonio Candido Cavalin x Rua Pedro Eloy de Souza – Bairro Alto

30 - Praça sem Denominação

Rua Guilherme Butler X Rua Miguel Gasparim - Barreirinha

Regional Boqueirão

31 - Centro de Esporte e Lazer Menonitas

Rua Paulo Setubal – Boqueirão

32 - Bosque Eucaliptos

Rua Pastor Aantonio Popolito, 220 - Boqueirão - Atrás US Eucaliptos

33 - Praça Alfredo Hauer

Rua Frei Henrique de Coimbra c/ Julio Cesar Ribeiro de Souza – Hauer

34 - Praça Agostinho Legró

Rua Ten. Col. Vilagran Cabrita c/ Rua Guaraci e Francisco Lourenço Johnscher – Boqueirão

35 - Praça Nelson Saternaski Monteiro

Rua 1º de Maio x Rua José Osires Baglioli – Xaxim

36 - Praça Dom Geraldo Fernandes

Rua Anne Frank X Rua Alcino Guanabara – Hauer

37 - Praça Claudio Manoel de Loyola e Silva

Rua Exp. Francisco Pereira dos Santos X Rua Capitão Amin Mosse X Ribeirão dos Padilhas – Alto Boqueirão

38 - Praça Gustavo Scheider

Rua Campo Mourão X Rua Satyrio Ferreira da Costa – Alto Boqueirão

39 - Praça Lineu Ferreira do Amaral

Rua Vereador Antonio Carnasciali X Rua Tito Teixeira de Castro X Rua Profª Maria de Assumpção – Boqueirão

40 - Escola Municipal Lapa (Atrás)

Rua Bartolomeu Lourenço de Gusmão X Rua Diogo Mugiatti X Rua Des Antonio de Paula – Boqueirão

41 - Praça Nei Gonçalves de Paula

Rua Laranjeiras do Sul X Rua Marilândia do Sul - Alto Boqueirão

42 - Q

Rua Capitão Roberto Lopes Quintas x Rua Américo Wolger X Rua Francisco Derosso - Boqueirão

Regional Cajuru

43 - Praça Renato Russo

Rua Cap. Leônidas Marques x Rua Velcy Bolivar Grando x Rua Amauri Mauad Guérios – Uberaba

44 - Praça Mansueden dos Santos Prudente

Rua Prof. Nivaldo Braga x Rua Osvaldo Campos x Rua Osmário de Lima x Rua Frederico Stadler Junior - Capão da Imbuia

45 - Parque dos Peladeiros

Rua Antonio Moreira Lopes, 328 – Cajuru

46 - Praça Abilio Abreu

Rua Dep Leoberto Leal x Rua Gov Joge Lacerda x Rua Araújo Porto Alegre – Guabirota

47 - Praça Bento Mossurunga

Rua Heitor de Andrade x Rua Ana Berta Roskamp x Rua Almil Trova de Oliveira - Jardim das Américas

48 - Praça s/ Denominação

Rua Dr. Petronio Romero de Souza X Rua Ricardo Edmundo Gluchowski X Rua Deputado Acyr José – Cajuru

49 - Praça Ivan Ferreira do Amaral

Rua São Tomé X Rua José de Mello Braga Júnior – Jardim das Américas

50 - Praça Emilio Schultz

Rua DR Levino Bornascini X Rua Eugenio G. de Brito – Cajuru

51 - Praça José Antonio da Silva

Rua Euclides Padilha dos Santos (de frente nº 99) – Uberaba

52 - Jardimete Amoriti Rodrigues

Rua José Gomes de Melo X Zumira Bacila – Uberaba

53 - Praça s/ Denominação

Rua Capitão Leonidas Marques X Rua Frei Francisco Mont'Alveme X Rua Dr Carlos B. Breithaupt – Jardim das Américas

54 - Praça Paulino José Schmitt

Rua Francisco Licnerski – Uberaba

55 - Praça Eduardo Garcia Central Norte

Rua Engenheiro Benjamim de Andrade Mourão X Sebastião F. Bacilla – Vila Oficinas

56 - Praça Flausina Ribeiro de Loyola

Rua Engenheiro José de Freitas Saldanha X Rua da Capitania – Guabirota

57 - Praça Lafayette Queirolo

Rua Francisco Castelano Rua Dona Saza Lattes – Uberaba

58 - Praça s/ Denominação

Rua Osiris Del Corso , continuação Rua Engº Benedito Mário da Silva – Cajuru

59 - Praça s/ Denominação

Av. Florianópolis X Rua Engº Costa Barros X Rua José Fabiano Barcik – Cajuru

Regional CIC

60 - Praça Central

Nossa Senhora da Luz CIC

61 - Jardimete Humberto Bertoldi

Rua Christina Barletta Tuoto c/ Av. Gov. Carlos Lacerda e Rua Antonio Fernandes da Silva - Cidade Industrial – Campo de Santana

62 - Praça Sem Denominação

Rua Pedro Gusso c/ Rua Paulo Cesar de Araújo - CIC

63 - Parque Tulio Vargas

Rua Robert Redzimski c/ Rua João Dembinsli c/ Maria Homan Wisniewski - CIC

64 - Parque Caiua/Diadema

Av. Presidente Jucelino Kubitschek de Oliveira c/ Rua Marcos Antonio Mocellin c/ Rua Pedro Driessen Filho - CIC

65 - Praça União

Rua Sem Aciolly Filho x Rua Sebastião Ribeiro Batista x Rua Silvio Duarte - CIC

66 - Praça Adolfo Hilário da Veiga

Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi X Rua Eduardo Sprada X Rua Dep. Heitor Alencar Furtado

67 - Praça Dr Ewaldo Riedel

Rua Leandro Dacheux do Nascimento X Rua Salvador José Correia Coelho X Rua Cidade de Curitiba

68 - Praça Jorge Visca (Conjunto Oswaldo Cruz I)

Rua Willibaldo Kayser

69 – Cancha Mané Garrincha

Rua Ursulina Visinoni

70 - Fundos com CMUM

Rua Aldo Laval X Rua Edith Ramos Rith – CIC

71 - Praça Santa Rosa

Rua Eduardo Luiz Piana X Rua Maria Fortunata Tosin – CIC

72 - Praça Plínio Anciutti Pessoa

Rua Cidade dos Curitiba X Rua Robert Redzimski X Rua Erwal Velho – CIC

73 - Praça sem Denominação

Rua Ney Pacheco X Rua Rubens Ávila (Vila Verde) - CIC

Regional Matriz

74 - Vila Torres

Rua Aquelino Orestes Baglioli - Vila Torres

75 - Praça Ouvidor Pardinho

Rua 24 de Maio, 0 – Rebouças

76 - Centro de Esporte e Lazer Dirceu Graeser - Praça Oswaldo Cruz

Av. Visconde de Guarapuava com Rua Brigadeiro Franco – Centro

77 - Centro de Esporte e Lazer Velódromo

Av. Prefeito Lothário Meissner s/n Jardim Botânico

78 - Praça 29 de Março

Rua Brigadeiro Franco c/ Padre Anchieta c/ Martim Afonso – Mercês

79 - Passeio Público

Rua Pres. Carlos Cavalcanti c/ Av. João Gualberto c/ Pres. Faria – Centro

80 - Jardim Ambiental II

Rua Schieller x Rua XV de Novembro x Rua Dr Goulin- Alto da XV

81 - Praça Hayao Washida

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos X Rua Brasília Itiberê X Rua Dr. Correa Coelho – Jardim Botânico

82 - Praça Francisco Cunha Pereira

Rua Dep. Mário de Barros X Rua Cons. Raul Viana x Rua Euclides Bandeira – Centro Cívico

83 - Bosque de Portugal

Rua Ozório Duque Estrada X Av Washington Luis – Jardim social

84 - Praça Gen. Plínio Tourinho (Academia para Pessoas com Deficiência)

Rua Engenheiros Rebouças X Rua Walter Marquart – Rebouças

85 - Praça Brigadeiro do Ar Mario C. Ephingaus – Juvevê

Rua José de Alencar X Rua Machado de Assis

86 - Largo Erasmo de Rotterdam

Rua Eurípedes Garcez do Nascimento X Brasilino de Moura – Ahú

Regional Pinheirinho

87 - Rua da Cidadania Pinheirinho

Avenida Winston Churchill, 2033 – Pinheirinho

88 - Centro de Esporte e Lazer Zumbi dos Palmares

Rua Lothario Boutin, 289 – Pinheirinho

89 - Praça Abilio de Oliveira Mendes

Rua Prof. João Mazzarotto c/ Rua Dr. Manoel Linhares de Lacerda – Capão Raso

90 - Praça Reinaldo Alberti

Rua Angelo Tosin X Rua Reinaldo Tortato – Campo do Santana

91 - Praça Manoel Borba

Rua Antonio Skrepe4c X Al. Sagrado Coração – Pinheirinho

92 - Praça Nova República

Rua Mal Althayr Roszanny X Rua Martin Wendrychowski – Capão Raso

93 - Jardimete Nilo Palhano

Rua Izaac Ferreira da Cruz X Rua Rosa Tortato – Pinheirinho

94 - Moradias Paraná

Rua José Krenchiclova, 555 – Tatuquara

95 - Praça sem Denominação

Rua Abib João Salum X Rua Rafael Kallino – Pinheirinho

96 - Praça Reverendo Oswaldo Soero Enrich

Rua Profº Julio Theodorico Guimarães X Rua Monte Sinai – Vila Maria Angélica - – Pinheirinho

Regional Portão**97 - Parque Cambuí**

Rua Carlos Klemtz – Fazendinha

98 - Praça Parolim

Rua Brigadeiro Franco X Rua Porfessor Porthos Velezo – Parolin

99 - Centro de Esporte e Lazer Arthur Bernardes

Av. Presidente Arthur da Silva Bernardes - Santa Quitéria

100 - Praça Bento Munhoz da Rocha Neto

Av. Presidente Kenedy – Vila Guaíra

101 - Eixo de Animação Arnaldo Busto

Av. Wenceslau Braz - Lindóia /Guaira

102 - Praça Tito Schier

Rua Antonio Padilha Santos c/ Av. República Argenton - – Portão

103 - Centro de Esportes e Lazer Arthur Bernardes (2º Unidade)

Av. Presidente Arthur da Silva Bernardes - Santa Quitéria

104 - Praça Luis Fernandes Mainardes

Av. Brasília x Rua Bico de lacre - Novo Mundo

105 - Praça Elias Abdo Bittar

Av. dos Estados X Rua Castro – Portão

106 - Praça Himmer Macorin Lombardi

Rua Matias de Albuquerque X Av Alcir Martins Bastos X Maximiliano Boscardin – Fazendinha

107 - Praça Ipiranga

Rua Alagoas X Rua São Cristóvão X Rua São Paulo – Vila Guaíra

108 - Praça Pastor João Emílio Henck

Rua João de Oliveira Franco X Rua Rosa Carvalho Chaves - Vila Fanny

109 - Praça Dr João Visioni

Rua João Bettega X Rua Carlos Blank X Rua Pedro Hansaul – Portão

110 - Praça Antonio Gunha

Rua Profº Dario Velloso X Rua Dorival Pereira Jorge – Vila Izabel

111 - Praça Abibe Isfer

Av. Água Verde, 2400 (em frente a Secretaria Estadual de Educação) – Vila Izabel

112 - Jardimete Renério Alves

Rua Cel. Herculano de Araújo X Rua José Kaminski – Novo Mundo

113 – Praça sem Denominação

Rua Gustavo Schier X Rua Mario Chaubald Biscaia – Novo Mundo

114 - Praça João Paul

Av. Santa Bernadete X Rua Galileu Galilei X Rua Conde dos Arcos – Vila Lindóia

115 - Praça sem Denominação

Rua João Bonat X Rua Olga de Araújo Spíndola – Portão

116 - Largo Jornalista Carlos Coelho

Av. Presidente Kennedy X Rua João Antonio Xavier X Samuel Cesar – Água Verde

Regional Santa Felicidade

117 - Centro de Esporte e Lazer Antonio Bertoli

Rua Alcides Darcanchy, 0 - Santa Felicidade

118 - Parque Barigui

Avenida Candido Hartmann X Rodovia BR 277/Curitiba - Ponta Grossa

119 - Parque Barigui (2ª Unidade)

BR 277/Curitiba (Próx. ao Centro de Exposições - Santo Inácio)

120 - Praça da França

Av Silva Jardim x Rua Teixeira Soares- Seminário

121 - Marco Aurélio Malucelli

Rua Capitão D Castelano x Rua Pedro Faucz- Santo Inácio

122 - Praça Ronald Golias

Rua Pe. Antonio Joaquim Ribeiro X Rua Pe. Francisco Chylaszek X Rua Pe. Stanislaw Piasecki – Santa Felicidade

123 - Praça Vêneto

Av. Manoel Ribas X Travessa Mariana – Butiatuvinha

124 - Jardimete Zezé Ribas

Rua José Michna Filho X Rua Nabal Guimarães Barreto X Rua Aldo Kepler da Silva – Santa Felicidade

125 - Praça sem Denominação

Rua Solimões X Rua dos Capuchinhos – Vista Alegre

ANEXO X – ESTRUTURA DE ESTIMATIVA DE CÁLCULOS

Os ISQVs e os IPQVs são estimados através do seguinte raciocínio:

$$Y_{ij} = \frac{100(Y_{ij.e} - Y_{ij.0})}{Y_{ij.100} - Y_{ij.0}}$$

Onde:

Y_{ij} = Índice Parcial ou Simples

$Y_{ij.e}$ = valor empírico dos indicadores

$Y_{ij.0}$ = limiar mínimo

$Y_{ij.100}$ = limiar máximo

Se houver no grupo mais de um IPQV de medidor, estima-se o IGQV através da média aritmética simples dos IPQVs do grupo. Sendo

$$Y_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n Y_{ij}$$

Onde:

Y_i = índice grupal

Y_{ij} = índice parcial

n = número de medidores representes aceitos para a caracterização numérica do nível de satisfação do grupo de necessidades sociais

Para a obtenção do Índice Sintético de Qualidade de Vida - ISQV, que representa o conjunto do nível de satisfação de todos os grupos de necessidades sociais, também se calcula uma média aritmética simples dos IGQV's. Sendo:

$$Y_s = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n Y_i$$

Onde:

Y_s = índice sintético

Y_{ij} = índice grupal

n = número de grupos de necessidades sociais